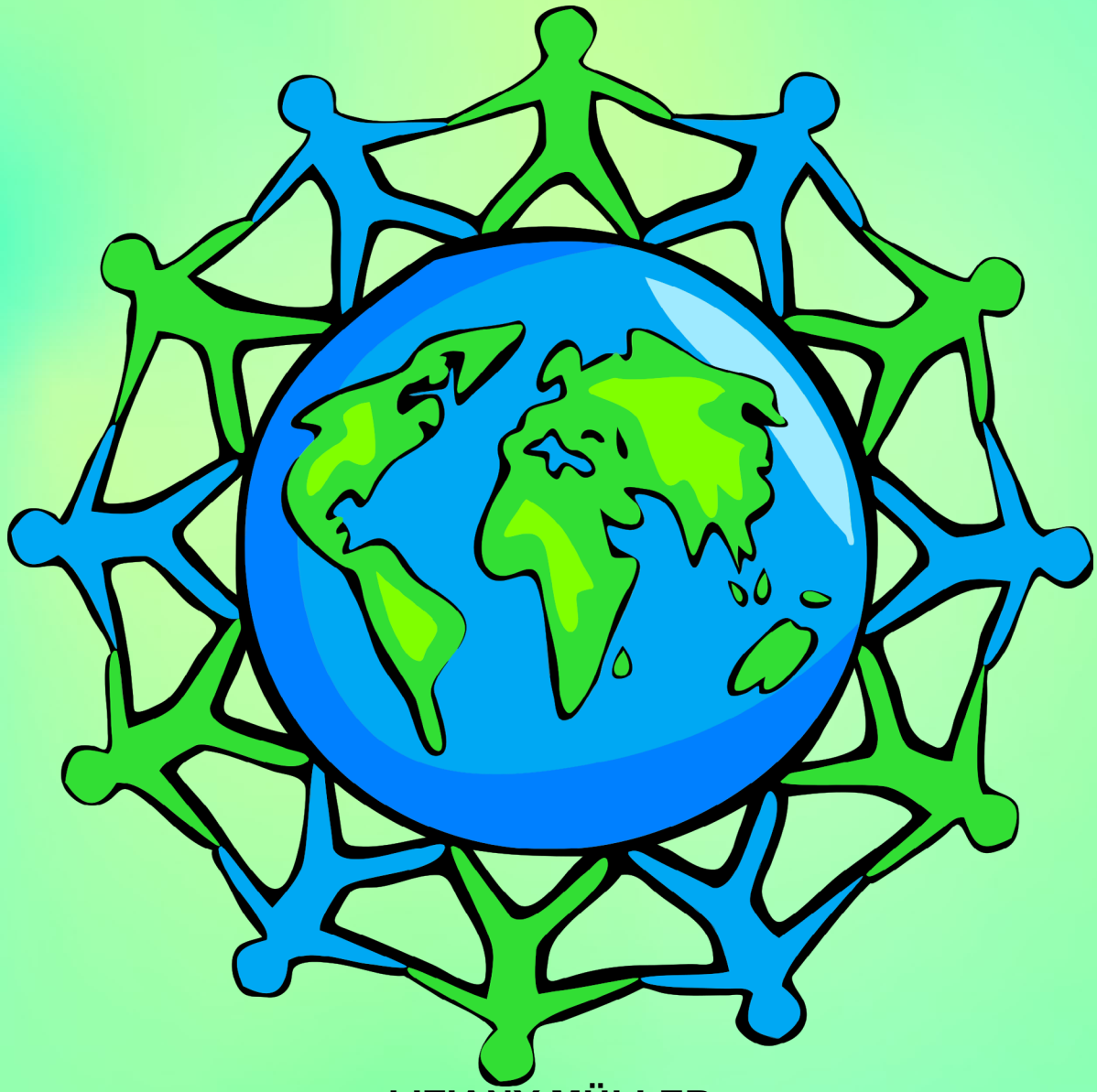
DIÁLOGOS EM COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR



LIZIANY MÜLLER

ALESSANDRA REGINA MÜLLER GERMANI

GISELE MARTINS GUIMARÃES

GUSTAVO PINTO DA SILVA

[ORGANIZADORES]

ARCO EDITORES

DIÁLOGOS EM COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR

LIZIANY MÜLLER

ALESSANDRA REGINA MÜLLER GERMANI

GISELE MARTINS GUIMARÃES

GUSTAVO PINTO DA SILVA

[ORGANIZADORES]

ARCO EDITORES

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva
UNIDAVI/SC
http://lattes.cnpq.br/8318350738705473

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán
UFCE- Colômbia
http://lattes.cnpq.br/0048679279914457

Profa. Dra Fabiane dos Santos Ramos
UFSM- Santa Maria/RS
http://lattes.cnpq.br/0003382878348789

Dr. João Riél Manuel Nunes Vieira de Oliveira Brito
UAL - Lisboa- Portugal.
http://lattes.cnpq.br/1347367542944960

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller Germani
UFFS- Passo Fundo/RS
http://lattes.cnpq.br/7956662371295912

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins
UFFS - Chapecó/SC
http://lattes.cnpq.br/9818548065077031

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa
UFN- Santa Maria/RS
http://lattes.cnpq.br/2363988112549627

Prof. Dr. Pedro Henrique Witchs
UFES - Vitória/ES
http://lattes.cnpq.br/3913436849859138

Prof. Dr.Thiago Ribeiro Rafagnin
UFOB
http://lattes.cnpq.br/3377502960363268

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler
UFSM- Santa Maria/RS
http://lattes.cnpq.br/5754140057757003

Profa. Dra. Liziany Müller
UFSM- Santa Maria/RS
http://lattes.cnpq.br/1486004582806497

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza
UNISC- Santa Cruz do Sul/RS
http://lattes.cnpq.br/4407126331414

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio
UFRGS - Porto Alegre/RS
http://lattes.cnpq.br/7823646075456872

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch
UFSM- Palmeira das Missões/RS
http://lattes.cnpq.br/0639803965762459

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos
UFU– Uberlândia/MG
http://lattes.cnpq.br/4649031713685124

Dr. Rafael Nogueira Furtado
UFJF- Juiz de Fora/MG
http://lattes.cnpq.br/9761786872182217

Profa. Dra. Angelita Zimmermann
UFSM- Santa Maria/RS
http://lattes.cnpq.br/7548796037921237

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch
UFN - Santa Maria/RS
http://lattes.cnpq.br/4400702817251869

Copyright © Arco Editora, alguns direitos reservados.
Copyright do texto © 2022 os autores e as autoras.
Copyright da edição © 2022 Arco Editora.

Diagramação e Projeto Gráfico *: Gabriel Eldereti Machado*

imagem capa*: www. pixabay.com*

Revisão*: dos/as autores/as.*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diálogos em cooperativismo, economia solidária e agricultura familiar [livro eletrônico] / organização Liziany Müller ... [et al.]. -- Santa Maria, SP : Arco Editores, 2022.
PDF

Outros organizadores : Alessandra Regina Müller Germani, Gisele Martins Guimarães, Gustavo Pinto da Silva.
ISBN 978-65-89949-58-9

1. Agricultura familiar 2. Cooperativismo 3. Economia solidária I. Müller, Liziany. II. Germani, Alessandra Regina Müller. III. Guimarães, Gisele Martins. IV. Silva, Gustavo Pinto da.

21-95254 CDD-334

Índices para catálogo sistemático:

1. Cooperativismo : Economia solidária 334

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

10.48209/978-65-89949-58-9

O padrão linguístico-gramatical, bem como o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma maneira, o conteúdo e teor de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

APRESENTAÇÃO

A obra DIÁLOGOS EM COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR, organizada pelas professoras e professor: Liziany Müller, Alessandra Regina Müller Germani, Gisele Martins Guimarães, Gustavo Pinto da Silva, apresenta aos leitores/as interfaces de discussões importantes sobre o cenário atual das temáticas principais do e-book.

O cooperativismo e os entrelaçamentos com a economia solidária e a agricultura familiar são possibilidades sustentáveis para o presente e o futuro da população, vivemos tempos de graves degradações ambientais e descaso com a soberania e segurança alimentar, visto o modo de produção vigente. As mudanças de perspectivas passam pelos temas dessa obra, trazendo uma gama de possibilidades de diálogo e problematizações atuais.

A economia solidária em conjunto com o cooperativismo demonstra o potencial de desenvolvimento social e econômico por meio da sustentabilidade, fazendo uso cuidadoso dos recursos naturais. Fomentando o desenvolvimento local com a agricultura familiar, emancipação e autonomia das comunidades locais também são incentivadas através do caminho do cooperativismo em conjunto com a economia solidária.

Desse modo, convidamos a todos e todas a partilharem de suas experiências na leitura da obra DIÁLOGOS EM COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR.

Boa leitura!

Gabriella Eldereti Machado

Professora e Mestre em Educação.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1
A TRAJETÓRIA DA CÁRITAS NO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL.....9

Andressa de Sousa Santos Ferreira
Cleiton Agnelo Pinheiro São João
doi: 10.48209/978-65-COOP9-58-1

CAPÍTULO 2
O CONSUMO DE MÍDIA E A IDENTIDADE DE CLASSE DE AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....23

Mauricio Rebellato
doi: 10.48209/978-65-COOP9-02-1

CAPÍTULO 3
MAGNITUDE DA ECONOMIA RURAL, AGRÍCOLA, PECUÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO AGRONEGÓCIO NO VALE DO JAGUARI.....45

Felipe Ben Machado
Natália Pires Coelho
doi: 10.48209/978-65-COOP9-03-1

CAPÍTULO 4
(DES)ENVOLVIMENTO LOCAL: UMA COOPERATIVA EM UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL 67

Jose Paulo Fagundes
Lisandra S. Zorzella
doi: 10.48209/978-65-COOP9-04-1

CAPÍTULO 5
GESTÃO PARA SUSTENTABILIDADE EM SISTEMAS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO: UMA ANÁLISE ENTRE DOIS MODELOS DE CULTIVO NO NORDESTE DO BRASIL SEGUNDO AS LEIS DA TERMODINÂMICA.....81

Jose Paulo Fagundes
doi: 10.48209/978-65-COOP9-05-1

CAPÍTULO 6
A PARTICIPAÇÃO DA ATER PÚBLICA NO PROGRAMA ABC/ABC+ DO GOVERNO FEDERAL NA REGIÃO CENTRAL DO RS.....107

Kathleen da Silva Paust
José Geraldo Wizniewsky
doi: 10.48209/978-65-COOP9-06-1

CAPÍTULO 7
COMPORTAMENTO E SATISFAÇÃO DOS CONSUMIDORES DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL DO MUNICÍPIO DE SARANDI – RS.....125

Monica Rigo
Simone Bueno Camara
Tanice Andreatta
doi: 10.48209/978-65-COOP9-07-1

CAPÍTULO 8
CORONACRISE E AS REPERCUSSÕES SOBRE OS HÁBITOS ALIMENTARES E DE CONSUMO 146

Sibele Vasconcelos de Oliveira
Simone Bueno Camara
Vitória Benedetti de Toledo
Tanice Andreatta
doi: 10.48209/978-65-COOP9-08-1

CAPÍTULO 9
SEMENTES DE MILHOS CRIOULOS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO FEIRÃO COLONIAL EM SANTA MARIA.....165

Sirlei Lenice Rodrigues
Liziany Müller
doi: 10.48209/978-65-COOP9-09-1

CAPÍTULO 10
A PERCEPÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS NA AGRICULTURA FAMILIAR.....176

Sirlei Lenice Rodrigues
Liziany Müller
doi: 10.48209/978-65-COOP9-10-1

CAPÍTULO 11
O TRABALHO DA MULHER NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: NARRATIVAS A PARTIR DO FEIRÃO COLONIAL DE SANTA MARIA/RS.....205

Camila Milani de Moraes
Gisele Martins Guimarães
doi: 10.48209/978-65-COOP9-11-1

SOBRE OS ORGANIZADORES.....232

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....236

10.48209/978-65-COOP9-58-1

CAPÍTULO 1

A TRAJETÓRIA DA CÁRITAS NO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL

Andressa de Sousa Santos Ferreira

Cleiton Agnelo Pinheiro São João

RESUMO: A Economia Popular Solidária (EPS) se apresenta como um reforço reativo ao Neoliberalismo de modo a minimizar as consequências causadas pela desigualdade social baseando-se nas relações cooperadas e estratégicas de seus agentes. Nesse sentido, a Cáritas Brasileira atua no desenvolvimento de programas de apoio a parcelas carentes da sociedade através de 8 secretariados por todo o país. Assim, o objetivo geral deste artigo buscou apresentar a trajetória da Cáritas Brasileira na promoção do movimento popular e solidário da atividade econômica, ressaltando a relevância dessa entidade para o setor. A metodologia utilizada seguiu a linha de pesquisa bibliográfica e documental, análise descritiva, utilizando-se o recurso do estudo de caso e a coleta de dados secundários. Os principais resultados confirmaram a importância da Caritas para as famílias e empreendimentos populares solidários, além da evolução da trajetória e articulação da instituição de fomento à EPS.

Palavras-chave: Economia Popular Solidária. Cáritas. Trajetória.

INTRODUÇÃO

A exploração ocasionada pelo capitalismo e internacionalização do mercado, segundo Furtado (1973), cria um fosso entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, amplia a desigualdade, os problemas sociais e perpetua o contraste econômico. Diante de tantos desajustes e sucessivas crises, a Economia Popular Solidária aliada ao princípio do Desenvolvimento Local surge no contexto socioeconômico como um mecanismo de superação das disparidades socioeconômicas existentes.

A Economia Popular Solidária foi uma reação da classe trabalhadora contra a opressão do sistema, pois “lança os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista” (SINGER, 1999, p. 138). Esse aspecto é o que diferencia o movimento dos demais, pois rejeita a cultura do egoísmo, do individualismo e busca valorizar os ativos locais, a especialização da atividade econômica tomando por base a reciprocidade e a ação coletiva como frutos da interação social (WALLERSTEIN, 2004).

Entretanto, é um caminho complexo que precisa da parceria do Estado, sociedade civil e mercado para que haja articulação das redes. No Brasil, entre as instituições apoiadoras, objeto desse estudo, destaca-se a Cáritas brasileira – organização vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – atuante há mais de 50 anos buscando fortalecer a economia popular solidária no Brasil. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Diante disso, o presente trabalho possuiu o objetivo geral de apresentar a trajetória da Cáritas brasileira na promoção do movimento popular e solidário da atividade econômica, ressaltando a relevância dessa entidade para o setor. Por sua vez, os específicos foram: 1) identificar os programas gerenciados pela Cáritas em todo país e 2) compreender como acontece a articulação institucional da Cáritas brasileira quanto à efetividade das parcerias.

Em relação a metodologia utilizada no presente trabalho, o estudo seguiu a linha de pesquisa bibliográfica, utilizando a consulta de artigos, livros e trabalhos científicos para fundamentação teórica da pesquisa e para evidenciar contribuições fundamentais dos autores que trabalharam a temática do estudo. Foi realizada ainda pesquisa documental, através de uma análise descritiva, utilizando-se o recurso do estudo de caso, já que o objeto de análise é a Cáritas no Brasil.

Dessa forma, o Referencial Teórico apresenta uma síntese e um breve histórico de algumas teorias que embasam a questão da Economia Popular Solidária (EPS), em seguida os resultados e discussões sobre a Cáritas Brasileira e seu impacto na promoção da EPS e finalmente, as conclusões obtidas e sugestões para trabalhos futuros.

REFERENCIAL TEÓRICO

As principais correntes teóricas que embasaram a investigação do tema proposto foram o Neoliberalismo (Wallerstein, Fiori, Machado, Boito Jr); o Desenvolvimento Local (Dall'acqua, Tapia, Martins) e a Economia Popular Solidária (Kraychete, Gaiger).

O neoliberalismo explica como se deu o processo de expansão das grandes empresas no aumento da acumulação do capital e à diminuição das reivindicações dos trabalhadores desencadeando a ascensão da desigualdade social, já que Wallerstein (2004, p. 61) o define como um processo de "uma tentativa de reverter a redistribuição do Estado de Bem-estar, de modo a beneficiar as classes superiores e não as classes mais baixas".

Nesse contexto de livre mercado, uma das condições é que a intervenção do Estado deve ser mínima de modo a proporcionar um ambiente competitivo favorável ao individualismo e contrário ao igualitarismo já que o neoliberalismo pressupõe um ponto de partida onde todos são iguais e que as diferenças começam a surgir no decorrer do processo por consequência da competência de cada um.

Inclusive, essa é uma das razões que explica as empresas fugirem do mercado de concorrência perfeita, confirmando a essência do capitalismo, ao tempo que assume indiferença, ou melhor, mínima preocupação aos problemas e desigualdade sociais que impedem a todos os indivíduos possuírem competência, condições iguais, conforme ratifica Fiori (1997, p. 203):

> os velhos e os novos liberais nunca se preocuparam muito em discutir mais aprofundadamente a questão de como responder ao problema concreto de que nas sociedades reais, no ponto zero de suas reflexões, já existam imensas diferenças e desigualdades que nunca foram, ou serão, corrigidas de forma a igualar as condições de partida para todos.

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico de que se responsabiliza pela exploração de todas as formas de captação de recurso, permitindo a intervenção pública de interesse coletivo, segundo Machado (2003, p. 92), apenas em situações que "não sejam rentáveis para os capitais privados ou mesmo onde se manifestem situações de extraordinária carência social", ou seja, o neoliberalismo "procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal" (BOITO JR, 1999, p. 45).

De modo que ganhou notoriedade e países como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha aderiram ao modelo econômico por volta de 1980 e, devido à

influência política dessas nações, como um efeito dominó em 1990 praticamente todo o mundo era neoliberal (FIORI,1997). Mas, somente em 1994 que o sistema neoliberal foi implantado no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso com a solidificação do Plano Real que instituiu as regras nacionais.

Devido às particularidades dos países latino-americanos, cuja implantação foi mais retardatária do que nos países centrais, o estabelecimento do neoliberalismo precisou do apoio financeiro fornecido pelo FMI. Outrossim, Fiori (1997, p. 14) aponta que FHC possuía competência para engendrar "a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que faltava ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial".

Sendo assim, foi criado um plano de reforma do Estado a fim de adequá-lo ao sistema e garantir a desregulamentação da economia e a retirada do Estado como agente econômico produtivo e empresarial, com o mecanismo conhecido por privatização, isto é, a intervenção estatal mínima. Entretanto, os problemas sociais se acentuaram, conforme aponta Soares (2002, p.51):

> Os pobres urbanos tornaram-se mais numerosos que os pobres rurais. Parcela importante dos estratos médios tornou-se mais vulnerável aos efeitos das políticas de estabilização ou ajuste: ao agravamento da situação dos estratos de renda mais baixa acrescentou-se, como fenômeno digno de destaque, uma deterioração da qualidade de vida dos estratos médios urbanos, gerando uma nova pobreza. Houve uma ampliação das diferenças de acesso aos bens e serviços que satisfazem as necessidades básicas vinculadas à habitação, a seus serviços, à educação e à saúde.

Por conta dos problemas ocasionados pelo sistema neoliberal, um dos que acentuam a questão da pobreza urbana está ligado ao modelo econômico de atração de grandes indústrias para regiões onde a mão de obra é superabundante e barata. Esse contexto reforçou por muito tempo a competitividade do livre mercado possibilitando aos empresários a minimização do custo e maiores lucros.

Porém este sucesso empreendedor era dependente do subdesenvolvimento das pessoas, das regiões. Logo, a concepção de desenvolvimento local emer-

ge como uma resposta às sequelas sociais causadas pelas políticas neoliberais (TAPIA, 2005). Isso porque busca, diferentemente do neoliberalismo, desenvolvimento endógeno baseado nas peculiaridades e ativos locais de modo a impactar o ambiente político e socioeconômico inovador e competitivo.

Conforme reitera Dall'Acqua (2003, p. 48), como sendo um "processo contínuo de inovação, crescimento e agregação de valor às atividades produtivas regionalmente ambientadas". Inclusive, Martins (2002, p. 52) completa o conceito ao afirmar que o "verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos, mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento".

Nessa configuração, a matriz teórica da Economia Popular Solidária se apresenta como coirmã do desenvolvimento local, pois preza de princípios semelhantes como cooperação, capital humano, governança, sustentabilidade etc. Além de ser um reforço reativo ao Neoliberalismo, podendo ser definida por:

> Economia dos setores populares, atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (KRAYCHETE, 2000, p. 15).

Sob essa perspectiva o Estado, principalmente nas esferas municipal ou estadual, possui um papel unificador para coordenar, por meio de uma estrutura institucional composta por diversos atores públicos e privados, ou possibilitar o apoio, "estimulando a auto sustentação dos grupos beneficiários e, portanto, sua viabilidade econômica no interior de uma economia de mercado" construindo redes em nível regional, nacional e global (GAIGER, 1999, p. 9).

Sendo assim, as atividades produtivas constituídas em Economia Popular Solidária agrupam-se coletivamente a fim de melhorar a qualidade de vida de todos envolvidos valorando a cadeia produtiva e a economia local/regional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Cáritas é uma grande rede mundial constituída como Caritas Internationalis, com "mais de um milhão de agentes militantes, presentes em 200 países e territórios através de 165 organizações" (CÁRITAS BRASILEIRA, 2016). A Cáritas brasileira foi fundada em 1956 e atua na promoção da Economia Popular Solidária desde ações pontuais até programas estratégicos de nível nacional.

No início, a atuação se baseava na prática informal da caridade, seguindo os princípios cristãos. Somente, a partir dos anos 1970 é percebido a necessidade qualificar a formação das ações desenvolvidas por meio de profissionais específicos para cada área que "passaram a integrar equipes de Secretariados Regionais e de algumas Cáritas Diocesanas" (ADAMS, 2006, p. 56).

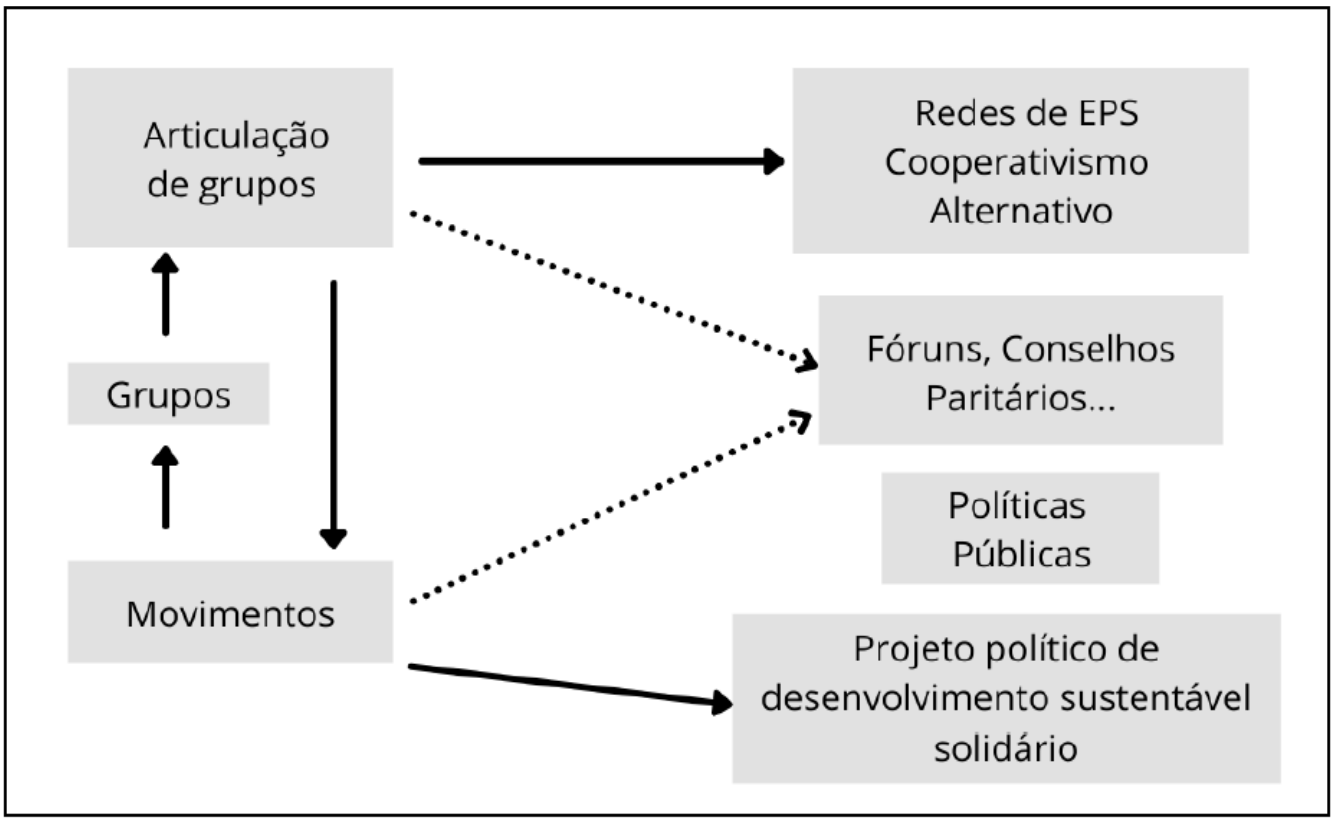
As décadas seguintes de 1980 e 1990 se destacaram na instituição das escolas de formação técnica, por meio de cursos e encontros periódicos, para os agentes e voluntários aperfeiçoarem a metodologia padrão para o desenvolvimento das ações. Além disso, um dos objetivos era também o de fortalecer a dimensão da militância da EPS.

Com o aprimoramento da metodologia do trabalho social nas décadas seguintes, os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) foram implementados ainda nos anos 80. Segundo Bertucci e Silva (2003, p. 13), esse foi o início do processo que buscava "apoiar pequenas iniciativas associativas, capazes de promover mudanças na vida das pessoas através da solidariedade".

Por volta de 1990, iniciou-se o processo de avaliação dos PACs apoiados que resultou em análises econômicas, políticas e pastorais detectando melhorias e correções necessárias do que já havia sendo feito. Essa avaliação confirmou a importância dos Fundos de Apoio aos PACs, porém identificou que a principal demanda dos beneficiários era o fortalecimento dos negócios solidários. Assim, em 1995, de acordo Bertucci e Silva (2003), a Cáritas estabeleceu parcerias entre os PACs e políticas públicas afins.

Desde então, os PACs têm influenciado na formulação de políticas públicas locais/regionais em três aspectos: “no fortalecimento da cidadania e conquista de direitos, no acesso aos recursos públicos para expansão das iniciativas econômicas solidárias e no fortalecimento de fóruns da sociedade civil, enquanto espaços de articulação” (BERTUCCI e SILVA, 2003, p. 86), conforme figura a seguir.

Figura 1 - Visualização da articulação da EPS



Fonte: Adaptado de BERTUCCI e SILVA (2003).

Tendo em vista que o sistema EPS demanda uma articulação de forma integrada dos grupos sociais, das redes de cooperativismo e associações, fóruns, conselhos, políticas públicas etc. Por conseguinte, a estrutura institucional da Cáritas passou a contar com o apoio de diversas outras entidades também atuam em rede participativa, tais como: CNBB, CUT, BNDES, SENAES, MDA, entre outros (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Toda a articulação foi importante também para sinalizar ao poder público as situações críticas que as políticas devem se concentrar, do mesmo modo que fortaleceu o desenvolvimento dos PACs, conforme Adams (2006). Entretanto, um requisito essencial ao sucesso do projeto é a governança da rede associativa que deve ser organizada e se configura como um dos critérios para aprovação dos editais, pois os próprios beneficiários precisam exercitar a atividade cooperada de forma fortalecer a aplicabilidade do PAC.

Na Cáritas Brasileira o desenvolvimento dessas ações é dividida em responsabilidades aos secretariados regionais ligados à instância nacional. Em um total de 8 secretariados regionais: Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, NE II (Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande Norte), NE III (Bahia e Sergipe), Pará e Rio Grande do Sul, que realizam o acompanhamento dos PACs padronizada em 3 diretrizes básicas, segundo Bertucci e Silva (2003, p. 46):

> a) construir a autonomia, a auto-gestão e a afirmação política dos grupos acompanhados; b) descentralizar o acompanhamento aos grupos nas diversas áreas de atuação e c) possibilitar um processo sistemático de capacitação, com o objetivo de aprimorar a formação dos participantes dos PACs e dos agentes que atuam diretamente no acompanhamento dos mesmos.

Todo o acompanhamento possibilita a evolução das ações para que os grupos apoiados possam atingir os objetivos da Cáritas e dos próprios envolvidos. Para tanto são realizadas capacitações, treinamento, “assessoria na elaboração dos projetos, reuniões de planejamento e avaliação; visitas sistemáticas ao projeto e apoio à comercialização” (BERTUCCI e SILVA, 2003, p. 47).

Contudo, esse sistema de atuação está englobado em um arcabouço organizacional formado por uma estrutura composta por voluntários e um quadro fixo de colaboradores, que em decorrência da expansão e complexidade dos programas demandou uma dedicação e conhecimento técnico específico de profissionais. Sendo assim, segundo a Cáritas Brasileira (2015), foram instituídas Comissões, Grupos Gestores, Grupos de Trabalho, Conselhos, Fóruns e Coordenações Colegiadas.

Atualmente, a instituição desempenha suas ações de 3 formas: por meio de programas, de mobilizações e do Fundo Nacional de Solidariedade. Os programas seguem 8 linhas de atuação: Catadores e catadoras de recicláveis; Convivência com o Semiárido; Centro de Acolhida a Refugiados; Segurança Alimentar e Nutricional; Programa Infância, Adolescência e Juventude (PIAJ); Gestão de Risco e Emergências; Economia Popular Solidária e Políticas Públicas (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Segundo Bertucci e Silva (2003), os resultados alcançados com esses programas são expressivos cujos benefícios vão desde econômicos que geram melhor renda e alternativas de inserção em novos mercados; até políticos e organizativos através controle social; e socioculturais, especialmente, no fortalecimento da atividade cooperada e inovação. Sobre os resultados apresentados pelos programas, destacam-se os de “Segurança Alimentar e Nutricional” que já beneficiou cerca de 20 mil famílias camponesas, o de “Gestão de Risco e Emergências”, mais de 100 mil famílias, o de “Economia Popular Solidária”, registra 100 mil trabalhadores, ou seja, 2 mil grupos apoiados, e o de “Convivência com o Semiárido” em que mais de 100 mil famílias já foram atendidas com obras hídricas e mais de 70 mil com atividades educacionais e produtivas (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Em se tratando das mobilizações, ainda de acordo Cáritas Brasileira (2015), a participação pode ocorrer de modo menos ativo quando a contribuição é mais de divulgação como no caso da Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens, ou mais ativo como na mobilização em favor da Lei Nacional de Economia Solidária ou das novas regras para o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, ambas aprovadas.

Quanto ao Fundo Nacional de Solidariedade, surgiu da iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1964, porém foi instituído apenas em 1998 na 36ª Assembleia Geral, ocasião em que a CNBB institui o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) para fins sociais. Vale salientar que

40% dos recursos advindos das doações dos católicos, compõem o FNS e apoia financeiramente projetos sociais da própria comunidade diocesana (CÁRITAS BRASILEIRA, 2015).

Dessa forma, observa-se a dinâmica da Cáritas Brasileira no fomento à Economia Popular Solidária com mecanismos consolidados tanto para os setores mais carentes, ou seja, os beneficiários, quanto para o Estado e o mercado a fim de construir um ambiente que prefigure a inovação, o desenvolvimento local e cooperação.

CONCLUSÃO

As informações compiladas e expostas permitem uma maior compreensão acerca da real importância e papel dos empreendimentos econômicos solidários no desenvolvimento local, possibilitando confirmar e afirmar que a economia solidária é de fato um mecanismo eficiente na minimização dos problemas e deficiências insurgentes do modelo tradicional capitalista, levando a considerar que organizações de fomento e apoio como a Cáritas Brasileira tem relevante importância nesse processo, pois são propulsoras no surgimento e desenvolvimento dessa economia.

Diante dos resultados apresentados, vale ressaltar que a trajetória da Cáritas seguiu uma linha evolutiva, inicialmente com ações pontuais e no decorrer do tempo profissionalizando-as estrategicamente de acordo com as necessidades constatadas. Outro aspecto que merece destaque é que a articulação institucional se desenvolveu em consonância com outras organizações, o que possibilitou uma maior amplitude dos beneficiários, além da maximização e maior qualidade dos resultados.

A rede de parceiros e apoiadores permite que os programas sejam otimizados e, consequentemente, melhor implementados pois influenciam o surgimento de políticas públicas específicas e dissemina a proposta da Economia Popular

Solidária. Foi possível identificar que a estrutura institucional da Cáritas conta com o apoio de diversas outras entidades também atuam em rede participativa, tais como: CNBB, CUT, BNDES, SENAES, MDA, entre outros, inclusive voluntários e colaboradores.

Quanto aos programas implementados pela instituição, seguem 8 linhas de atuação que buscam levar dignidade e gerar oportunidade para minorias, famílias, pessoas marginalizadas, inclusive refugiados, atualizando-se de acordo às necessidades do público atendido. Os programas são colocados em prática com adequações regionais para suprir o que a comunidade local demanda, além de articular-se com o governo visando indicar essas necessidades e incluí-las nos programas sociais existentes.

Os resultados alcançados pelos programas geram benefícios econômicos, políticos e socioculturais, atendendo ao propósito institucional da Cáritas de fortalecimento da Economia Popular Solidária na cultura produtiva nacional. Alguns dados quantitativos ratificam a amplitude das ações que já beneficiaram mais de 290 mil famílias e 2 mil grupos, diretamente, por meio de apoio técnico, científico, financeiro, entre outros.

Os demais indivíduos/grupos/famílias beneficiários diretos ou indiretos por essas ações, acabam se envolvendo em um processo cíclico e oposto ao mercado tradicional e a própria sociedade individualista, pois esse tipo de economia não surge somente como um modelo de melhor qualidade econômica, mas como um modelo que visa construir uma sociedade mais sustentável, promovendo uma condição melhor de vida para as pessoas e a diminuição da exclusão social, onde o objetivo que se sobrepõe é o da cooperação, solidariedade e justiça social.

Em relação ao alcance dos objetivos inicialmente propostos, os objetivos específicos foram alcançados, pois foram identificados 8 programas desenvolvidos e gerenciados pela Cáritas Brasileira no país como exposto no decorrer da pesquisa, além de apresentar as articulações institucionais e os parceiros envolvidos no processo. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa, de

apresentar a trajetória realizada pela Cáritas Brasileira no fomento à Economia Popular Solidária no país, foi atingido.

Entretanto, as contribuições das abordagens apresentadas neste artigo vão além do esclarecimento e exposição da importância da EPS no desenvolvimento local em âmbito nacional, mas visa ainda estimular as organizações e projetos de apoio ao desenvolvimento dessas economias. Somente assim, através do fortalecimento de propostas que possam se contrapor a tradicional economia, poderão ser superadas as desigualdades sociais e econômicas que tanto tem assolado a sociedade.

Por fim a partir das concepções apresentadas no artigo, orienta-se a continuidade de pesquisas voltadas a análise das organizações pertencentes à Economia Popular Solidária, principalmente, no que se refere a outras instituições de fomento, indicando um maior aprofundamento nas questões da sustentabilidade e articulações políticas e privadas dessas instituições.

REFERÊNCIAS

ADAMS, T. (Org.) **Política de formação para a prática da solidariedade**. Série Políticas v. 2. Brasília: Cáritas Brasileira, Secretariado Nacional, 2006. 72 p.

BERTUCCI, A. de A.; SILVA, R. M. A. da. (Orgs.) **20 anos de Economia Popular Solidária:** Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Cáritas Brasileira, 1ª ed. Brasília. 2003.

BOITO JR, A. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. Ed. Xamã, São Paulo, 1999.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Quem somos e histórico**. Disponível em: <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>. Acesso em: 03 dez. 2015.

_____. **Série Cáritas:** Somos Solidariedade, Somos Cáritas. Disponível em: <http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383069693somoscaritas_cd.pdf>. Acesso em: 13 abril 2016.

DALL'ACQUA, C. T. B. **Competitividade e participação**: cadeias produtivas e a definição dos espaços econômicos, global e local. São Paulo: Annablume, 2003.

FIORI, J. L. **Neoliberalismo e políticas públicas**. In: Os moedeiros falsos. Petrópolis: Vozes, 1997.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1973.

GAIGER, L. I. Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular? In: _____. (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996, p. 101-126.

MACHADO, A. F. Políticas públicas no Estado do bem-estar social e no Neoliberalismo. **Direito em debate**. Ano XI, nº 20, jul./dez. 2003.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local.** Vol. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p. 15-37.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. 2002.

TAPIA, J. R. B. **Desenvolvimento local, concertação social e governança**: a experiência dos pactos territoriais na Itália. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.19, n.1, p.132-139, jan/mar. de 2005.

WALLERSTEIN, I. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

10.48209/978-65-COOP9-02-1

CAPÍTULO 2

O CONSUMO DE MÍDIA E A IDENTIDADE DE CLASSE DE AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA[1]

Mauricio Rebellato

1 Adaptação de artigo apresentado ao 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 04 a 09 de outubro de 2021, na Universidade Católica de Pernambuco.

INTRODUÇÃO

A compreensão dos contextos rurais, seja através da produção agrícola, da vivência familiar, da participação em movimentos sociais, ou nos mais diversos grupos da sociedade, sempre despertou a atenção de pesquisadores. Mas na área da comunicação especificamente, existe uma desatenção histórica sobre o espaço rural, como já evidenciaram vários autores, os quais abordaremos neste artigo. Um esquecimento especialmente quando se trata dos diferentes meios de comunicação e de seus usos pelos indivíduos no meio rural.

Os meios de comunicação fazem parte da estrutura social e estão imbricados à vida cotidiana. Através deles, circulam informações e se constroem representações, a partir das quais, se elaboram ideias de mundo. Por isso, analisamos o rural, a partir do viés da comunicação. Como sinaliza Silverstone (1999), propomos entender a mídia como uma textura da nossa experiência, pensá-la como dimensão social e cultural, política e econômica, do mundo moderno.

Essa articulação é construída na relação entre a cultura popular, o poder e a comunicação, para explicar a cultura como um lugar estratégico para se pensar os processos comunicacionais. Adotamos este ponto de partida, baseados na proposta de Martín-Barbero (1987), que coloca a cultura popular como um espaço fundamental nos estudos históricos e nas investigações das políticas culturais. São essas práticas culturais, ligadas à classe social, que articulam os elementos identitários, revelam as formas de dominação e determinam a construção do cotidiano das pessoas. O autor colombiano desloca o olhar sobre os modos como se naturalizam as práticas dos receptores, atravessadas pela mídia. A partir dessa perspectiva, reconhecemos que os processos envolvem sujeitos, instituições, forças políticas, econômicas e culturais, assim, os meios de comunicação precisam ser compreendidos como partes integrantes da vida cotidiana e dos sistemas pelos quais ela é organizada. Acreditamos também que

a mediação da classe social, precisa ser considerada para compreendermos as formas de poder e controle que estão presentes nos locais onde os indivíduos estão inseridos, principalmente através dos campos econômico e cultural.

Por isso, neste trabalho, voltamos o olhar para a agricultura familiar, através do rural, que no Brasil sempre foi relegada às margens dos processos decisivos, ocupando um lugar antagônico ao urbano, o que Froehlich e Marin (2019) denominam como dualismos reducionistas do rural, modos que inferiorizam e estigmatizam a vida das populações rurais ao longo dos séculos. Refletimos sobre a construção da identidade de classe de agricultores familiares, organizados em um movimento social de Economia Solidária, consolidado no estado do Rio Grande do Sul, o Projeto Esperança/Cooesperança, criado há três décadas e com mais de 5 mil famílias participantes. O Projeto que é vinculado à Arquidiocese de Santa Maria e a Cáritas Brasileira, pode ser considerado uma ação coletiva, pois tem como principal objetivo mudar a realidade da comunidade em que os indivíduos estão inseridos. Essa mudança é buscada através do modelo de economia solidária, que para Singer (2013), pode ser definido como um modo de produzir, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Todas as famílias pesquisadas residem em distritos do interior de Santa Maria-RS, cidade sede do Projeto, e possuem formação estrutural em seu núcleo, diferente de uma para a outra.

Através dos Estudos Culturais Latino-Americanos e Britânicos, reconhecemos que os processos comunicativos envolvem diversas instâncias que atuam na estrutura social, na formação das representações e na construção da identidade de classe. Como parte desse sistema complexo, a instituição da mídia exerce um poder importante na vida dos indivíduos, levando-os a identificarem-se com determinadas ideologias, posições, representações sociais e políticas. É pela mídia que se criam processos de mudanças socioculturais (COULDRY, 2012), pois essa, pode ser considerada um setor em ação nas operações cotidianas da produção política e da deliberação pública.

Pesquisar a relação da mídia com o rural é necessário diante da importância que esta assume nas práticas cotidianas. Setton (2005, p. 88), afirma que a mídia é fundamental para a aquisição do capital cultural, pois conforme o contexto midiático, pode-se levar a "uma multiplicidade de saberes, constituindo-se uma nova realidade perceptiva e cognitiva das formações contemporâneas para o indivíduo", ou seja, através da mídia, pode-se ampliar o escopo do conhecimento cultural. Ronsini (2016) define que esse capital cultural midiático, através da cultura audiovisual, compõe um capital cultural que pode competir com o que é transmitido pela família e a escola, ou então reforçá-los.

Além da importância da temática, este trabalho se justifica pela ausência de estudos envolvendo famílias de agricultores familiares e o consumo de mídia, somados às mediações de classe social e economia solidária. Constatação feita a partir de um levantamento bibliográfico realizado no fim de 2019, com base em Teses e Dissertações publicadas nos últimos 30 anos, nas áreas da Comunicação, Sociologia e Sociologia Rural e sustentada por outros autores na última década (RONSINI, 2012; JACKS, 2017; ESCOSTEGUY, 2019).

Para compreendermos a estrutura e as apropriações dos produtos midiáticos no contexto das lutas políticas, econômicas e culturais no meio rural, foi adotada uma combinação multi-metodológica (BONIN, 2004), a partir da perspectiva teórica de Martín-Barbero, através das Mediações Comunicativas da Cultura, e da Etnografia crítica de consumo (RONSINI, 2007), que busca revelar e compreender a reprodução social e não apenas a capacidade criativa das audiências em resistir à dominação. É através da Etnografia, que o pesquisador pode inserir-se no mundo do entrevistado, registrando o que é significativo para a pesquisa, envolvendo-se com o ambiente de pesquisa e compartilhando atividades cotidianas. Em virtude da Pandemia Mundial do Coronavírus, que obrigou o distanciamento social durante a fase da pesquisa de campo, inserimos ainda, como técnica complementar, entrevistas através da internet.

Empiricamente, apresentamos aqui, os principais resultados e conclusões da dissertação de mestrado intitulada “O consumo de mídia por agricultores familiares e as mediações de classe social e economia solidária”, orientada pela Professora Dra. Veneza Ronsini. A dissertação apresentada e aprovada neste ano junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, teve como principal objetivo compreender o papel do consumo de mídia, mediado pela economia solidária e pela classe social, na formação da identidade de classe dos agricultores familiares.

DESENVOLVIMENTO

O rural, através do pequeno produtor, sempre ficou relegado a um segundo plano (Williams, 1989) nas comparações com a cidade, e na representação do homem do campo, uma estrutura social inscrita nas práticas através de esquemas adquiridos e reproduzidos no processo de socialização (Bourdieu, 2008). Para Williams (1989), os dualismos reducionistas do rural, se acentuaram ainda mais com o capitalismo, onde a “divisão e oposição entre cidade e campo, indústria e agricultura, em suas formas modernas, representa a culminação crítica do processo de divisão e especialização do trabalho.” (WILLIAMS, 1989, p. 407). Esse estigma reforçado com o capitalismo, acentuou o antagonismo em relação à concepção de que o campo é associado à vida simples, tranquila, harmoniosa e inocente e um lugar do atraso. À cidade, por sua vez, foram atribuídos valores referentes ao saber, à comunicação e à luz.

No Brasil, mesmo após a abolição da escravatura, os modos de apreensão de sociabilidade do mundo rural sempre estiveram voltados para o domínio agroindustrial, para o agronegócio, para os grandes produtores, deixando o debate em relação aos pequenos produtores nesse segundo plano, o que leva a um conflito entre os diferentes grupos que compõem o rural. Isso se dá, na perspectiva de Bourdieu (1984), através do habitus, articulando os sistemas simbólicos e as representações (WILLIAMS, 1989), e permitindo pensar a relação

entre o indivíduo e a sociedade com base em uma subjetividade socializada. É o habitus que leva o indivíduo a reproduzir princípios implícitos e explícitos acumulados através da trajetória de vida.

Para Bourdieu, o habitus legitima a desigualdade econômica e social, mas em algumas situações pode dar origem à mudança. Assim, podemos destacar o surgimento das primeiras experiências cooperativas, a partir da Inglaterra, no século XVIII, como inconformismo com as injustiças sociais e rompimento de estruturas com as classes (SINGER, 2002). Ainda nesse período, surge o movimento social da Economia Solidária, como alternativa ao capitalismo, à crise alimentar, econômica e ambiental. No Brasil, de acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2008), experiências existentes desde a época da colônia podem ser consideradas como de Economia Solidária, como as “dos quilombos, dos movimentos religiosos como o de Canudos ou ainda a criação de experiências associativas no início do século XX” (FBES, 2008, p. 11). No atual modelo, os empreendimentos de economia solidária ganham força e ressurgem em 1981 e se fortalecem no final da década.

A identidade de classe, que nos propomos a investigar neste trabalho, é construída lado a lado com os inconformismos. Pode ser considerada parte desse processo através do qual as posições sociais são interpretadas e disputadas. Essa disputa como afirma Norbert Elias (2000), se dá entre as posições sociais, quando o grupo que acredita estar em posição superior, destitui o valor do outro, conferindo a si mesmo virtudes que o outro não possui, em sua perspectiva. Para Skeggs (1997) o conceito de identidade de classe indica um sentido das diferenças sociais dentro das hierarquias, que busca nas diferenças culturais formas de se exprimir. É importante a compreensão do processo de identificação, já que não se pode ignorar que os hábitos de classe também se manifestam no cotidiano das pessoas, e isso vai configurar a forma como o indivíduo utiliza as mídias.

Entendemos que o processo de construção da identidade de classe, seja entre atores coletivos ou individuais, pode variar conforme cada indivíduo, por isso

tratamos sobre o pertencimento de classe, de acordo com os capitais econômicos, culturais, sociais e simbólicos disponíveis. A noção de identidade pressupõe, mesmo que inconscientemente, a ideia de alteridade e, assim, havendo um "eu" e um "outro", a possibilidade de conflito ou disputa de poder já está instalada. Em relação à formação identitária, recorrremos a Skeggs (1997), ao abordar que os indivíduos se reconhecem ou não como pertencentes a determinada classe, através da identificação ou desidentificação.

Os atuais estudos sobre identidade sinalizam para a necessidade de sempre contextualizá-la, não sendo possível enfocá-la a partir de um grupo de forma abstrata, tampouco interpretá-la como imutável. Bauman (2005) destaca que a construção da identidade significa um processo de classificação e reclassificação dos grupos em categorias socialmente construídas a partir de elementos culturais.

A contextualização neste caso, é construída a partir das mediações, que podem ser entendidas, a partir de Martín-Barbero, como um conjunto de fatores que estrutura, organiza e reorganiza a realidade em que está inserido o receptor da mensagem. São elas que produzem e reproduzem os significados sociais, possibilitando entender as interações entre a produção e a recepção. Para isso, usamos o Mapa das Mediações comunicativas da Cultura (MARTÍN-BARBERO, 1998), que traz dimensões que consideramos necessárias para a pesquisa: a ritualidade e a socialidade. As outras mediações desse mapa, institucionalidade e tecnicidade, não são consideradas, pois nosso objetivo é estudar as lógicas do consumo de mídia e não da produção.

Através da socialidade analisamos os aspectos relacionados ao movimento social de Economia Solidária e ao trabalho dos agricultores familiares, centrais na discussão sobre os conflitos de classe. Ainda na mesma categoria, consideramos as relações com a família e a escola pois a "categoria de competência cultural nomeia o conhecimento de códigos específicos de uma dada forma cultural (...) e está associada a padrões de consumo cultural." (BOURDIEU, 1980 *apud* RONSINI, 2012, p. 82).

Já a ritualidade nos remete ao simbólico que sustenta toda a comunicação e, está relacionada à sua ancoragem na memória, aos seus ritmos e formas, seus cenários de interação e repetição. “As ritualidades constituem gramáticas da ação – do olhar, do escutar, do ler – que regulam a interação entre os espaços e tempos da vida cotidiana e os espaços e tempos que conformam os meios” (MARTÍN-BARBERO, 2018, p. 18). Como estamos tratando do consumo midiático, sem focar especificamente em um único meio, reunimos as informações referentes às diversas formas de acesso à informação através dos meios de comunicação, sejam eles considerados digitais, radiofônicos ou audiovisuais, ou seja, como os meios estão presentes no dia a dia dos agricultores familiares.

Nessa categoria também buscamos compreender os usos da representação midiática do rural feitos pelos agricultores familiares, ou seja, de que forma o que é veiculado pelos meios, é incorporado, negociado e justificado para a reprodução cotidiana dos agricultores familiares nos mais diversos ambientes de convivência.

METODOLOGIA

Adotamos como percurso metodológico, a etnografia crítica do consumo, através do conhecimento construído a partir da descrição dos contextos espacial e temporal e “que determina a apropriação dos meios de comunicação, isto é, a apreensão do sentido possível que os atores sociais dão às práticas sociais e culturais produzidas na relação com os meios de comunicação” (RONSINI, 2007, p. 77) A etnografia é crítica por buscar revelar não só a capacidade criativa das audiências em resistir à dominação, mas também, compreender a reprodução social. Além disso, amparados em Bonin (2004), articulamos técnicas de coleta e análise de dados para compreendermos o consumo midiático das famílias de agricultores da Zona Rural de Santa Maria e sua relação com a mídia. Consideramos que uma abordagem multimetodológica estabelece relações de complementaridade e de convergência entre os processos.

Assim, reunimos evidências empíricas para interpretá-las com base na observação e descrição etnográficas. Mesmo com a pandemia mundial do coronavírus, seguindo as recomendações de prevenção, acompanhamos o trabalho das famílias pesquisadas para termos uma melhor percepção da relação entre o uso da mídia e o trabalho dos agricultores familiares.

Foram selecionadas as famílias mais engajadas com o Modelo de Economia Solidária, através de indicação da Coordenadora do Projeto Esperança/ Cooesperança. A partir disso, articulamos diversos critérios de classificação de classe com o objetivo de definirmos a posição social ocupada pelas famílias, bem como o enquadramento como agricultores familiares. Amparados em Quadros, Gimenez e Antunes (2013), mesclamos diversos fatores para a definição da classe social dos indivíduos, como os padrões de vida, os critérios estatísticos e a sociologia do trabalho, através da ocupação das pessoas. Validamos a escolha de cada família pesquisada, através da Lei nº 11.326/2006 que define a agricultura familiar. Também questionamos as famílias sobre a renda familiar, de acordo com a atual divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através do enquadramento da soma dos rendimentos financeiros dos integrantes da família às cinco classes sociais avaliadas pelo Instituto – A, B, C, D e E. Nos baseamos ainda, em Uchôa, Kerstenetzki e Silva (2013), que dialogando com Bourdieu, entendem que todo o padrão e o estilo de vida dos informantes vão levar à definição de um perfil socioeconômico. Assim, consideramos os diferentes capitais, através do padrão de vida das famílias, o pertencimento à classe trabalhadora e um levantamento dos bens de consumo e padrões de vida, com base no Critério de Classificação Econômica Brasil, e utilizado também na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Em relação ao número de famílias pesquisadas, seguimos o proposto por Gaskell (2002) que defende que em uma pesquisa qualitativa em profundidade, o número de pesquisados não pode se estender. Por isso, foram selecionadas três famílias, totalizando 11 pessoas informantes.

O primeiro contato com as famílias pesquisadas foi no início de janeiro de 2020, na Feira Colonial, espaço onde as famílias comercializam seus produtos. Na fase inicial, cada informante recebeu um questionário com 81 questões. Duarte (2009) define essa etapa como importante para comparação das realidades, já que as perguntas são iguais para todos e ainda, os dados obtidos nessa fase inicial também podem ser confrontados nas demais etapas da pesquisa.

Realizamos ainda, entrevistas semiestruturadas presenciais, com questões baseadas no entendimento teórico trabalhado por Martín-Barbero (1990), a partir do Mapa das Mediações Comunicativas da Cultura. A entrevista também foi estruturada com 81 questões, usadas como perguntas norteadoras para a conversa com os informantes. Algumas entrevistas foram feitas pela internet, etapa que foi inserida devido à pandemia mundial do Coronavírus. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, para melhor interpretação dos dados, sem prejuízo a deixar passar algum aspecto mencionado pelos informantes. As entrevistas pela internet foram uma alternativa para o momento de pandemia, mas não substitutiva da observação e da interação off-line, o que Hine (2015) define como uma "Etnografia para a Internet", em que a observação direta, também é necessária para que se configure como etnografia. Uma entrevista semiestruturada também foi realizada com a Coordenadora do Projeto, com questões relacionadas às principais crenças e valores seguidos pelos Agricultores Familiares do Projeto, a partir de leituras que realizamos da bibliografia que é usada como base para o Projeto.

Outra técnica utilizada foi a observação dos lugares onde os informantes estão inseridos, uma prática, originária dos estudos antropológicos, que tem sido apropriada por diversos autores nos estudos de recepção (LOPES; BORELLI; RESENDE, 2002). Nesse processo, incorporamos como técnicas de registro, a fotografia e o registro em um diário de campo. Essas técnicas foram realizadas também, nas visitas à Coordenação do Projeto e, entre janeiro e março e agosto

e outubro de 2020, nas visitas à feira onde os produtores comercializam seus produtos, bem como na casa de alguns informantes. Desse modo, foram seis meses de observações presenciais nas feiras de economia solidária e nas casas de alguns informantes, seguindo as medidas sanitárias recomendadas pelos órgãos de saúde. Para toda a pesquisa, seguimos ainda a tradição teórica e metodológica do Grupo de pesquisa Usos Sociais da Mídia, da Universidade Federal de Santa Maria, coordenado pela professora Dra. Veneza Ronsini.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É no ambiente familiar o local onde encontramos a essência da agricultura familiar, pois é essa formação estrutural que garante sua manutenção e o trabalho na propriedade, já que os princípios da agricultura familiar estão na utilização da força de trabalho da família (SCHNEIDER, 2003). É através dessa estrutura que os indivíduos organizam o consumo de mídia, as rotinas de trabalho, suas crenças e valores.

É na família que são evidenciadas virtudes pessoais como formas de alcançar objetivos e buscar uma melhor condição de vida. A classe social dos agricultores familiares, faz com que esses valores morais sejam reafirmados, aspectos que são comuns aos batalhadores, na perspectiva de Souza (2010), que se mantém entre os participantes do movimento de economia solidária ou que talvez, sejam reforçados por essa condição, já que existe o estímulo a partir do movimento, para que as famílias cultivem preceitos de vida básicos para a convivência humana.

Essas condições colocadas como fundamentais perante o capital econômico, são formas, segundo Souza (2010), de redimir a condição financeira, a partir de uma sólida noção de dignidade e honestidade. Para o autor, a classe trabalhadora na qual estão as famílias de agricultores familiares, faz da necessidade, um padrão de vida, aceitando e internalizando sua condição.

Também é possível perceber uma disputa simbólica através do estigma, que funciona como um tipo de violência para se encaixar no modelo de sociedade que valoriza aspectos da vida capitalista (GOFFMAN, 1988). Os informantes relataram que a cultura do atraso no campo, é comum na escola ou nas relações estabelecidas em ambientes urbanos, por isso, percebemos uma tentativa de estar junto das pessoas em posição social semelhante, evitando constrangimentos pelo fato de serem agricultores. Nesse sentido, a valorização, embora não seja percebida por eles em relação a outros grupos, é importante pelo trabalho desenvolvido pela economia solidária, até como um resgate da autoestima familiar.

Todos os informantes destacaram a falta de valorização por parte dos governantes, clientes, empresas e da mídia. O sentimento de desvalorização é muitas vezes motivo de desânimo para a sequência das atividades, o não encorajamento dos jovens a permanecerem no campo e a busca por outras formas de garantir a manutenção da propriedade. A falta de políticas públicas concretas, e a extinção de secretarias e ministérios voltados para a Economia Solidária nos últimos anos, também apareceram nos relatos dos agricultores, “eu não me lembro de ter tido investimento de governo estadual, federal, municipal, assim, que incentivasse a pessoa a continuar trabalhando” (LUIS, 51 anos, família 2).

Essa desvalorização foi um fator que fez com que verificássemos uma desidentificação com o conceito de agricultura familiar em alguns momentos. Marcio (45 anos, Família 1), por exemplo, se declarou agropecuarista, mostrando uma aproximação com outro grupo rural. Para Skeggs (1997), a projeção da identidade, não é necessariamente uma vontade frustrada de pertencer a outro grupo rural, mas o desejo de conquistar a valorização e o respeito que os agricultores familiares ainda buscam e que eles conheceram em outros momentos da vida. Não se identificar integralmente como agricultor familiar, não significa querer ser um grande produtor rural, mas é uma atitude de ordem política, de oposição às arbitrariedades das categorizações sociais, e que ao mesmo tempo,

nos mostra como nas lutas pela identidade não é possível escapar ao poder das classes.

Se por um lado vemos um desejo de valorização social dos agricultores, semelhante ao que acontece com o agronegócio que é totalmente vinculado ao capitalismo, por outro identificamos a negação do vínculo com frações de classe consideradas inferiores. Mesmo que os Movimentos Sociais considerados campesinos, estejam presentes na feira de Economia Solidária, os informantes evitam falar quando são questionados sobre eles, afirmando desconhecerem o trabalho desses Movimentos ou que estes não interferem nas atividades da agricultura familiar.

Constatamos ainda, o desaparecimento de referências diretas às classes sociais nas entrevistas, bem como nos discursos do dia a dia, o que mostra que a ação das classes se tornou silenciosa e passou a aparecer codificada em termos distintos. Assim, temos comparações com “outros”, através de uma distância social estabelecida lexicalmente nas hierarquias. A diferenciação entre ‘nós’ e ‘eles’ envolve aspectos de hierarquia, de diferenças material e moral e de julgamento sobre o modo de vida social.

Durante toda a pesquisa, foi possível perceber que quanto mais engajamento com o Projeto Esperança/Cooesperança, maior é a crença no modelo de Economia Solidária. Paul Singer (2002), atribui esse fundamento como essencial para que o modelo funcione, pois é através do conhecimento de todo o processo que envolve o trabalho do Projeto, que se fará com que as famílias se envolvam e vivam efetivamente a economia solidária.

Em relação ao consumo de mídia, bem como os meios utilizados, foi possível perceber que, em função da pandemia, houve uma melhora nas redes de internet, o celular passou a ser usado para a assistência de aulas e *lives* pelos jovens agricultores familiares e ainda, alguns agricultores começaram a participar de reuniões de trabalho, através da internet. Embora o celular tenha sido mais usado em função da pandemia, seu uso ainda se dá de forma distinta conforme a

geração. Os informantes mais jovens demonstram mais familiaridade com o celular e o acesso à internet, mas a maioria, utiliza apenas “quando dá tempo” e quando é preciso para atividades escolares. Dos 6 adultos, cinco utilizam o aparelho celular para fazer ligações, atender clientes e conversar com colegas da feira, três dos adultos fazem uso também para pesquisar sobre assuntos relacionados ao meio rural e dois utilizam aplicativos para pagar contas e organizar algumas atividades na propriedade rural. O uso, mesmo que em graus diferentes, permite que se rompam algumas distâncias comuns ao rural brasileiro, levando inclusive as novas gerações ao sentimento de que “aqui tem tudo igual na cidade”.

Já o consumo das mídias tradicionais se dá através do rádio e da televisão e, a busca nestes meios é principalmente por informação. O rádio, pela proximidade, já que é considerado o meio com mais notícias locais e também companhia nos ambientes de trabalho, como no galpão ou no carro. A televisão está sempre ligada, tem jornais tradicionais que costumam ser assistidos em família e que é um importante meio de acesso ao que acontece no mundo.

Em relação à ritualidade, observamos que os meios tradicionais mantêm uma centralidade nas rotinas familiares. Os horários de programas de rádio e televisão pautam horários das refeições e os momentos em que as pessoas encontram para ficarem reunidas em família, após a longa rotina de trabalho.

Nesta pesquisa, buscamos compreender ainda, as representações que os agricultores familiares expressam acerca das noções de rural a partir do consumo midiático. As leituras que fazem diante do que veem, leem e ouvem e como isso está presente no cotidiano em articulação com a construção da identidade de classe. Os informantes atribuem à mídia, a forma como são vistos pela sociedade e afirmam que devido às representações do rural, o setor não é valorizado. Segundo eles, se a mídia mostrasse mais a realidade do pequeno agricultor, as pessoas teriam um outro olhar sobre o campo.

Central na questão das representações, o capital econômico aparece como determinante para a forma como a mídia fará a representação do rural, 10 dos 11

informantes fazem uma clara oposição entre “nós”, os pequenos, e os “grandões”, “o maior”, os “lavoureiros” ou os que “têm dinheiro”. Marcia destacou que “o maior, aí entra a questão financeira, ele vai lá e paga um comercial aí ele vai aparecer, eu quero uma reportagem” (MARCIA, 45 anos, família 1). A desidentificação mostra-se aqui, como uma manifestação dos processos históricos que levam à construção da identidade de classe, através da afirmação do não se tornar visível através da mídia, em uma disputa por espaço com outros grupos do rural.

Em relação ao consumo de telenovelas, nenhum informante lembrou espontaneamente de alguma com temática rural. A trama “Êta mundo bom”, construída em núcleos rurais, estava sendo reprisada durante a pesquisa e mesmo assim, não foi lembrada como uma novela que retrata a vida no campo. Durante uma visita a casa da família 2, a novela estava sendo assistida, mesmo assim, não foi lembrada como representativa do mundo rural. Desse modo, a tradição dicotômica entre o rural e o urbano e a vida no campo representada de maneira caricata na teledramaturgia, como o caso da telenovela citada, expõe a desidentificação com das representações sociais nas telenovelas, como revelado também por Ronsini (2011) em relação ao prosseguimento dos processos de classe. Na perspectiva de Bourdieu (2007), temos a questão da identidade social que se afirma na diferença, o que distingue as famílias de agricultores familiares pelo não reconhecimento deles com a situação apresentada, aquilo que “eles não são”.

Também questionamos sobre como os jovens, consomem conteúdos de entretenimento sobre o rural na internet, como vídeos em redes sociais de humoristas e influencers que usam a temática. O personagem “Badin o colono” é assistido por 07 dos 11 informantes. Conhecido por fazer vídeos de humor sobre situações da vida no meio rural em plataformas como o Instagram e o YouTube, o humorista que tem 01 milhão de seguidores no Instagram, retrata situações que acontecem no meio rural. Porém, 4 informantes deixam evidente uma desidentificação (SKEGGS, 1997) com a forma que o homem do campo

é retratado. Segundo eles, esse estereótipo da figura do rural faz com que as pessoas pensem que a vida no campo não tem dificuldades, como conta Tiago, “olha ele retrata para ser engraçado, mas todos nós sabemos que não é assim. Quem trabalha sabe que é triste, que é sofrido” (TIAGO, 15 anos, família 1).

Para finalizar, destacamos ainda que embora os agricultores reconheçam que em alguns momentos os meios de comunicação buscam mostrar o lado positivo do trabalho desenvolvido como, por exemplo, a organização através do modelo de economia solidária, a produção livre de agrotóxicos e o cuidado ambiental, eles não acreditam que essa representação se converta em valorização do trabalho. De modo geral, a televisão explora aspectos mais lúdicos e estéticos na construção dos conteúdos, pelas imagens por exemplo, através da representação de cenários que geralmente remetem a um ideal bucólico e romantizado, mas se sabe que as “paisagens rurais” escondem mais do que se revela sobre seus problemas. Uma ocultação, que facilita o processo de romantização, mas não apresenta, segundo os informantes, a realidade do agricultor familiar.

CONCLUSÃO

A incorporação das tecnologias digitais no cotidiano dos agricultores familiares se acelerou durante a pandemia e os meios de comunicação se tornaram ainda mais importantes na disseminação da informação, principalmente sobre as formas de prevenção ao coronavírus. Por outro lado, os mesmos meios se tornaram alvos de críticas por parte dos pesquisados, devido a cobertura da pandemia que ocupava parte da programação do noticiário.

A mídia é apontada como o principal caminho para se dar visibilidade à agricultura familiar - “para que não se esqueçam do campo” - e ainda, como uma esperança para que a sociedade reconheça o trabalho feito no meio rural. Mas também é apontada como o meio que acentua as dificuldades do setor, evidenciando aspectos negativos, como por exemplo pautas vinculadas

a desastres ambientais, secas, quebra na produção e reforçando uma imagem negativa do trabalho no meio rural.

O movimento de Economia Solidária se mostra como uma alternativa de resistência, uma esperança para que juntos, consigam melhorar as perspectivas de vida. De fato, entre os informantes é possível observar que houve uma melhora nas condições de vida a partir da organização nesse modelo, mas essa melhora econômica, ainda não os deixam em uma situação confortável. Essa mudança garante o que o próprio projeto se propõe, que é muitas vezes apresentar uma nova forma de vida. Muitos são os casos de agricultores que buscavam formas de parar com o plantio de fumo e arroz, comuns na região central do Rio Grande do Sul, por exemplo, e se dedicaram a produção de verduras, legumes, frutas, etc. A mudança está atrelada ao elevado custo de produção e baixo preço na comercialização, e ao grande uso de agrotóxicos, entre as duas culturas, o que acarreta muitas vezes em problemas de saúde para os agricultores.

A agricultura familiar apresenta vantagens em um campo simbólico que coloca os agricultores num patamar de identificação com a classe média. Afirmamos isso, diante dos discursos políticos e sociais que se estabelecem no entorno dessa fração do meio rural. Os movimentos campesinos são associados, muitas vezes, pela própria mídia ao negativo, à baderna, à desorganização. Já a elite rural, é considerada a força econômica do país, mas é associada também, de forma negativa ao modo capitalista de produção, ao uso de agrotóxicos, a exploração da terra e o desmatamento para a expansão das áreas agrícolas. No meio termo dessas frações de classe, está o agricultor familiar, que ao se denominar dessa forma, evita a associação com outras categorias e se posiciona entre a elite rural e os trabalhadores rurais.

Em relação ao consumo de mídia entre os agricultores familiares, fica evidente que a mídia exerce grande influência no cotidiano dos informantes. Seja como organizadora das rotinas, opção de entretenimento, ferramenta para estudo, pesquisas, e aos poucos, na organização do trabalho e incorporação das redes

sociais e aplicativos para a comercialização de produtos. Desse modo, o rádio, a televisão e o celular são os mais utilizados no cotidiano. O rádio, principalmente entre os homens durante os deslocamentos entre a propriedade e outros lugares, no carro ou no caminhão, e entre as mulheres, principalmente dentro de casa, na cozinha. A televisão é utilizada por todas as gerações, seja para informação através da TV aberta ou então, para entretenimento em plataformas como Youtube e Netflix. O celular também é o meio utilizado entre todas as gerações, mas com funcionalidades e aplicações diferentes, que variam conforme o capital cultural e a idade. Os jovens sabem utilizar todas as funções, ligações, redes sociais, aplicativos, músicas, jogos, etc. mas nem sempre o fazem, principalmente pela dedicação às rotinas de trabalho da família. Entre as mulheres, se percebe um consumo voltado mais para a atualização de redes sociais e busca por informação. Desse modo, concluímos que a incorporação dos meios digitais se mostra cada vez mais presente e, existe uma redução das dificuldades estruturais que se revelaram em outras pesquisas. A internet está cada vez mais presente no meio rural, bem como os equipamentos que permitem seu acesso. Porém, o uso desses meios ainda fica condicionado às rotinas de trabalho e aos valores familiares. É uma incorporação que se dá de forma mais lenta que nos contextos urbanos, mas que mostra que esses meios, principalmente pela aceleração causada pela pandemia, fazem parte do cotidiano dos agricultores familiares.

Podemos considerar ainda que os informantes reconhecem uma imagem negativa em relação à categoria social a qual pertencem em alguns contextos, ou seja, não existe a valorização plena da atividade. Por isso, encontramos muitas vezes a negação ou então a desidentificação (SKEGGS, 1997) com essa fração do rural. Evidentemente, essa noção pode ser atribuída também aos meios de comunicação que reforçam estereótipos e dão visibilidade à agricultura familiar em contextos negativos. A desidentificação mostra-se como uma manifestação dos processos históricos que levam à construção da identidade de classe, através da afirmação do não se tornar visível através da mídia, em uma disputa por espaço com outros grupos do rural.

A construção da identidade de classe, está vinculada às relações que os agricultores familiares estabelecem com a mídia. Toda a construção identitária é comunicada ao mundo e aos outros sob a forma de representação, pela forma como algo é "mostrado e visto". Assim, a noção da situação de classe se estabelece através das leituras feitas da representação midiática. A forma como o rural é mostrado, através de reportagens e programas que falem do campo, deixa claro a posição de inferioridade dos agricultores familiares em relação aos grupos rurais com maior poder aquisitivo. A ideia coletiva de que há a inserção somente dos grandes produtores na mídia, bem como, de que a inserção do pequeno agricultor ocorre apenas em notícias relacionadas às perdas, intempéries climáticas e aspectos mais negativos, mostra que o sentimento identitário de pertencimento àquele grupo social, está presente. Também, os agricultores familiares, enquanto grupo social, reforçam o sentido que circula socialmente sobre o agronegócio, em termos mais capitalistas, associados à devastação ambiental e à exploração, reforçados pela mídia.

Amparado nesta pesquisa e em outros autores que estudam o tema, é possível reafirmar que devido ao trabalho nem sempre valorizado, os agricultores familiares adotam estratégias de sobrevivência e porque não dizer, de resistência, pois precisam se manter em um meio que tem sido romantizado pela mídia como um local a ser explorado turisticamente, como espaço de qualidade de vida ou ainda através dos aspectos culturais, mas que quase nunca revela as suas lutas e desigualdades presentes nesse espaço.

A Economia Solidária se mostra como uma forma de valorização e até de incentivo ao trabalho dos agricultores familiares, a ação coletiva em torno de um movimento social propicia maior representatividade e organização aos agricultores, mas ainda, mesmo que tente se opor ao capitalismo, esbarra no próprio sistema.

REFERÊNCIAS

BONIN, J. A. **Estratégia multimetodológica de captação de dados em pesquisa de recepção: a experiência da investigação.** Telenovela, identidade étnica e cotidiano familiar. Rastros, Joinville, v-1, p. 6-18, 2004.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk; 1984.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** 5ª Edição. Perspectiva: São Paulo, 2007.

COULDRY, N. **Media, Society, World – Social Theory and Digital Media Practice.** 2012.

DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.) **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2009.

ESCOSTEGUY, A. C.; FELIPPI, A. C. T. **As tecnologias de comunicação no cotidiano de famílias rurais : (re)configurações de uma ruralidade.** Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Ousar a solidariedade: partilha de práticas de economia social e solidária no Brasil e no Quebec.** Brasília: FBES, 2008.

FROEHLICH, J. M.; MARIN, J. **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial.** Santa Maria: Editora UFSM, 2019.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer, Martin W.; GASKELL, George (Org.) **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, p. 64-89, 2002.

GOFFMANN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4 ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1988.

HINE, C. **Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday.** Bloomsbury Academic, 2015.

JACKS, N. (Coord.). **Meios e Audiências III: reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil.** Porto Alegre: Sulina, 2017.

LOPES, M. I. V.; BORELLI, S. H. S.; RESENDE, V. R. **Vivendo com a telenovela. Mediações, recepção, teleficcionalidade.** São Paulo: Summus. 2002.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987.

MARTÍN-BARBERO, J. **De los medios a las practicas. Cuadernos de comunicación y practicas sociales,** n. 1, p. 9-18, 1990.

MARTÍN-BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía.** 4. ed. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1998b.

MARTÍN-BARBERO, J.; BERKIN, S. C. **Ver con los outros: comunicación intercultural.** México: Fondo de cultura económica, 2018.

QUADROS, W.; GIMENEZ, D.; ANTUNES, D. **So, Are We a Middle-Class Country? Labor Market, Income, and Social Change in Brazil in the Twentieth Century.** FACAMP, UNICAMP. 2013.

RONSINI, V. M. **Mercadores de Sentido**: consumo de mídia e identidades juvenis**.** Porto Alegre: Sulina, 2007.

RONSINI, V. M. **A etnografia crítica da recepção**: miniaturistas em campo**.** Campo Grande: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011.

RONSINI, V. M. **A crença no mérito e a desigualdade**: a recepção da telenovela do horário nobre. Sulina. Porto Alegre. 2012.

RONSINI, V. M. Telenovelas e a questão da finalidade de classe. **Matrizes**. V. 10, n. 2, p. 45-60, 2016.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SETTON, M. G. J. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. **Educ. Soc**., Campinas, vol. 26, n. 90, p. 77-105, Jan./Abr. 2005

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** 1ª Edição. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.

SKEGGS, B. **Formations of class and gender**. Londres, 1997.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2010.

UCHÔA, C.; KERTESNETSKY, C. L.; SILVA, N. V. Padrões de consumo e estilos de vida: Em busca da nova classe média. In: 37º Encontro Nacional da ANPOCS. **Anais.** 2013.

WILLIAMS, R. **O Campo e a Cidade**: na história e na literatura**.** São Paulo: Companhia das Letra. 1989.

10.48209/978-65-COOP9-03-1

CAPÍTULO 3

MAGNITUDE DA ECONOMIA RURAL, AGRÍCOLA, PECUÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO AGRONEGÓCIO NO VALE DO JAGUARI

Felipe Ben Machado
Natália Pires Coelho

INTRODUÇÃO

A alta flexibilidade de adaptação a diferentes processos de produção e a variedade de fontes de renda tornaram a agricultura familiar elemento fundamental da modernização agrícola e, particularmente, de certas cadeias agroindustriais no Brasil. A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar vem ganhando força impulsionada através de debates embasados no desenvolvimento sustentável e também na geração de emprego e renda e na segurança alimentar.

Segundo o autor (Mazaro, 2020) a agricultura familiar é toda forma de cultivo de terra que é administrada por uma família e emprega como mão de obra os membros da mesma. A produção de alimentos acontece em pequenas propriedades de terra e se destina a subsistência do produtor rural e ao mercado interno do país. A mesma se diferencia dos demais tipos de agricultura pois nela a gestão da propriedade é compartilhada pela família e os alimentos produzidos nela constituírem a principal fonte de renda para essas pessoas.

De acordo com o ministério da agricultura, pecuária e abastecimento, a agricultura familiar é a principal responsável pela produção de 80% dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, etc. O setor se destaca tanto na produção de grandes culturas e da pecuária em geral. A mesma tem a sua participação na produção e movimentação do agronegócio brasileiro, e se destaca por gerar renda para a maioria dos brasileiros, sendo assim mais diversificada e, por isso, ecologicamente sustentável.

(Mior, 2005) Salienta que o desenvolvimento rural do Brasil deve ter a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar como estratégia dos governantes. A agricultura familiar converge com o processo produtivo e

econômico das agroindústrias e estas fomentam várias atividades, dentre elas, a criação de suínos, aves e atividade leiteira, realizadas em forma de parceria entre os agricultores e pecuaristas.

DESENVOLVIMENTO

A região de abrangência da pesquisa é a do Vale do Jaguari, aonde se situa várias cidades do Centro Oeste do estado do Rio Grande dos Sul (Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda). Ambas cidades representa grande importância na produção de alimentos e variedade de culturas pela agricultura familiar e o agronegócio.

De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), os municípios dessa região soma aproximadamente 116.305 mil habitantes e 11.262,117 Km², e 16,6% destes estão relacionados à atividade rural. Foi utilizado dados do censo agropecuário de 2006 e 2017, após comparação entre ambos.

O Brasil possui uma grande riqueza em termos de diversidade cultural e étnica que tem resultado em um considerável armazenamento de conhecimentos e tecnologias tradicionais, transmitidos de geração em geração, porém com o crescimento populacional e o desenvolvimento tecnológico, o êxodo rural tem aparecido como o principal fator de desorganização e erosão do conhecimento sobre o modo de vida no meio rural. Este estudo teve como objetivo verificar as análises da região e foram baseadas sobre o histórico da população de cada município situados no vale do Jaguari.

Percorridas as etapas descritas, foi feito a análise de tudo que foi colhido e interpretação e organização de todos estes dados, podendo finalmente fazer um embate dos dados colhidos, com toda a literatura sustentadora de nossa pesquisa, confrontando os mesmos para a realização da discussão.

RESULTADO E DISCUSSÃO

EFEITOS DO ÊXODO RURAL REGIONAL E FEMININO

Segundo as tabelas formuladas utilizando os dados coletados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017 do IBGE e seu comparativo, nota-se que houve uma grande diferença entre a população rural e a urbana dos municípios do Vale do Jaguari.

Tabela 1- Índice Populacional no Vale do Jaguari, referente ao ano de 2017.

POPULAÇÃO DO VALE DO JAGUARI 2017						População Rural		Porcentagem por sexo	
MUNICIPÍOS	Rural	Urbana	Total	Rural/ Urb	Urb/ Rural	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Cacequi	915	11.376	12.291	7,40%	92,60%	251	664	27,40%	72,60%
Capão do Cipó	1.212	2.533	3.745	32,40%	67,60%	486	726	40,10%	59,90%
Jaguari	3.438	7.246	10.684	32,20%	67,80%	1.382	2.056	40,20%	59,80%
Mata	1.569	3.191	4.760	33,00%	67,00%	657	912	41,90%	58,10%
Nova Esperança do Sul	721	4.744	5.465	13,20%	86,80%	191	530	26,50%	73,50%
Santiago	3.343	45.955	49.298	6,80%	93,20%	1.218	2.125	36,40%	63,60%
São Francisco de Assis	4.870	13.211	18.081	26,90%	73,10%	1.756	3.111	36,10%	63,90%
São Vicente do Sul	2.118	6.624	8.742	24,20%	75,80%	803	1.315	37,90%	62,10%
Unistalda	1.135	1.171	2.306	49,20%	50,80%	444	691	39,10%	60,90%
TOTAL	**19.321**	**96.051**	**115.372**	**16,70%**	**83,30%**	**7188**	**12.130**	**37,20%**	**62,80%**

Fonte: Censo Agropecuário 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

TABELA 2- Índice Populacional no Vale do Jaguari, referente ao ano de 2006.

POPULAÇÃO DO VALE DO JAGUARI 2006						População Rural		Porcentagem por sexo	
MUNICIPÍOS	Rural	Urbana	Total	Rural/ Urb	Urb/ Rural	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Cacequi	1.785	11.891	13.676	13,10%	86,90%	294	1.491	16,50%	83,50%
Capão do Cipó	2.162	942	3.104	69,70%	30,30%	858	1.304	39,70%	60,30%
Jaguari	4.638	6.835	11.473	40,40%	59,60%	1.868	2.770	40,30%	59,70%
Mata	2.076	3.035	5.111	40,60%	59,40%	798	1.278	38,40%	61,60%
Nova Esperança do Sul	1.152	3.519	4.671	24,70%	75,30%	424	728	36,80%	63,20%
Santiago	4.624	44.447	49.071	9,40%	90,60%	1.583	3.041	34,20%	65,80%
São Francisco de Assis	5.946	13.308	19.254	30,90%	69,10%	2.186	3.760	36,80%	63,20%
São Vicente do Sul	2.830	5.610	8.440	33,50%	66,50%	856	1.974	30,20%	69,80%
Unistalda	1.264	1186	2.450	51,60%	48,40%	489	775	38,70%	61,80%
TOTAL	**26.477**	**90.773**	**117.250**	**22,60%**	**77,40%**	**9.356**	**17.121**	**35,30%**	**64,70%**

Fonte: Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 3 - Comparativo entre os censos de 2006 e 2017.

COMPARATIVO 2017-2006						População Rural		Porcentagem por sexo	
MUNICIPÍOS	Rural	Urbana	Total	Rural/ Urb	Urb/ Rural	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Cacequi	-870	-515	-1385	-5,60%	5,60%	-43	-827	11,00%	-11,00%
Capão do Cipó	-950	1591	641	-37,30%	37,30%	-372	-578	0,40%	-0,40%
Jaguari	-1200	411	-789	-8,20%	8,20%	-486	-714	-0,10%	0,10%

Mata	-507	156	-351	-7,70%	7,70%	-141	-366	3,40%	-3,40%
Nova Esperança do Sul	-431	1225	794	-11,50%	11,50%	-233	-198	-10,30%	10,30%
Santiago	-1281	1508	227	-2,60%	2,60%	-365	-916	2,20%	-2,20%
São Francisco de Assis	-1076	-97	-1173	-3,90%	3,90%	-430	-649	-0,70%	0,60%
São Vicente do Sul	-712	1014	302	-9,30%	9,30%	-53	-659	7,70%	-7,70%
Unistalda	-129	-15	-144	-2,40%	2,40%	-45	-84	0,40%	-0,40%
TOTAL	**-7156**	**5278**	**-1878**	**-5,80%**	**5,80%**	**-2168**	**-4991**	**1,90%**	**-1,90%**

Fonte: Comparativo entre os censos agropecuário do instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE) de 2006 e 2017, na região do Vale do Jaguari;

Realizando-se então um comparativo entre esses períodos, de acordo com a tabela acima, verifica-se que, apesar de Santiago ter uma diminuição de -1281 pessoas de sua população rural, seu percentual de -2,6% de população rural sobre a urbana, foi baixo, em consequência do tamanho de sua população total registrada. Já o município de Capão do Cipó registrou uma queda de -950 pessoas que saíram do campo e foram para a cidade, -37,3% da população rural sobre a urbana, registrando o maior percentual entre os municípios em relação a sua população total, bem como o maior êxodo rural em uma década.

Dessa forma, sendo responsável por problemas causados pela saída de pessoas do campo para a cidade, pois estas vão em busca de melhores condições de vida, oportunidades para jovens e adultos, já que cada vez mais a tecnologia substitui o homem, deixando a população rural incapacitado.

De acordo com os dados coletados, o êxodo rural se relaciona entre o espaço rural e o urbano. Pessoas do campo dirigem-se para cidade a fim de obter algum serviço, como fazer compras, ir ao banco, a farmácia, entre outros. Pessoas do campo assistem TV que são produzidos e transmitidos por canais da cidade. Agricultores que comunicam com pessoas da cidade para saber os preços dos produtos que estão plantando, grandes proprietários rurais transmitem o preço

dos produtos através do computador conectado à internet, procurando negociar suas vendas tomando por base essas informações (Branco & Lucci, 2012). O espaço rural além de ser o local da agropecuária, é transformado por inúmeras atividades que não são propriamente agrícolas. O desenvolvimento tecnológico proporcionou melhorias e expansão das vias de comunicação, telefonia e meio de transporte

Com isso, o desemprego que tal modernização causa, obriga pessoas a abandonarem o âmbito rural realmente por necessidade, pois não se beneficiavam de oportunidades que tal tecnologia trazia, o aumento do número e utilização de tratores, além de outros implementos e insumos agrícolas, eliminou muitos empregos no campo e engrossou as migrações para as cidades. Houve nesse momento uma intensificação do êxodo rural, com uma população excluída se direcionando para cidades de maior porte na região.

Essa modernização no campo apesar de trazer benefícios, problematiza a questão de como chamar a atenção dos jovens para o campo novamente, bem como buscar novas oportunidades, para que dessa forma haja um aumento na população rural e consequentemente os benefícios gerados por tal, já que estes jovens vem sendo direcionados para as cidades em busca de conhecimentos. Conforme afirma (Sousa, 1944) a educação rural prejudica o campo, pois os jovens querem aprender os conhecimentos e deixam de trabalhar na terra e “enchem” as cidades. Nesse sentido, surgem decretos para se criar escolas em locais que se tenha produção rural e colocar os professores primários para conhecer a necessidades de cada lugar. Tudo isso para se ter uma formação baseada nos labores da terra e que não se interessem pelos prazeres da cidade.

Entretanto não foi só a modernização do campo a responsável pelo grande êxodo rural que assola o Brasil e a região, a mudança no cultivo de culturas, a troca de uma por outra, também ajudou para tal situação. É importante reconhecer que a transferência da população do campo para a cidade não foi um fenômeno provocado apenas pela modernização agrícola. Segundo o

(Melo, 2011) a substituição de grandes cultura por culturas oleaginosas diminuiu significativamente a utilização de mão de obra no meio rural, já que a soja e o trigo, por exemplo, não eram plantações permanentes, pois estavam inclusas no sistema de rotação de culturas, além de contarem com um elevado nível de mecanização, dispensando a utilização de grande quantidade de mão de obra.

Em um segundo momento, voltando a analisar as tabelas anexadas acima, nota-se que a figura feminina diminuiu seus índices na maioria dos municípios nesse período de 2006 a 2017, sendo o mais afetado Jaguari com -486 e logo após São Francisco de Assis com -430, a mulher do campo apesar de apresentar percentuais menores que os masculinos, são de imensa importância para a família agricultora, já que cuidam de muitos afazeres na família.

Segundo (Hora, 2015) as mulheres são responsáveis, em grande medida, pelo alimento destinado ao autoconsumo familiar e por práticas de manejo ambientais adequadas. Representam 48% da população rural e são responsáveis por menos de 16% dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar.

Na atualidade, as mulheres participam de forma direta de todas as etapas da produção, embora em muitos momentos sejam consideradas “ajudantes” do processo. Trabalham diretamente no plantio, nos tratos de animais, na colheita, são responsáveis pela fabricação de doces, pães, queijos, etc., produtos que são vendidos por muitas famílias para compor o cardápio da merenda escolar, representando grande parcela da renda familiar.

Ainda assim tais mulheres rurais, lutam pela igualdade entre os gêneros, apesar de todos os direitos já adquiridos até então. Como citado pelo (Freire, 1987) no Brasil, o agronegócio se apropria cada vez mais de espaços, construindo territórios nos quais tem o poder de condicionar a divisão de trabalho em seus aspectos técnico, espacial e de gênero, relegando às mulheres os trabalhos mais precários, com os menores salários. O sucesso na dura lida diária, em conseguir essa melhoria de renda, torna a mulher cada vez mais imponderada no meio rural, o que garante uma perspectiva de um futuro mais igualitário, com melhor

qualidade de vida para as mulheres da agricultura familiar. Assim, busca apontar qual a importância da mulher do campo, como participação decisiva na economia da pequena propriedade da agricultura familiar.

Tais mulheres são diversas vezes esquecidas e negligenciadas, a desvalorização do seu trabalho que se torna invisível, é uma questão que vem sendo discutida. De acordo com (Paulilo, 1987) mesmo quando a mulher trabalha em funções consideradas tão difíceis e pesadas como as que são culturalmente desempenhadas por homens, seu trabalho é tido como ajuda, como “trabalho leve”.

Dessa forma então, assim como os jovens, as mulheres partem do campo para a cidade em busca de reconhecimento, trabalho e estudo na tentativa de se destacarem, o que não é algo negativo, mas pensando no âmbito rural, isso é uma perda significante e irreparável, com o aumento cada vez maior de tal situação, consequentemente aumenta-se a masculinizarão no campo.

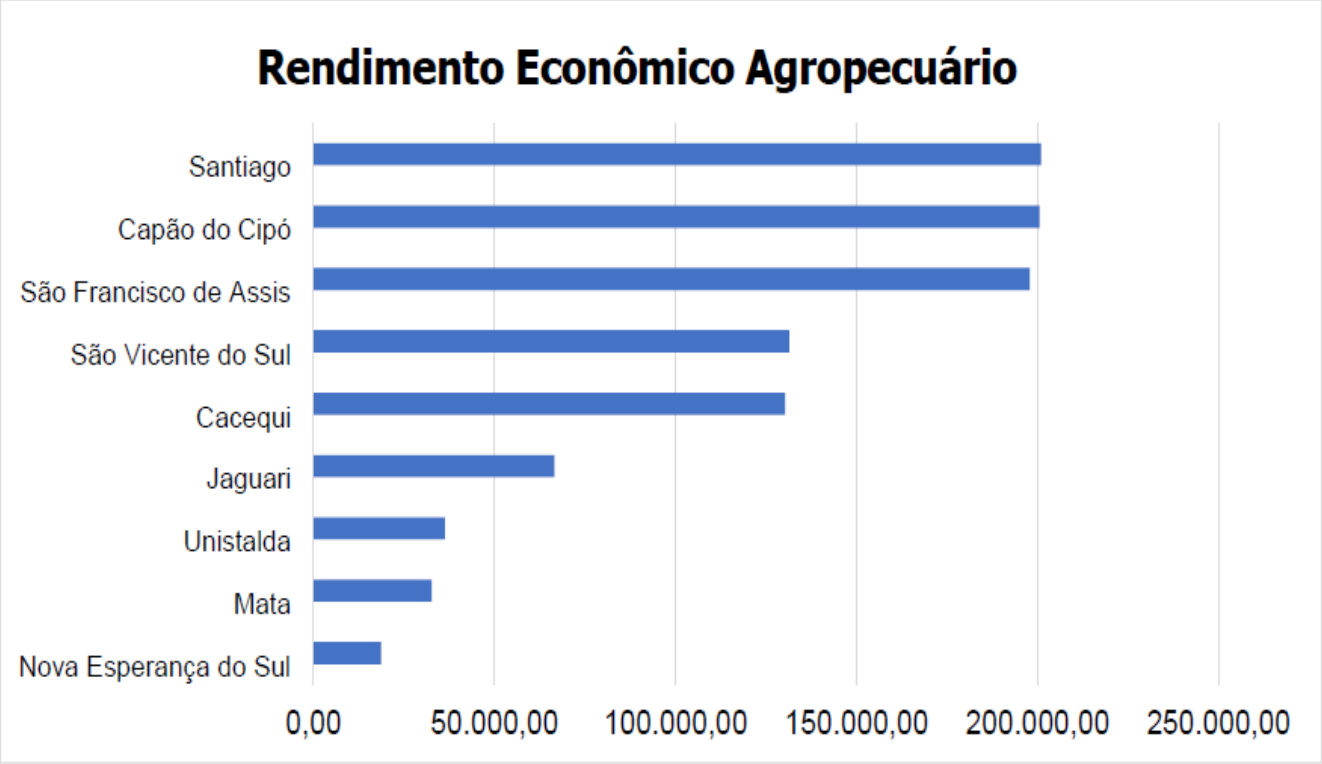
Essas circunstâncias geram nas mulheres, sobretudo as mais jovens, a necessidade de buscar autonomia através de trabalhos fora da área rural, aperfeiçoar os estudos ou migrar para as cidades. As filhas mulheres, passam a ser mais estimulada do que os filhos homens, a prosseguirem os estudos, cursar uma graduação (Carneiro M. , 1998). Esse processo na medida em que se intensifica, engendra a migração feminina e a “masculinização” das áreas rurais (Carneiro M. J., 2007)

No que diz a respeito ao êxodo rural, no que tange as questões de gênero, as moças deixam o campo antes e em uma proporção maior que os rapazes. Esse viés de gênero no êxodo rural não parece estar ligado a oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas à precariedade das perspectivas futuras, como trabalho e estudos. (Deser & Beltrão, 1992), afirma que cerca de 64% dos pais de jovens rurais preferem que os rapazes continuem no campo, enquanto esta proporção cai para aproximadamente 36% quando de se trata das filhas. No entanto, isso pelo fato de os rapazes serem considerados necessários

para a continuidade das atividades agrícolas do campo. A principal hipótese quanto a este processo parte do pressuposto de que o processo sucessório e toda a organização do processo de trabalho são enviesados contra a mulher. Isso não é novo e consiste num traço verdadeiramente secular das formas familiares de produção em todo o mundo (Cepal, 1996). Só que anteriormente, os códigos éticos e morais tão bem descritos por (Woortmann, 1994), estimulavam a mulher a permanecer no campo como um elo fundamental da cadeia produtiva. Neste sentido, o processo de saída das moças do campo faz parte do declínio do próprio caráter patriarcal que caracteriza tradicionalmente a família agricultora. Segundo (Camarano & Abramovay, 1999), tanto na agricultura quanto em atividades não agrícolas, a iniciativa dos jovens vivendo hoje no campo encontra-se fortemente inibida, não só por razões estritamente econômicas, mas também pela natureza da relação entre as gerações e entre gêneros.

RENDIMENTO AGROPECUÁRIO DO VALE DO JAGUARI

Gráfico 1 – Rendimento Econômico Agropecuário



Fonte: Censo agropecuário do instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE).
(Os valores são referente a x1000).

Considerando a importância do agronegócio nos aspectos de geração de renda e emprego, o setor desempenha papel de relevância estratégica no desenvolvimento socioeconômico do País, fato que tem chamado a atenção dos formuladores de políticas públicas para a promoção de ações que tenham como impacto a criação de ambiente favorável à manutenção e à ampliação dos investimentos no setor. Nesse sentido, conhecer os fatores responsáveis pela criação desse ambiente favorável e promover estratégias para seu gerenciamento têm sido o foco de preocupação dos gestores públicos e o objeto de problematização dos pesquisadores das ciências sociais aplicadas

Tabela 4 - Rendimento Agropecuário total e referente a cada 1000 habitantes

Cidades	Rendimento Agropecuário	Rendimento por Habitantes
Cacequi	R$ 130.228,13	R$ 9.522,38
Capão do Cipó	R$ 200.523,65	R$ 64.601,69
Jaguari	R$ 66.603,89	R$ 5.805,27
Mata	R$ 32.614,95	R$ 6.381,32
Nova Esperança do Sul	R$ 18.702,71	R$ 4.004,01
Santiago	R$ 201.013,23	R$ 4.096,38
São Francisco de Assis	R$ 197.832,12	R$ 10.274,86
São Vicente do Sul	R$ 131.370,49	R$ 15.565,22
Unistalda	R$ 36.218,13	R$ 14.782,91
TOTAL	**R$ 1.015.107,30**	**R$ 8.657,63**

Fonte: Censo agropecuário do instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE) 2017.

De acordo com o gráfico desenvolvido com os dados do último censo agropecuário (2017), os três municípios com a maior rentabilidade através do agronegócio é Santiago, Capão do Cipó e São Francisco de Assis, ambos acima de R$ 197 mil. Entre Santiago e Capão do Cipó, uma diferença bem baixa referente a valores, sendo menos de R$ 500,00. Mas em questão a sua população a diferença gira em torno de 45 mil pessoas a mais, em Santiago. Referente ao rendimento por munícipes, Capão do Cipó está como destaque, por ser um município pequeno em quantidade de pessoas, mas em questão de expansão territorial, e ganhos com o agronegócio, girando em torno de R$ 53 mil a cada 1000 munícipes da cidade. O mesmo sendo um elo para a cadeia produtiva pecuária e agrícola, da região e também regional, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a renda per capita populacional estando em torno de R$ 89 mil.

Tabela 5 – Rendimento agropecuário total e Produto Interno Bruto da Região, juntamente a sua referência e impacto no agronegócio.

Cidades	Rendimento Agropecuário	Produto Interno Bruto	Agro no PIB
Capão do Cipó	R$ 200.524	R$ 322.350	62,20%
Unistalda	R$ 36.218	R$ 68.336	53,00%
São Vicente do Sul	R$ 131.370	R$ 274.618	47,80%
São Francisco de Assis	R$ 197.832	R$ 494.105	40,00%
Cacequi	R$ 130.228	R$ 342.256	38,00%
Mata	R$ 32.615	R$ 114.241	28,50%
Jaguari	R$ 66.604	R$ 254.642	26,20%
Nova Esperança do Sul	R$ 18.703	R$ 128.579	14,50%
Santiago	R$ 201.013	R$ 1.442.761	13,90%
TOTAL	**R$ 1.015.107**	**R$ 3.441.888**	**29,50%**

Fonte: Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2017.

No que diz respeito às atividades agropecuárias, os municípios se destaca no desenvolvimento de grãos, hortaliças, fruticultura e pecuária. A agricultura familiar é um segmento produtivo ao desenvolvimento rural, já que abastece o mercado local, além de estar presente em 9.017 estabelecimentos rurais, correspondendo uma área de 1.001.206 hectares segundo o IBGE. Além disso, os agricultores familiares ainda industrializam alimentos, agregando valor à produção agropecuária. Entre estes produtos podemos citar pães, cucas, biscoitos, queijos, entre outros. É pertinente salientar como característica importante da Agricultura Familiar, no que tange à função social, é a geração de renda em nível local que abastece os mercados consumidores locais e regionais. As famílias se dedicam às atividades de alimentos estão utilizando matéria-prima própria, especialmente oriunda dos seus pomares e hortaliças domésticos e relacionasse diretamente com a comercialização dos produtos.

A agropecuária sempre apresentou grande relevância na esfera da economia nacional, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul. Com o processo de industrialização e inovações tecnológicas, esta atividade econômica tornou-se, de modo geral, um ator coadjuvante no processo de desenvolvimento econômico do estado de todo o país criando empregos, renda e divisas.

A agricultura brasileira se destaca entre as maiores do mundo, ocupando a quarta posição no ranking dos maiores produtores de alimentos e o Rio Grande do Sul o maior produtor nacional, e ainda, representa uma fonte de matéria-prima e de alimentos para inúmeros países. As principais características dos agricultores familiares são a independência de insumos externos à propriedade e a produção agrícola estar condicionada às necessidades do grupo familiar. No entanto, diversas outras características estão associadas a este tipo de agricultor como o uso de energia solar, animal e humana, a pequena propriedade, a alta autossuficiência e pouco uso de insumos externos, a força de trabalho familiar ou

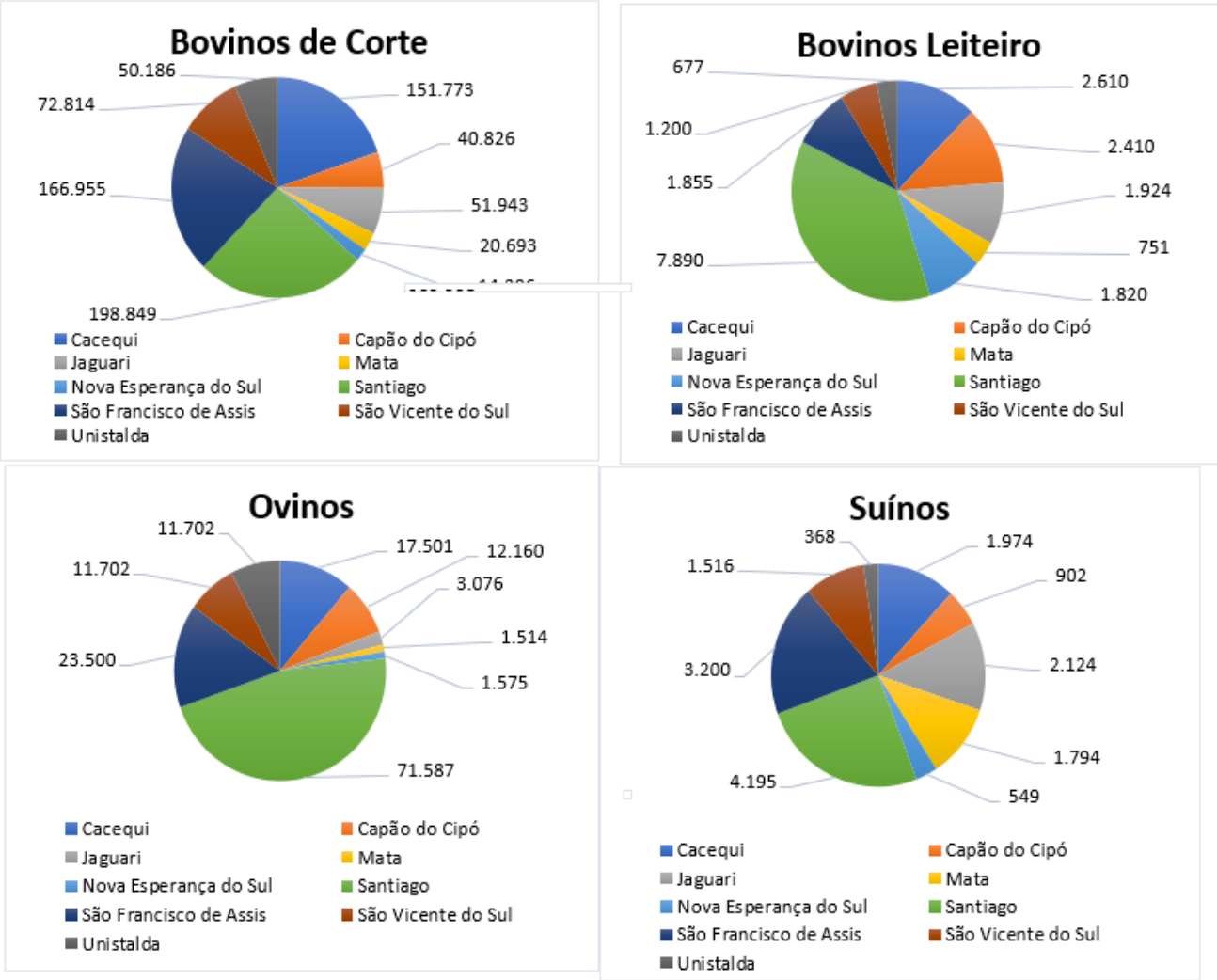
comunitária, a alta diversidade eco geográfica, biológica, genética e produtiva, baixa produção de dejetos, a predominância dos valores de uso, se baseia no intercâmbio ecológico com a natureza.

De acordo com a tabela 05, os municípios de Capão do Cipó e Unistalda tem um grande destaque no rendimento agropecuário em referência ao seu produto interno bruto (PIB), ambas cidades com mais de 50% da sua produção agrícola e pecuária está dando destaque ao PIB do município, o mesmo fortalecendo a economia rural, juntamente o agronegócio e a agricultura familiar da região.

De certo modo, Santiago e São Francisco de Assis, ambas maiores cidades do Vale do Jaguari em questão de Produto Interno Bruto e populacional. Tem um grande destaque no desenvolvimento da região e crescimento do agronegócio, com a produção de grandes culturas e uma quantidade esplêndida de rebanhos, como bovinos de corte e leiteiro, juntamente suínos e ovinos. O município de Santiago com o PIB acima de R$ 1,4 milhão, e São Francisco de Assis acima de R$ 490 mil, com um destaque de 40% do seu PIB referente ao agronegócio.

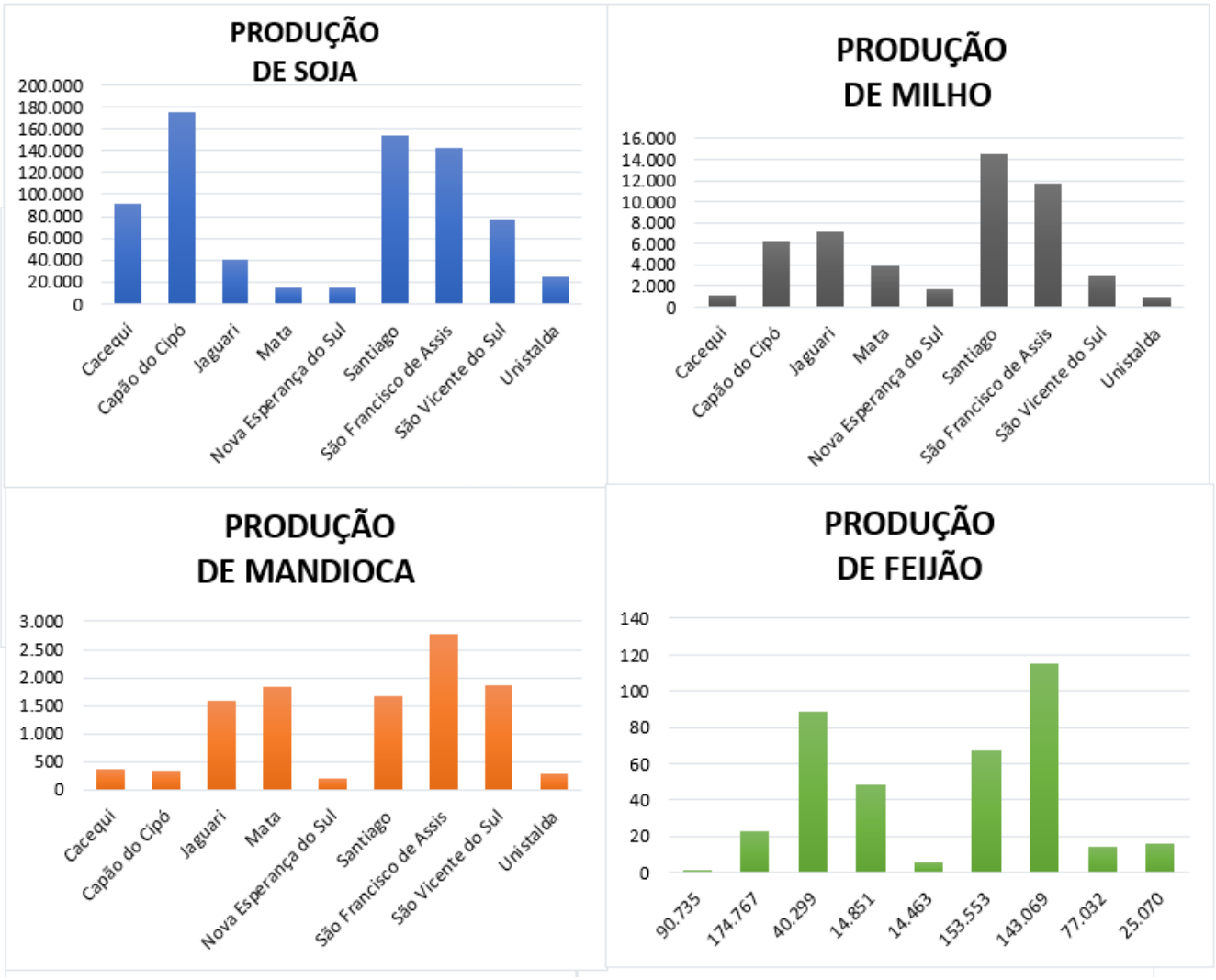
Referente ao rendimento agropecuário da região, com um PIB acima de R$ 3.440 milhões, a agropecuária cada vez tem mais força no Vale do Jaguari. O mesmo com um rendimento acima de R$ 1 milhão e respectivo a 29,5% do produto interno bruto total. Entretanto, ambas cidades muitas vezes tem uma grande quantidade de terra nas mãos de poucos, tornando isso um sistema latifundiário, muita riqueza nas mãos de poucos. De acordo com (Flores, 2002) O surgimento de políticas públicas e o fortalecimento de estratégias antigas, a partir da pressão exercida pelos movimentos sociais tem possibilitado a conquista de novos espaços, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, oficializado em 1996 e o fortalecimento das ações de reforma agrária, acontecimentos que marcaram a conquista de espaços para a agricultura familiar.

Gráfico 02 – Resultados da pecuária no vale do Jaguai



Fonte: Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2017.

Gráficos 03 – Resultados da agricultura familiar e agronegócio no desenvolvimentos agrícola do Vale do Jaguari



Fonte: Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2017.

De acordo com as tabelas acrescentadas, percebe-se que o Vale do Jaguari se destaca com a sua agricultura e pecuária, sendo Capão do Cipó o município com maior destaque no índice de agro do PIB, e Santiago com maior rentabilidade no agro, influenciando positivamente. Esses números mostram apenas uma parcela da importância e necessidade do agronegócio se fazer presente na economia brasileira, já que o Brasil é considerado o país com maior potencial agrícola do mundo, sua média de produtividade no setor da agricultura e da pecuária são muito positivas.

O agronegócio foi em anos recentes, e deverá continuar sendo nos próximos, a principal fonte de recursos para o desenvolvimento da economia brasileira. Graças a investimentos tecnológicos, que asseguram o aumento de produtividade do campo sem a necessidade de expansão significativa do uso de terras nas últimas décadas. De acordo com (Rezende, 2017) o agronegócio tornou-se extremamente competitivo em termos globais e o país assumiu importante posição no mercado agrícola mundial.

Dessa forma, a agricultura está presente nos municípios do Vale do Jaguari, com suas diferentes produções já incrementadas nos gráficos acima. No cultivo da soja o município de Capão do Cipó domina os índices de forma positiva; o grão do soja, o farelo do soja e o óleo de soja, juntos tem grande peso para as exportações brasileiras e se somados, ocupam a primeira posição da pauta de exportação do Brasil no ano de 2008.

Na produção de milho, o município de Santiago tem maior relevância entre os municípios, a importância econômica do milho é caracterizada pelas diversas formas de sua utilização, que vai desde a alimentação animal até a indústria de alta tecnologia. Diante de (Duarte , Mattoso , & Garcia, 2021), o uso do milho em grão como alimentação animal representa a maior parte do consumo desse cereal, isto é, cerca de 70% no mundo.

O município de São Francisco de Assis, ganha o destaque para o cultivo da mandioca, no Vale do Jaguari, tal cultura está presente em todo o território nacional e se insere no contexto social dos agricultores brasileiros, principalmente daqueles com menor tecnologia investida. Além da importância econômica, a mandioca possui características culturais, já que evolui junto com o povo brasileiro. É cultivada tanto em plantios industriais, como em pequenas áreas. Dessa maneira, tal município também se destaca no cultivo do feijão, e este tem sua importância na economia, apesar de ser em pequena escala nessa região. O estudo das tendências do consumo de feijão é relevante pelos seus aspectos

econômico, social e cultural, pois um país como o Brasil, que tem sua identidade cultural marcada por este tipo de alimentação tradicional, deve valorizar os benefícios que este alimento traz à saúde das pessoas.

Perante os gráficos apresentados acima, em um segundo momento direciona-se este estudo a pecuária, outro setor de extrema importância para o agronegócio, no Brasil é uma atividade antiga e por mais que tenhamos o hábito de remeter o termo pecuária a criação de gado de corte ou de leite, a atividade vai muito além. As atividades deste setor possuem forte representatividade na geração de divisas para o país e impactam diretamente no saldo da balança comercial.

Na região do Vale do Jaguari, quanto ao bovino de corte, o município que apresentou altos índices foi Santigo, o que contribui para que o Brasil seja atualmente, figura como um dos principais atores na produção e comércio de carne bovina no mundo, reflexo de um estruturado processo de desenvolvimento que elevou não só a produtividade como também a qualidade do produto brasileiro e, consequentemente sua competitividade e abrangência de mercado.

Quanto a criação de bovinos leiteiros, Santiago também teve destaque com sua produção; o leite é essencial à alimentação humana, sendo produzido em todo o mundo. A importância pode ser observada no ambiente produtivo e econômico mundial, principalmente em países considerados em desenvolvimento e em sistemas de agricultura familiar. O Brasil é o 5º maior produtor de leite em nível internacional, ficando apenas atrás da Índia, Estados Unidos da América, China e Paquistão.

Dessa maneira, Santiago permanece com os mais altos índices, pois na criação de ovinos, também supera os demais municípios de sua região; o crescimento da ovinocultura de corte tem sido impulsionado pelo elevado potencial do mercado consumidor e pela crescente aceitação da carne de cordeiro. Com

o consumo em açougues, grandes restaurantes e churrascarias, a carne de cordeiro, como produto nobre, tem o seu mercado estabelecido em grandes centros, garantindo um valor agregado que sustenta toda a cadeia da produção.

Na criação de suínos, mais uma vez o município de Santigo se destaca no Vale do Jaguari, com os mais altos números de tal animal; o Brasil é o quarto maior produtor mundial de carne suína, ficando atrás apenas da China, União Europeia e dos Estados Unidos. Tem aumentado sua participação e hoje representa 3,2% da produção mundial. (ABCS, 2014)

Nessa perspectiva, através dos dados mostrados nota-se que a pecuária na região do Vale do Jaguari e no Brasil traz inúmeros benefícios, já que esta é um dos pilares do agronegócio e consequentemente da economia brasileira, oferecendo empregos e oportunidades a milhares de pessoas.

CONCLUSÃO

Com isso, fica claro o impacto positivo do setor agrícola para a economia, e também o fortalecimento que este setor possui em interferir nos demais setores econômicos, seja direta ou indiretamente, já que esta tem grande peso no mercado nacional e internacional. Entretanto, o Brasil mesmo com um ótimo destaque e bons resultados no agronegócio poderia aumentar ainda mais sua produção, pois conta com áreas heterogêneas com grandes variedades de clima, tipos de solo, relevos e temperaturas, o que faz com que a produtividade oscile bastante de região para região, tendo assim, potencial de se beneficiar de tais oscilações e cultivar ainda mais variedades de alimentos. Bem como, buscar novas alternativas para o crescimento da população rural, pois com isso consequentemente aumenta-se a agricultura familiar e os percentuais positivos do agronegócio, além de conservar o patrimônio ambiental e cultural do país.

No que se refere as mudanças de paradigmas que está acontecendo nas últimas décadas, que tange as áreas urbanas e rurais, mostra que embora

tenhamos muitas conquistas quanto a liberdade e igualdade de gêneros, ainda há muito a se conquistar. Nesse sentido, as mulheres agricultoras têm dificuldades e estão geralmente, desapoderadas ou em desvantagem e, muitas vezes, são excluídas de participar de projetos de desenvolvimento rural, das atividades de produção agrícola e das associações.

Dessa forma, tendo em vista a importância dos temas que foram abordados nesse estudo, quanto a presença da mulher no campo, se faz necessário que algo seja feito, para converter tal situação, como políticas públicas que sejam criadas e ampliadas, para minimizar um dos indicadores da maior desigualdade de gênero na área rural: a dificuldade da mulher em se tornar economicamente ativa.

REFERÊNCIAS

Branco, A. L., & Lucci, E. A. (2012). *Coleção Plural - História.* São Paulo: Saraiva.

Duarte , J. d., Mattoso , M. J., & Garcia, J. C. (05 de Setembro de 2021). *ÁRVORE DO CONHECIMENTO MILHO*. Fonte: EMBRAPA: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/milho/arvore/CONTAG01_8_168200511157.html

ABCS, A. B. (DEZEMBRO de 2014). **Produção de Suínos: Teoria e Prática**. *Suinocultura Brasileira: Evolução na participação da produção mundial da carne suína*, p. 31.

Camarano, A. A., & Abramovay, R. (1999). *Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos.* Rio de Janeiro: IPEA.

Carneiro, M. (1998). **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. Em *Mundo Rural e Política*** (pp. p. 95-118). Rio de Janeiro.

Carneiro, M. J. (2007). **Juventude e novas mentalidades no cenário rural**. Em *Juventude Rural em Perspectiva.* Rio de Janeiro: Mauad.

Censo Agropecuário. (28 de Outubro de 2017). Fonte: Censo Agro 2017: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html

Cepal. (1996). **Juventude rural: força de modernidade e democracia**. *Divisão do desenvolvimento social*. Santiago, Chile: Cepal.

Deser, & Beltrão, F. (1992). **Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná**. *Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná*. Curitiba, Paraná, Brasil: Assesoar.

EMATER. (s.d.). **GUIA PRÁTICO PARA CULTIVO DE MANDIOCA**. *EMATER*, 2.

Flores, M. (2002). **Assistência técnica e agricultura familiar**. Em D. M. Lima, & J. Wilkinson, *Inovação nas tradições da agricultura familiar* (pp. p.347-360). Brasilia : CNPQ e Paralelo 15 Editores, DF.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Hofer, E., Borilli, S. P., & Bertina, R. (01 de Agosto de 2006). **Contabilidade como ferramenta gerencial para a atividade rural: um estudo de caso**. *Reflexão Contábil*, p. 5.

Hora, K. (2015). ***Mulheres e agroecologia***. São Paulo: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Mazaro, G. (20 de Fevereiro de 2020). *Qual a situação da agricultura familiar no Brasil?* Fonte: Politize: https://www.politize.com.br/agricultura-familiar/

Melo, N. A. (2011). **Do complexo rural à modernização agrícola brasileira**: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na Vila Rural: uma análise do programa vilas rurais no norte do paraná . *REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS*, p. 58-76.

Mior, L. C. (2005). ***Agricultura familiar, agroindústria e redes de desenvolvimento rural***. Chapecó: Argos.

Paulilo, M. (1987). **O peso do trabalho leve**. Em *Ciência Hoje* (pp. p. 64-70). Rio de Janeiro: SBPC.

Rezende, J. (2017). ***IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA PARA O BRASIL***. SÃO PAULO: ADECA AGRONEGOCIO.

Sousa, M. d. (1944). **O professor primário das zonas rurais**: formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência. Em *ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO.* Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da ABE.

WEDIKIN, I. (2002). **Os Agriclusters e a Construção da Competitividade Local**. Em I. WEDIKIN, *Congresso Brasileiro de Agriclusters* (pp. p. 43-55). São Paulo: ABAG.

Woortmann, E. (1994). ***Herdeiros, parentes e compadres***. Brasília, Distrito Federal, Brasil: Hucitec/UNB.

10.48209/978-65-COOP9-04-1

CAPÍTULO 4

(DES)ENVOLVIMENTO LOCAL: UMA COOPERATIVA EM UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Jose Paulo Fagundes
Lisandra S. Zorzella

INTRODUÇÃO

As múltiplas crises do capitalismo globalizado apresentadas desde o final da década de 1970 até o início do século XXI descortinaram a impossibilidade das políticas de Estado, ou seja, políticas macroestruturais, em resolver as diferenças na distribuição de investimentos produtivos por todas as regiões.

O desenvolvimento econômico buscado por políticas nacionais do tipo "deixar crescer o bolo para depois fatiá-lo" não possibilitaram a retirada de brasileiros do estado de pobreza. Pelo contrário, durante o período conhecido na literatura da economia clássica como Milagre Econômico, a distribuição se mostrou concentradora de renda e de investimentos nas regiões Sul e Sudeste.

Os resultados nos mostraram, ao longo da década de 1990, que investimentos feitos de forma globalizada não alcançam as localidades ou territórios mais distantes das "capitais". Foi, então, que o debate sobre desenvolvimento local, tomou corpo nas academias e gabinetes de Governos ansiosos por promover a escalada da ascensão social das parcelas menos favorecidas das comunidades fora do eixo de crescimento.

Segundo Fagundes (2010), o desenvolvimento local é o que apresenta maiores possibilidades de tornar sustentável, qualquer atividade, no longo prazo. A sustentabilidade dos projetos locais são, também, os que apresentam maior dinamismo na distribuição da renda entre os atores dessa atividade e maior sinergia com as outras atividades no entorno.

Os projetos sustentáveis privilegiam os "saberes locais", despertam o conhecimento, valorizam a cultura e aproximam as comunidades da natureza. Seja pela atividade industrial, pela atividade agrícola ou pelos serviços; a dinâmica de geração de emprego e renda leva em consideração o relacionamento entre cultura, meio-ambiente e sociedade.

Com essa perspectiva a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Canudos se desenvolveu dentro da comunidade se apropriando dos conhecimentos acerca das frutas nativas e do regime de coleta. Privilegiou as receitas locais que à décadas a mulher sertaneja utiliza para o consumo familiar. Aproximou as comunidades com dificuldades semelhantes, como a seca e a pobreza extrema. Utilizando-se dos potenciais locais, possibilitou a geração de renda, emprego e foi mais além, resgatou a dignidade dos desvalidos tornando-os associados de um empreendimento onde os mesmos são donos dos próprios destinos.

A COOPERCUC, como é chamada a cooperativa agropecuária familiar de Canudos, Uauá e Curaçá, está situada no norte baiano próximo a cidade de Juazeiro e distante, aproximadamente, 400km de Salvador. Localizada no Sertão nordestino. A região apresenta um dos menores IDH[1] do Brasil e uma das menores rendas *per capita* da Bahia. O solo árido e o precário regime de chuvas, típicos da caatinga, tornam ainda mais difícil a vida para as comunidades que dependem de cisternas para armazenar água.

A atividade econômica predominante na região é a criação de caprinos e a agricultura familiar de sequeiro, ou seja, extremamente dependente das chuvas e dos programas de governo. Mesmo que a poucos quilômetros existam canais dos projetos de irrigação. Esses não alcançam os pequenos agricultores familiares do sertão apenas o agronegócio produtor de divisas para os cofres de uma economia dependente.

Contrária a todo o pessimismo e a crueldade do sertão árido, a cooperativa buscou no sequeiro, região distante da água chamada fundo de pasto, a riqueza dessa terra. "*A natureza criou e lá deixou*"[2] o fruto que é capaz de armazenar água nos períodos mais secos do ano: O Umbu, ou Ymb-u como era chamado pelos índios Tupi Guarani, ou "árvore que dá de beber". Com enorme capacidade de armazenamento em suas raízes o Umbu resiste as mais cruéis secas e

1 Índice de Desenvolvimento Humano
2 Letra da música na literatura de cordel

intempéries. Abastece as comunidades de frutos entre os meses de dezembro a abril. Felizmente os umbuzeiros centenários têm sido explorados e multiplicados de forma sustentável pela Cooperativa.

A coleta do Umbu de forma sustentável e a utilização de uma fruta nativa para produzir doces que são vendidos até mesmo para países da Europa tornam a cooperativa uma alternativa de renda viável e responsável para as comunidades de Canudos, Curaçá e Uauá.

A evolução da produção da Coopercuc levou a cooperativa a processar, 200 toneladas de frutas (além do Umbu, a Goiaba, a Banana, o Maracujá) e colocá-las nos mais diversos pontos de vendas do país e do exterior. O seu maior comprador é o Governo Federal. Cerca de cinqüenta por cento é comprado pela CONAB[3] através do programa de aquisição de alimentos (PAA) para merenda escolar. Nesse programa são atendidos mais de 12 municípios e, aproximadamente 87 mil alunos de escolas públicas do sertão baiano. Vinte e cinco por cento são exportados, outros vinte e cinco são vendidos em feiras e supermercados de São Paulo, Juazeiro, Petrolina e Salvador.

OBJETIVOS

O trabalho buscou verificar se as cooperativas localizadas no semiárido nordestino conseguem desenvolver as regiões onde estão inseridas. Se promovem o crescimento econômico e social preservando e/ou conservando o ambiente natural. De forma mais específica buscou-se analisar a geração de renda, empoderamento econômico e inserção social dos associados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A dificuldade em definir “desenvolvimento sustentável” é resultado da sua própria ambigüidade. A tentativa de uma definição genérica esbarra na diferença de entendimento do que seja desenvolvimento. Segundo Almeida (1989), as definições variam conforme os objetivos dos agentes do desenvolvimento.

3 Companhia Nacional de Abastecimento;

De acordo com Acselrad (1993) e Redclift (1995) *apud* Bruseke (1995), duas são as linhas de definição sobre sustentabilidade. A primeira seria a manutenção do desenvolvimento econômico com certa preservação ambiental e melhoria social. A natureza passa, então, a ser capital que necessita ser conservado, precificado e contabilizado como custo na produção. Esse fato representa uma franca evolução da teoria Neoclássica, que considera as externalidades falhas de mercado que fazem com que determinados efeitos de atividades econômicas não sejam contabilizados no processo de transação. E a segunda trata das limitações da economia pela escassez da natureza, considerando o desenvolvimento incoerente com a preservação.

Outra corrente, segundo Leff (2000), sugere uma nova teoria de desenvolvimento baseada nos valores do ambientalismo. Embora limitado pelos conceitos e paradigmas racionais do sistema econômico, esse novo modelo internalizaria custos ambientais e adotaria indicadores de sustentabilidade sobre os recursos naturais.

> [...] o ecodesenvolvimento traz em seu prefixo mais que uma nova dimensão do desenvolvimento, traz uma refundamentação do desenvolvimento: as externalidades da racionalidade econômica, a destruição das condições ecológicas da produção é colocada em perspectiva histórica. O ambiente emerge como um conjunto de **princípios societários [grifo nosso]** e como um novo potencial de desenvolvimento fundamentado em novas condições culturais e tecnológicas, (Leff,1998, p. 165).

Inacy Sachs (2004) trata o desenvolvimento sustentável em duas polaridades: uma em que há injustiça social e outra em que há ameaça ao desenvolvimento pela deterioração ambiental. Sob esses pilares, constroem-se os diversos conceitos de desenvolvimento sustentável.

Fagundes (2010) classifica, como principais, três concepções de desenvolvimento: a primeira onde desenvolvimento é concebido como evolução, usada para expressar o movimento histórico e linear de avanço da humanidade; a segunda em que o desenvolvimento é caracterizado como crescimento econômico; e na terceira o desenvolvimento é visto como um mito.

É sabido que os projetos de desenvolvimento econômico foram concebidos a partir de cima com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais sem a participação das comunidades afetadas por essas políticas. Os planos de desenvolvimento tradicionalmente se centravam na aceleração do crescimento econômico.

A fragilidade e a inconsistência teórica das abordagens macroestruturais implicaram na revisão dos conceitos e críticas as concepções clássicas, surgindo assim o conceito de desenvolvimento local. Diversas dimensões passam então a ser incorporadas ao conceito. Fagundes (2010) argumenta que nessa perspectiva o desenvolvimento é percebido como moderador das vocações locais para além da mensuração econômica.

Desta forma o novo olhar sobre os conceitos de desenvolvimento é uma mudança nas referências teóricas as quais traziam uma abordagem estruturalista e economicista. As referências baseadas em contextos macroeconômicos de intervenção do Estado são gradativamente substituídas por uma referência baseada no ator, ou no agente de promoção do desenvolvimento. Trata-se de um processo endogenamente construído, baseando-se nas condições e recursos locais orientados de baixo para cima.

O conceito de local compreende a constituição do tecido social em que permeiam as relações entre os atores. O local passa a ser considerado, então, como uma forma social que constitui um nível de integração das ações e atores, dos grupos e das trocas. Essa forma é caracterizada pela relação privilegiada com um lugar, que varia em sua intensidade e em seu conteúdo (FIÚZA, 2005).

Segundo Buarque (*apud* FAGUNDES, 2002), é conceituado como um processo endógeno capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Nesta perspectiva, a promoção do desenvolvimento é orientada pelas necessidades e vontades dos atores locais.

A observância das potencialidades de cada região ou território pretende articular inovações que promovam ações coletivas de melhoria na renda e nas condições de bem estar. Fator determinante para criar condições de liberdade para as comunidades.

METODOLOGIA

O caso estudado, segundo neste trabalho foi escolhido, devido ao fato desta cooperativa ser acessível aos pesquisadores, que buscaram uma aproximação do ambiente onde ocorriam os fenômenos. Cabe ressaltar que, sendo um estudo exploratório, a profundidade das investigações pode determinar a possibilidade de se fazer inferências ou descobrir outras questões, variáveis ou elementos a respeito do assunto estudado que podem ser exploradas em outras pesquisas.

A seleção dos sujeitos da pesquisa foi feita pelo método não-probabilístico com amostragem por conveniência, a qual se caracteriza pelo fato de a seleção dos elementos da população depender, em parte, do julgamento dos pesquisadores, que selecionam membros mais acessíveis, tendo em vista a escassez de tempo, de recursos financeiros, materiais e pessoas. (SELLTIZ *et al*, 1967).

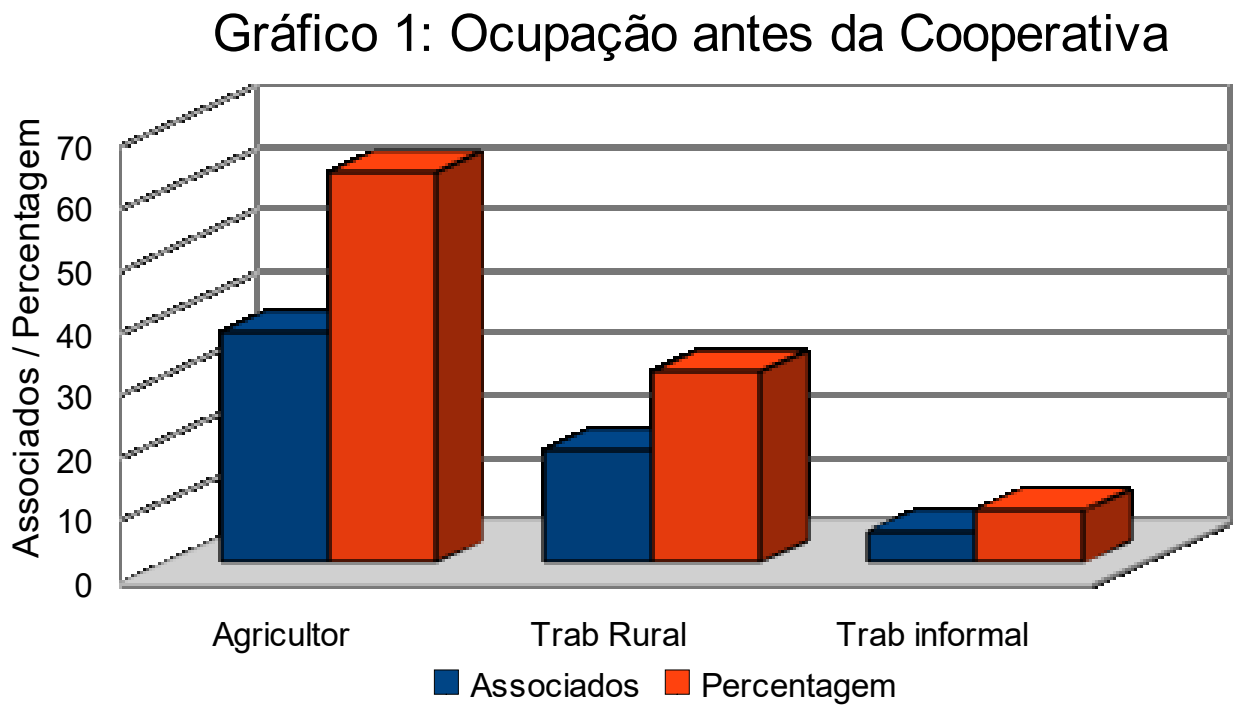
Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, e, quanto aos meios de investigação, trata-se de estudo de caso (GIL, 2010). O universo considerado desta pesquisa corresponde aos 142 (cento e quarenta e dois) cooperados da Cooperativa. A amostra utilizada nesse estudo é do tipo não probabilístico, portanto, como observado anteriormente definida pelo critério de acessibilidade, sendo composta de 59 pessoas das comunidades de Caititu, Caldeirão dos Almeida, Marruá e a sede Uauá; representando 41,55% do universo de cooperados. Nesta pesquisa que é de caráter quantitativo, optou-se pelo uso de questionário com perguntas semi padronizadas e fechadas, aplicado mediante entrevistas pessoais e institucionais, utilizando os mais diversos meios disponíveis – contato direto, Web, telefone entre outros.

Os dados depois de coletados foram tabulados com a utilização da Planilha Eletrônica simples. Esta tabulação serviu de base para a criação de gráficos e tabelas para análise dos resultados da pesquisa. Os dados foram obtidos mediante a técnica de levantamento primário e utilização de estatísticas anteriores (secundário), quando necessário.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Desde a sua formação ficou bem claro que o público alvo do trabalho das três freiras que "aportaram" em Uauá seria a mulher para que complementasse a renda da família e buscasse sua autonomia social e financeira. Por isso, a base dos cooperados é, até hoje, formada de mulheres agricultoras (39 cooperadas), substancialmente pequenas agricultoras familiares (62,71%). Embora, tenhamos hoje um bom número de homens, esses são oriundos do trabalho rural (30,51%, 18 cooperados) em outras propriedades e 6,78% de prestadores de serviços informais (5 cooperados).

Gráfico 1: Ocupação antes da Cooperativa

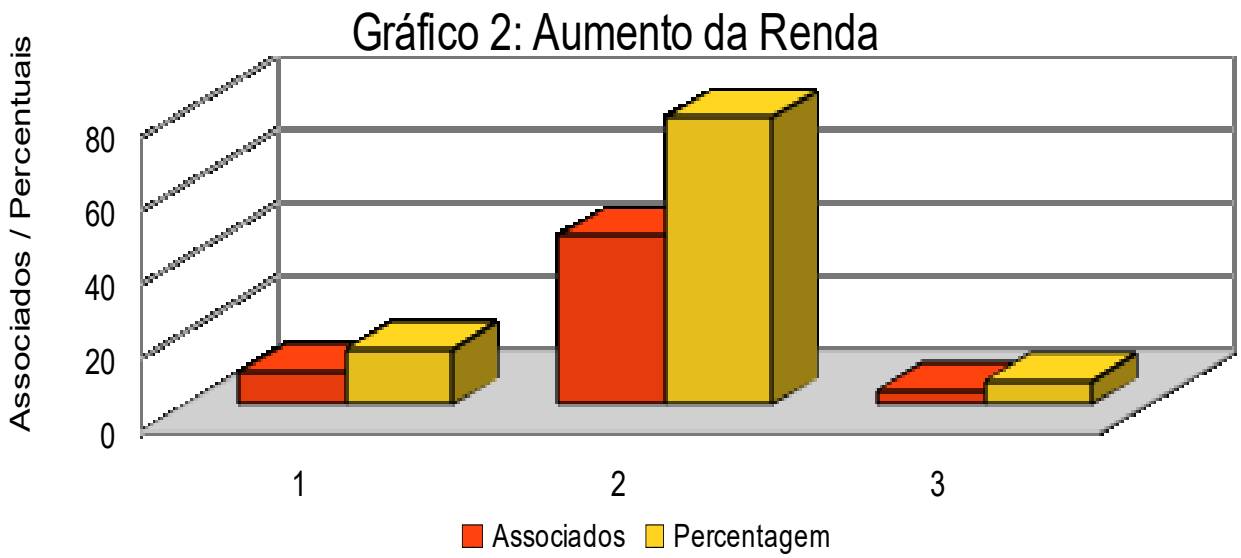


Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

O gráfico 2, mostra como resultado da pesquisa que houve uma considerável elevação na renda dos cooperados. Essa afirmativa tem com lastro as respostas às questões da pesquisa sobre a percepção dos rendimentos e do poder aquisitivo antes e depois da cooperativa. A maioria, 77,97%, ou seja, 46 cooperados, percebe a elevação no poder aquisitivo dos seus rendimentos de aproximadamente 30%; 15,25% percebem 20% de elevação e apenas 6,78% verificam 40% de ganho no rendimento.

Seguindo a lógica do gráfico 2, a pesquisa consegue levantar a condição de Bem Estar dos cooperados antes e depois da cooperativa analisando as aquisições de bens de consumo e bens duráveis por todos os cooperados ou família, uma vez que há como associados vários integrantes de cada família.

Gráfico 2: Aumento da Renda

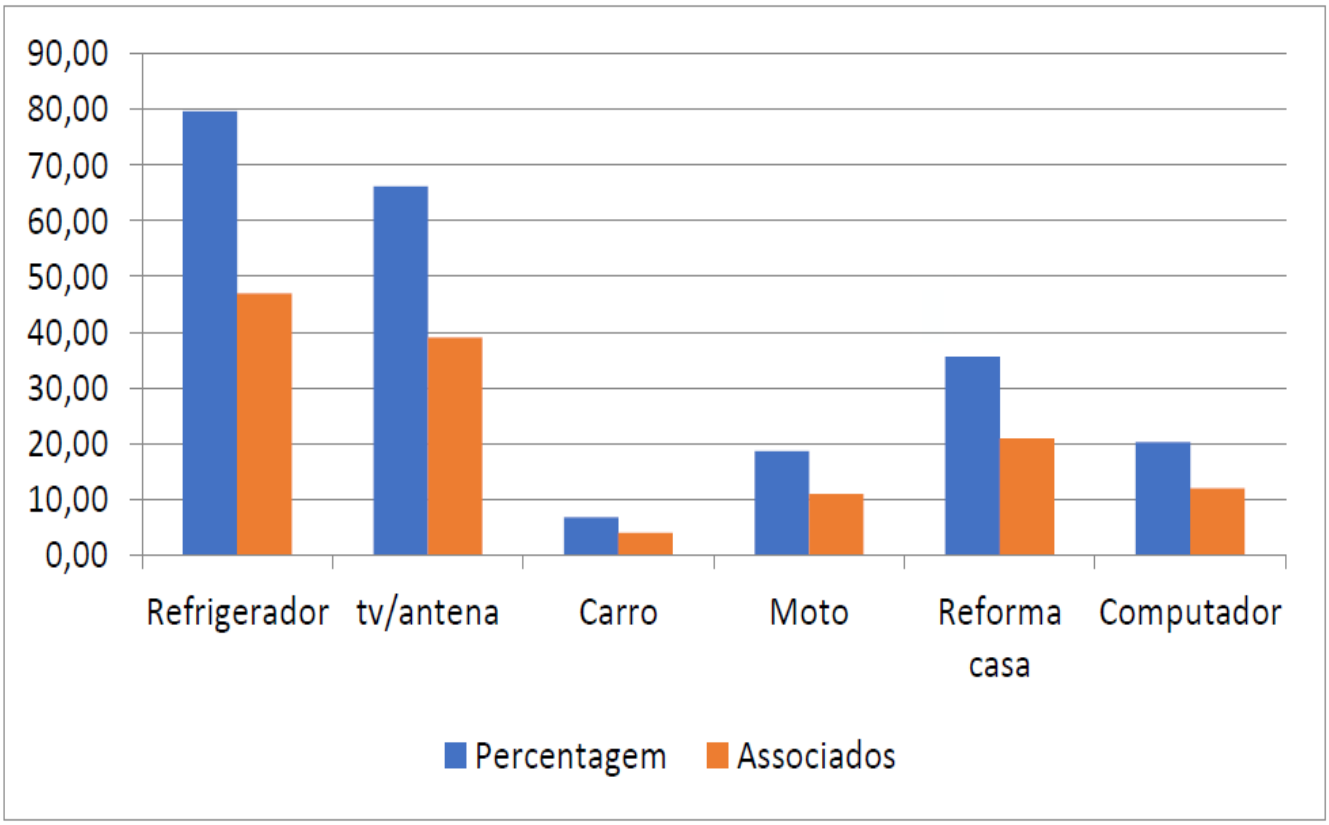


Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

O gráfico 3 revela que o refrigerador novo e mais espaçoso foi à vedete das aquisições (79,66%), a Tv e a antena (66,10%) amplamente justificados por todos como sendo bens que são utilizados para casa e para a cooperativa, tanto o refrigerador quanto a Tv são ferramentas de desenvolvimento pessoal e profissional. O carro e a moto, respectivamente, 6,78% e 18,64%, perdem para os gastos com a reforma da casa, 35,59% dos cooperados fizeram melhorias

na casa. O que surpreendeu foi o alto número de associados (18,64%) que adquiriram computadores. Algo diferente em uma região com pouca ou quase nenhuma condição de comunicação. Aqueles que responderam não ter adquirido bens são associados novos com pouco tempo de cooperativa.

Gráfico 3: Aquisições e melhoria na Qualidade de Vida.



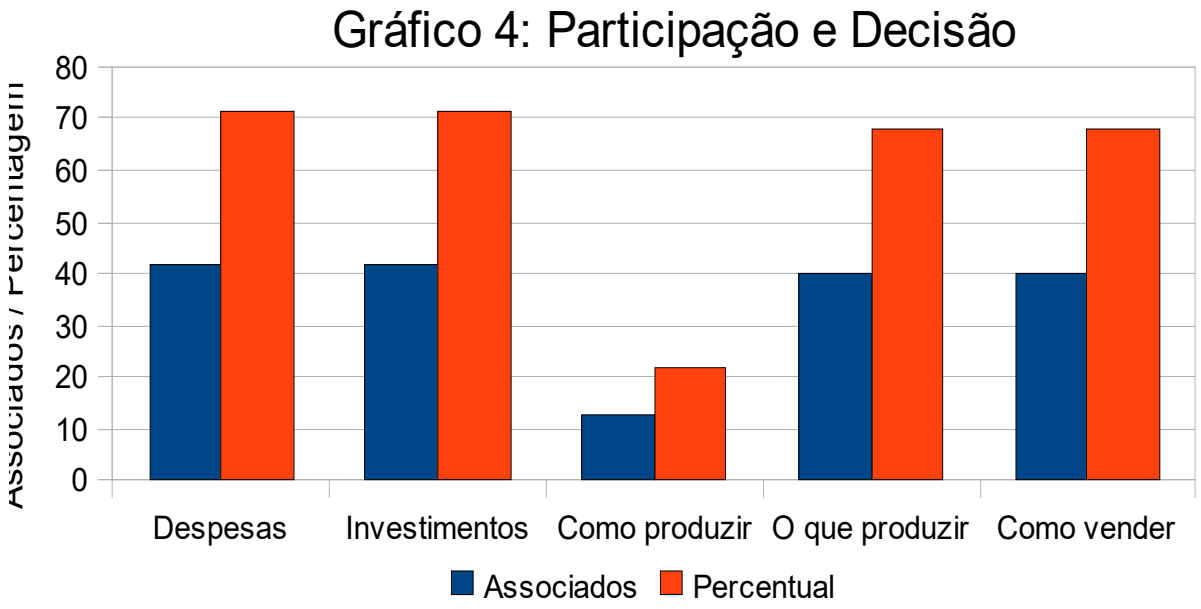
Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

A pesquisa, também buscou identificar a qualidade das relações entre cooperado e cooperativa. Durante a aplicação dos questionários verificou-se que 100% dos cooperados entendem os princípios do cooperativismo e tinham bom conhecimento da trajetória cooperativa pela história. Conheciam, também, a missão e a visão da cooperativa e sua relação com a sociedade e os outros projetos cooperativos.

A participação dos cooperados nas reuniões é outro sinal da qualidade nas relações entre cooperados e cooperativa. Observou-se que 72,88% dos associados freqüentam mais de 50% das reuniões ordinárias ou extraordinárias, sendo 54,24% dessa participação voluntária.

O gráfico 4 mostra que os cooperados tem participação democrática nas decisões dos destinos da cooperativa. Nas atividades que decidem despesas e investimentos os cooperados (71,19%) dizem ter participado. Quando o tema foi: como produzir, o que produzir e como vender, respectivamente, 22,03%, 67,8% e 67,8%, afirmaram ter participado das decisões de forma ampla e democrática.

Gráfico 4: Participação e Decisão



Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

O conhecimento através da capacitação é uma constante entre os cooperados. Analisando a formação dos grupos de beneficiamento nas comunidades encontra-se integrantes de uma mesma família e, também, amigos e vizinhos antigos na mesma atividade. Porém, não descuidam dos processos e da qualidade exigida pela fábrica-sede em Uauá. E das exigências dos mercados e das certificadoras, fato esse amplamente conhecido pelos cooperados.

A promoção do desenvolvimento local pressupõe a “liberdade de realizar”, dentro desse contexto, também a liberdade econômica, a liberdade social e cultural vinculada às tradições e a diversidade cultural.

CONCLUSÃO

Conclui-se que sob a teoria do desenvolvimento sustentável a efetividade da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaça promove ganhos sociais e econômicos para seus associados e para o desenvolvimento local.

O fato da Coopercuc se apoiar em um produto nativo é um diferencial competitivo. No conceito de desenvolvimento local sustentável as dimensões sociais, ambientais e econômicas foram observadas e equilibradas pela cooperativa nos seus usos procurando evitar o colapso de um dos recursos.

Para que haja desenvolvimento sustentável, as três dimensões devem estar em equilíbrio e em um arranjo dos fatores que possibilitem, com economicidade, poupar recursos para gerações futuras. O desenvolvimento local deve levar em conta as vocações das comunidades e a cultura da sociedade envolvida. Observando, portanto, todos os dados da pesquisa sobre a Coopercuc, é possível afirmar que a cooperativa promove o desenvolvimento sustentável se apropriando do “saber local”.

O respeito ao meio ambiente e a cultura local está claro em diversas formas. A pesquisa identificou que houve melhora na qualidade de vida dos cooperados e a real participação de todos nos destinos da cooperativa, o que decreta o estado de democracia e liberdade em cada ação.

Embora alguns autores, como Lins (2001), apontem a deficiência administrativa como fator de insucesso nos projetos de autogestão, a Coopercuc apresenta um alto grau de compreensão sobre os princípios do cooperativismo e as necessidades de especialização na administração.

A Coopercuc é um empreendimento que promove o desenvolvimento local sustentável, que seus integrantes, associados ou não, têm plena convicção do seu papel acerca do desenvolvimento do projeto e dos efeitos para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo P. de. **Cooperativas de Trabalho:** Mudança das relações de Produção? São Paulo em perspectiva, 12 (1), 1998. p.61-69.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FAGUNDES, J. P. **Estudo de caso de cooperativas de trabalho têxtil e de tecnologia**: O problema da flexibilização e precarização do trabalho. Monografia (Bacharelado em Economia) – 2002. UFSC, Florianópolis – SC.

FAGUNDES, J. P. **Desenvolvimento Sustentável:** A teoria da emergia como indicador de sustentabilidade. Resultados preliminares de uma pesquisa XI SEPA, Juazeiro-BA, agosto de 2010.

FIÚZA, washington. **Cooperativismo de Crédito como agente de Desenvolvimento Local**. São Paulo, Siscoobcred, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEFF, Enrique. Ignacy Sachs y el ecodesarrollo. In: VIEIRA, Paulo Freire; RIBEIRO, Maurício Andrés; FRANCO, Roberto Messias; CORDEIRO, Renato Caporali (Org.). **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil:** a contribuição de Ignacy Sachs. Florianópolis: Palotti/APED, 1998.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015

WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT DEVELOPMENT. In: Declaração de Estocolmo – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Estocolmo:UNEP, 1972. 6p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 23 julho de 2010 (a).

WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT DEVELOPMENT. In: Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento – Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: UNEP, 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.phpido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=576>. Acesso em: 15 julho de 2010 (b).

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, Paulo Freire; RIBEIRO, Maurício Andrés; FRANCO, Roberto Messias; CORDEIRO, Renato Caporali (Org.). **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil**: a contribuição de Ignacy Sachs. Florianópolis: Palotti/APED, 1998.

SACHS, Inacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: Herder, 1967.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

10.48209/978-65-COOP9-05-1

CAPÍTULO 5

GESTÃO PARA SUSTENTABILIDADE EM SISTEMAS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO: UMA ANÁLISE ENTRE DOIS MODELOS DE CULTIVO NO NORDESTE DO BRASIL SEGUNDO AS LEIS DA TERMODINÂMICA

Jose Paulo Fagundes

RESUMO: O Nordeste brasileiro passou a produzir frutas de alta qualidade para exportação a partir dos projetos de produção nos perímetros irrigados na região do semiárido. A Bahia e Pernambuco se tornaram os maiores produtores de frutas por produtividade e diversidade. Este artigo analisa dois modelos de cultivo de manga nos perímetros irrigados no semiárido nordestino. O objetivo foi comparar a produção intensiva em agroquímicos, a maioria das propriedades, e experiências de produção orgânica. Especificamente, analisar os impactos que estas produções têm no ambiente de caatinga, os efeitos que a produção intensa em insumos químicos tem sobre o solo e a água e verificar qual o modelo apresenta sustentabilidade e renovabilidade do ecossistema. Os autores utilizaram documentos com dados fornecidos pelas agências de fomento e crédito rural bem como resultados de pesquisas com questionários semi estruturados. O método utilizado foi a análise *Emergética*, conhecida como a Teoria da Emergia. A conclusão encontrada foi que a produção orgânica apresenta melhores condições para o ambiente e para a produção. O modelo intensivo em agroquímico apresenta resultados financeiros satisfatórios, porém, perdas severas em fatores sociais e ambientais.

Palavra-chaves: Estratégia sócio-ambiental; Emergia; Orgânico;

INTRODUÇÃO

O indicador mais amplamente utilizado para representar o nível de desenvolvimento de uma região ou de um país é a renda *per capita*, no entanto, as deficiências desse procedimento são evidentes, principalmente quando se completa a análise com outros indicadores sociais e ambientais.

O debate dos anos 1990 trouxe novas concepções do que seja desenvolvimento. Segundo Amartya Sen (2000), a acumulação de riquezas pelo incremento do Produto Interno Bruto (PIB) e outras variáveis relacionados à renda não são suficientes, pois não contemplam a melhoria da qualidade de vida, o aumento das liberdades e o cuidado com a natureza como variáveis do desenvolvimento.

Alguns autores creditam ao econômico, precisamente ao consumo, os problemas causados ao meio ambiente. Dentre os fatores que contribuem para

a crise ambiental, Penna (1999) denuncia as mudanças de valores da sociedade moderna. Para ele, a valorização do *ter* em detrimento do *ser* vem contaminando as novas gerações e mantendo o consumo excessivo desencadeando o que se pode chamar de crise da relação economia e meio ambiente, que, segundo o autor, remonta à revolução industrial, iniciada aproximadamente há 250 anos, quando se registraram enormes impactos na natureza e nas relações da sociedade da época.

Hoje, o modelo herdado do século passado, contaminado pelo crescimento a qualquer preço, continua com a mesma dinâmica de avanços acelerados de desenvolvimento industrial causando ou apontando custos ambientais severos ao meio.

A partir de 1972, quando foi publicado o estudo *The Limits to Growth* (Os limites ao crescimento), a problemática ambiental passou a ser amplamente discutida. E as preocupações com geração de riqueza e acumulação de capital passaram a ser secundárias. O relacionamento do econômico com o ambiental entrou em pauta e, passou-se, então, a buscar a melhor compreensão da noção do que seja desenvolvimento sustentável para gerações atuais e, especialmente, futuras (Braun, 2008).

A dificuldade em definir "desenvolvimento sustentável" é resultado da sua própria ambiguidade. A tentativa de uma definição genérica esbarra na diferença de entendimento do que seja desenvolvimento. Segundo Almeida (2000), as definições variam conforme os objetivos dos agentes do desenvolvimento:

> "desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento de um sistema socioambiental com um alto potencial para a continuidade porque ele é mantido dentro das restrições econômica, social, cultural, **ecológica e física [grifo nosso]**" (GRAAF; MUSTERS; KEURS, 1996, p. 214).

Leff (1998), por exemplo, sugere uma nova teoria de desenvolvimento baseada nos valores do ambientalismo, que embora limitado pelos conceitos e paradigmas racionais do sistema econômico, esse novo modelo internalizaria

custos ambientais e adotaria indicadores de sustentabilidade sobre os recursos naturais. Esse fato representa uma franca evolução da teoria Neoclássica, que considera as externalidades falhas de mercado, que fazem com que determinados efeitos da atividade econômica não sejam contabilizados no processo de troca no mercado.

Sachs (2000, 2004) interpreta o desenvolvimento sustentável por duas polaridades: uma em que há injustiça social e outra em que há ameaça ao desenvolvimento pela deterioração ambiental. Sob esses dois pilares, constroem-se diversos conceitos que, apesar da ampla discussão, ainda não apresentam consenso sobre o que seja desenvolvimento sustentável[4]; em um resumo de ideias Sachs (2004), apresenta o desenvolvimento sustentável sob a égide da manutenção das gerações presentes e das futuras.

As teorias de desenvolvimento partem da observação dos modelos de produção, embora o consumo tenha importante papel neste contexto. As trocas entre o sistema natural e o mercado alteram as percepções às limitações da economia pela escassez da natureza considerando o desenvolvimento incoerente com a preservação.

O modelo de produção amplamente usado representa um sistema linear fechado, que depende de um suprimento contínuo e inesgotável de matéria e energia que, depois de utilizadas, são devolvidas ao ambiente adjacente como sobras ou resíduos. Para tal modelo funcionar e ser verdadeiro, ou seja, para que os seres humanos garantam a sua sobrevivência, as seguintes premissas teriam que ser verdadeiras (Braun, 2008): Suprimento inesgotável de energia; Suprimento inesgotável de matéria; Capacidade infinita do meio de reciclar matéria e absorver resíduos.

Diferentemente do sistema linear, o modelo sustentável (aberto) tem um relacionamento com o ambiente externo a partir da recuperação e da reintrodução

4 ....a definição mais frequente é a usada pela *World Comission onEnvironment Development* (WCED): "*atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem as suas*".

dos recursos nos fluxos, minimizando os impactos. É verdade que toda atividade proporciona algum impacto mesmo que mínimo, contudo, um modelo que privilegia a logística inversa ou a reintrodução dos resíduos tem como resultado a conservação dos recursos naturais com desenvolvimento social e econômico (Braun, 2008).

O chamado modelo de desenvolvimento sustentável, que é tratado em Braun (2008), segue os ensinamentos das leis da física e do funcionamento dos ecossistemas apresentando: - Dependência do suprimento externo contínuo de energia (sol); - Uso racional da energia e da matéria com ênfase à conservação, em contraposição ao desperdício; - Promoção da reciclagem e do reuso dos materiais; Controle da poluição, gerando menos resíduos para serem absorvidos pelo ambiente e; - Controle do crescimento populacional em níveis aceitáveis, com perspectivas de estabilização da população (FAGUNDES, 2010).

A evolução da teoria econômica leva a internalização dos custos ambientais apontando o desenvolvimento para uma convivência racional com o meio ambiente através de modelos mais sustentáveis em uma economia de produção limpa. E para mensurar se o modelo atende às novas exigências de um mercado sustentável, algumas metodologias contribuem para a formulação de indicadores[5] para análise de resultados.

Embora não seja nova, a análise *Emergética* se apresenta em estudos recentes como formulador de indicadores mais intensos nas relações da natureza com o mercado e a capacidade de renovação dos sistemas envolvidos. Esta metodologia é capaz de elencar reações da natureza em sistemas abertos, transformar em índices monetários e compará-los aos velhos modelos de análise de viabilidade econômico-financeira.

5 Um indicador é uma medida em geral quantitativa dotada de significado substantivo e usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito. Os indicadores sociais são de interesse teórico ou programático para, respectivamente, a pesquisa acadêmica e a formulação de propostas e políticas públicas. Eles informam sobre algum aspecto da realidade social de interesse. Os indicadores são, portanto, uma forma de medir e avaliar determinadas tendências, contextos e realidade.

Os trabalhos de Brito (2004) e Menezes (2008), atualizados por Zorzella (2010), que tratam da análise de viabilidade econômico-financeira da produção de Manga no Sub Médio Vale do São Francisco (SMVSF), apontaram vantagens da produção convencional - intensivo em agroquímicos - sobre a produção orgânica. Esses trabalhos levaram em consideração apenas a análise de risco e retorno financeiro sobre o capital aplicados pelas agências financeiras.

Este trabalho analisou a mesma amostra à luz da metodologia *emergética* e analisou a viabilidade segundo a sustentabilidade e renovabilidade dos sistemas envolvidos, buscando verificar qual modelo de produção é mais eficiente e se a metodologia *emergética* é capaz de contribuir com o desenvolvimento sustentável.

Análise Emergética

A teoria da *Emergia* encerra toda troca de energia dentro de um sistema produtivo e quantifica a energia necessária para produzir outra energia, uma vez que, conceitualmente, todo elemento produz e carrega energia em sua biomassa (Odum, 1996, Ortega, 2008). Como indicador de sustentabilidade e *Renovabilidade*, a teoria da *Emergia* se apropria das trocas de energias que ocorrem no retorno ao ciclo produtivo das perdas durante o processo natural (energia degradada).

Todo e qualquer fenômeno que aconteça na natureza necessita de energia para ocorrer. A vida requer, basicamente, matéria, que é algo que ocupa lugar no espaço e energia, que é a capacidade de realização de trabalho. Esses dois conceitos são essenciais para o tratamento das questões ambientais (Braga *et. al.*, 2005).

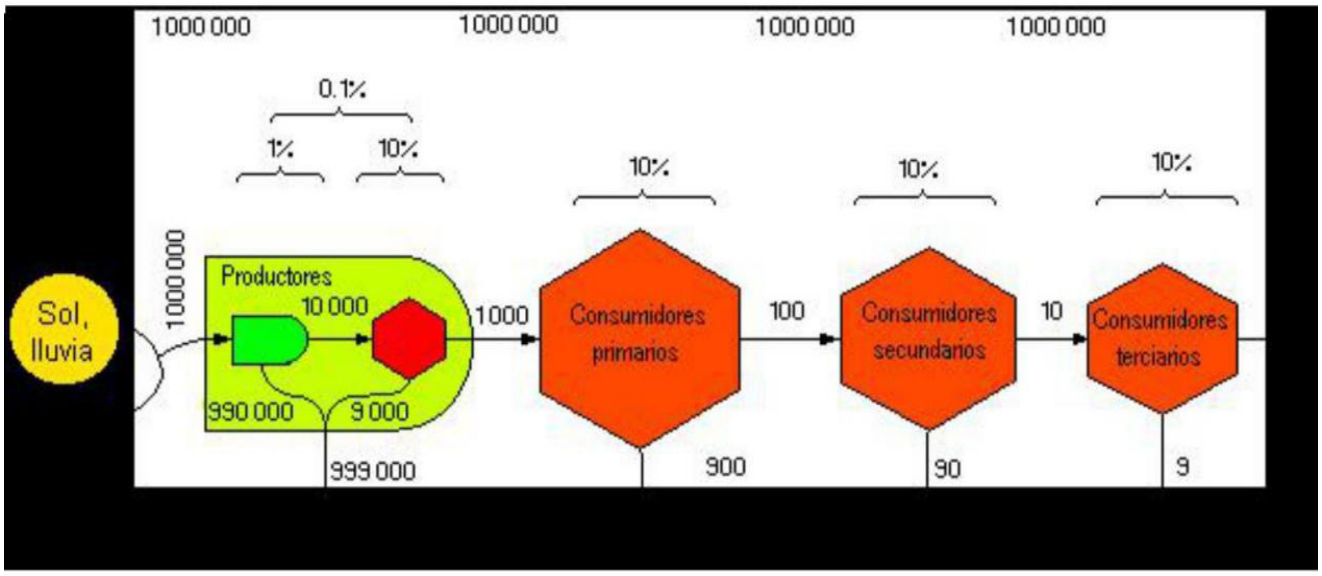
Braga *et. al. (*2005) nos ensina que, segundo a teoria, matéria e energia são conservadas em todas as trocas de um sistema natural. Massa e energia não se destroem ou se criam, porém obedecem às leis da física, que explicam a sua conservação ao logo dos processos. Chamada de primeira Lei da Termodinâmica,

essa teoria se baseia na conservação.

De acordo com essa Lei, nunca se cria nem se elimina matéria, é possível apenas transformá-la. Portanto, tudo o que existe provém de matéria preexistente, logo, tudo que se consome apenas perde a forma, passando a adotar outra. Então, a matéria é proveniente da terra e, após a utilização, o consumo ou a transformação, retornará ao sistema como resíduo. Aplica-se, também, à conservação da energia, pois, esta, também, não se destrói nem se cria. É possível a transformação de uma forma de energia em outra. A hipótese de que a energia se cria ou se destrói vem da incapacidade de se ver *o todo*. A observação de parte do sistema impossibilita verificar se as partes vizinhas absorverão energia e que, no todo, não haverá variação da energia total (Braga *et. al.*, 2005).

Já a segunda Lei da termodinâmica se dedica à análise da qualidade da transformação da energia. Ao longo do processo, o trabalho necessário para essa transformação será o indicador de quanto de energia foi absorvida e quanto foi degradada como calor transferido para o ambiente. Ao longo da cadeia, a energia absorvida será sempre inferior a 100% (Figura 1).

Figura 1. Energia incorporada a cada etapa dos processos



Fonte: LEIA- UNICAMP – (2010)

Em cada transformação, a energia torna-se menor aumentando a entropia[6]. Então, seres vivos incapazes de sintetizar seu próprio alimento terão a sua disposição uma quantidade inferior de energia disponível a cada etapa da vida (dos processos).

A energia se conservará quando aplicarmos à visão sistêmica sobre os fenômenos da natureza. Von Bertalanffy (1968 apud Ortega, 2008) foi quem primeiro formulou a Teoria Geral de Sistemas, que permitiu ao Dr. Howard Odum[7] desenvolver a análise *Emergética* como indicador de sustentabilidade e avaliação dos ecossistemas.

A compreensão da estrutura e do funcionamento de um sistema é fundamental para a construção de modelos conceituais, incluindo processos de produção agrícola, principalmente pela sua complexidade frente aos componentes ambientais e humanos (Comar, 1998).

Howard Odum (1971 e 1983), utilizando símbolos da eletrônica, desenvolveu uma linguagem gráfica própria para identificar funções e relações nos seus diagramas sistêmicos. O diagrama pode descortinar os limites, as funções externas dos sistemas, componentes internos e o fluxo de energia e materiais, portanto, é essencial para o entendimento da metodologia *Emergética* a internalização de sua simbologia. Alguns exemplos para verificar:

---

6 A entropia é uma grandeza que busca mensurar não a energia tampouco a matéria total encerrada pelas fronteiras do sistema termodinâmico, mas sim como esta matéria e esta energia encontram-se armazenadas e distribuídas no sistema definido por tais fronteiras. Assim, embora uma grandeza bem distinta das grandezas massa, energia interna e quantidade de matéria, a entropia de um sistema encontra-se certamente relacionada às grandezas citadas, sendo, da mesma forma que as anteriores, uma propriedade do sistema.

7 Dr. Howard Thomas Odum (1924 - 2002) era um membro de uma família de cientistas bem conhecidos, que dedica a sua investigação e ensino para a melhoria das Ciências Ecológicas. Howard e seu irmão Eugene fizeram grandes esforços para interligar Ciência e Sociedade através de Ecologia, de Sistemas de Educação e à elaboração de propostas de Políticas Públicas de acordo com novas abordagens sistêmicas globais. Ele produziu uma grande quantidade de artigos em revistas científicas, publicou vários livros e recebeu vários prêmios acadêmicos;

A soma das energias *(Emergia)* consumidas durante todo o processo é adicionada aos recursos produzidos. Toda essa energia incorporada deve ser convertida à mesma base, isto é, valor equivalente em energia solar (Joule). Portanto, os fluxos de energia, trabalho e matéria são reduzidos ao mesmo valor equivalente. Para realizar a conversão à mesma base, o processo deve ser realizado em duas etapas: Primeiro, a conversão dos fluxos em energia (joule) por unidade de área (ha) e de tempo (ano); e, segundo, a transformação de todos os fluxos de energia em uma unidade comum denominada *Transformidade* (ORTEGA, 2003).

A *Tansformidade* solar é a razão da própria energia e produto ou serviço pela *Emergia* solar necessária à sua geração; portanto, é uma medida de "valor" que pode ser expressa, com frequência em: *Emergia* por energia (sej/joule), *Emergia* por unidade de massa (sej/Kg) e, algumas vezes, como é o caso deste estudo, **em *Emergia* por unidade monetária (sej/US$) [GRIFO NOSSO].** Então, como nos ensina Comar (1998), as trocas de energia realizadas durante os processos na natureza podem ser reduzidos a valores monetários (US$) e assim formular indicadores de sustentabilidade e de capacidade de renovação dos ecossistemas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Como os elementos da população já se acham ordenados[8], não há necessidade de construir o sistema de referência. Nesse caso, a seleção dos elementos que constituíram a amostra pode ser feita por um sistema imposto pelo pesquisador denominado amostragem sistemática. Portanto, a amostra foi formada, primeiro, por todos os produtores orgânicos de manga *Tommy Atkins* - (três); depois, foi feita a escolha das propriedades produtoras de manga convencional. Levou-se em consideração a área de produção e a produtividade média, a área total e o tipo de solo.

8 Verificar, para maiores informações: Brito (2004), Menezes (2008) e Zorzella (2010);

Então, a pesquisa compreendeu seis propriedades produtoras de Manga distribuídas conforma mostra o Quadro 1. Três propriedades de produção orgânica, sendo duas no projeto maniçoba em Juazeiro e uma no projeto Nilo Coelho (N9) em Petrolina; e, três propriedades que produzem de forma convencional, localizadas, também no projeto Nilo Coelho (N9 e N5).

Quadro 1: Modo de produção e localização das propriedades.

Propriedade	Modo de produção		Localização
	Orgânica	Convencional	
Propriedade 1	O1		Juazeiro-BA
Propriedade 2	O2		Juazeiro-BA
Propriedade 3	O3		Petrolina-PE
Propriedade 4		C1	Petrolina-PE
Propriedade 5		C2	Petrolina-PE
Propriedade 6		C3	Petrolina-PE

Fonte: Dados de pesquisa.

As propriedades orgânicas foram denominadas: O1, O2 e O3 as convencionais: C1, C2 e C3. Embora as propriedades apresentem tamanhos e áreas de produção diferenciadas (Quadro 2), o estudo adotou o hectare como unidade de referência.

Quadro 2 – Área de produção e localização das propriedades avaliadas.

Propriedades	Área da propriedade em hectare (ha)		Localização
O1	113	51	Juazeiro-BA
O2	98	60	Juazeiro-BA
O3	120	58	Petrolina-PE
C1	180	120	Petrolina-PE
C2	120	110	Petrolina-PE
C3	135	110	Petrolina-PE

Fonte: Dados de pesquisa.

O estudo utilizou dados secundários da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Laboratório de Engenharia Ecológica e Informática Aplicada - UNICAMP, e resultados de experimentação em laboratório da EMBRAPA semiárido de Petrolina-PE. Ainda, apropriou-se de dados indiretos de custeio e investimentos e de tabelas de produtividade por hectare das Diretorias de Agronegócios do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, além dos dados da pesquisa de Britto (2004) e Menezes (2008), que verificaram a produção de frutas orgânicas no Vale do São Francisco - VSF. Cabe ressaltar que os dados dos estudos de Brito e Menezes foram atualizados por Zorzella (2010).

Método da Pesquisa

Para atingir os objetivos deste trabalho, a pesquisa foi reduzida ao SMVSF, precisamente às cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE. Diminuindo a amostra pode-se comparar os sistemas de produção orgânico e convencional em igualdade de condições. Em uma região reduzida, pode-se acompanhar os detalhes do manejo (serviços e insumos) e dos custos em cada propriedade e, a partir desse acompanhamento, calcular indicadores a partir de equações previamente formuladas pelo LEIA.

Os dados quantitativos da investigação foram coletados por questionários fechados que versaram sobre os serviços, os agroquímicos, os investimentos em máquinas e em equipamentos, os salários e os custos, as despesas e as aplicações. Os dados coletados possibilitaram a formulação de planilhas para cada propriedade e para cada sistema de produção.

A partir da pesquisa de campo, os dados foram usados para, à luz da análise Emergética, analisar a sustentabilidade e a *Renovabilidade* do sistema agrícola de produção de manga. O método consiste em visualizar os elementos como partes ativas de um todo maior, partindo do geral para o detalhe (Odum, 1983).

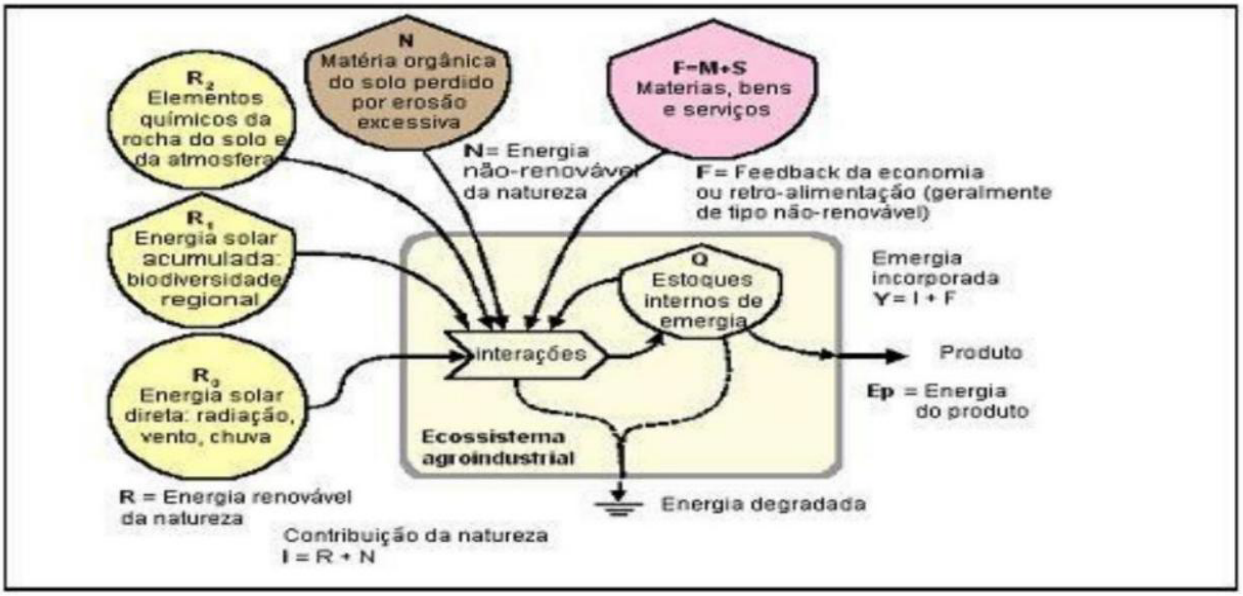
Um sistema é um conjunto articulado de elementos e relações que interagem entre si e o exterior. Uma avaliação baseada na teoria da *Emergia*

decompõe os fluxos de energia entre os diversos agentes e busca identificar a relação entre eles na formação de novas matérias.

Para melhor entender a teoria da *Emergia,* dividiu-se a avaliação em três etapas: Na primeira etapa: lançou-se mão da formulação de diagramas que elucidem as relações entre os componentes do sistema em estudo. A construção de diagramas é importante para a compreensão primária do funcionamento do sistema e quais os seus principais fluxos de entradas e saídas de materiais e energia (COMAR, 1998).

O desenho de um diagrama (Figura 2), definido por Odum (1996), é representado por símbolos da eletrônica e de circuitos analógicos. Segundo Watanabe (2005) e Brown e Ulgiati (2004), o diagrama sistêmico define o limite espacial do sistema estudado, onde estão dispostos os recursos utilizados e as entradas de energia em cada etapa do processo produtivo. O diagrama representa, segundo os símbolos dispostos na figura 2, os recursos renováveis da natureza (R), os não renováveis (N), os materiais da economia (M) e os serviços da economia (S).

Figura 2: Diagrama básico dos recursos e das trocas dentro de um sistema agrícola primário.



Fonte: LEIA UNICAMP

Configurados os recursos, cabe apenas relacionar a interação das trocas de energias até o produto e a degradação da energia residual. A partir do diagrama, foi possível identificar como os recursos seriam classificados. E, com os dados da pesquisa acerca dos insumos e serviços utilizados nas propriedades orgânicas e convencionais, pode-se seguir para a segunda etapa: Construção da tabela de avaliação *Emergética*, com os fluxos quantitativos de entradas baseados no diagrama sistêmico.

Na Segunda etapa (Tabela 1): Construção da tabela de avaliação *Emergética*, com os fluxos de entrada e saídas quantitativos, baseados no diagrama sistêmico (Figura 4) - Primeiro, o sistema maior, dentro do qual se situa o sistema de interesse; segundo, o sistema de interesse é analisado e geram-se índices necessários aos propósitos comparativos.

Os dados pesquisados, sobre insumos e serviços, foram transformados em médias; os grupos em subgrupos de mesma unidade de medida e peso. Para facilitar os cálculos dos indicadores à confecção da tabela ,seguem os dados de *Transformidade* do Manual de Cálculo de *Emergia* (MCE) e eventualmente, os dados mais complexos, os cálculos já realizados e armazenados no LEIA (2010).

Na terceira etapa, calculam-se os índices *Emergéticos* resumidos a indicadores específicos, por massa, que quantificam a *Emergia* necessária aos processos de um ecossistema e os quais são transformados em índices monetários e índices de renovação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cálculo dos fluxos de *Emergia* para produção de manga nas propriedades que adotaram o modelo convencional são apresentados a seguir:

Tabela 1 – Fluxos de emergia para a produção de manga no sistema convencional.

Cod	Contribuição	Fluxo de entrada	Valor Padrão	Fator de conversão	Transformidade (sej/unidade)	Fluxo de Emergia (sej/ha/ano)
	Contribuições renováveis da natureza (R)					**11,64 *E*13**
R1	Sol	6,53 *E*9 J/m2/ano	-	9200	1	6,0 *E*13
R2	Chuva	0,62 m3/m2/ano	3,1 *E*10 J/ha/ano	5,0 *E*10 J/m2/ha/m3	1,82 *E*04 sej/J	5,64 *E*13
	Contribuição não renovável da natureza (N)					**6,0 *E*13**
N1	Perda de Solo	900 Kg/ha/ano	9,72 *E*04 Kcal/ha/ ano	4.186 J/Kcal	7,38 *E*04 sej/J	3,0 *E*13
N2	Perda de Nutrientes	10 Kg//ha/ano	-	1	3,0 *E*12 sej/j	3,0 *E*13
	Materiais da Economia (M)					**213,47 *E*13**
M1	Mudas	1,7 Kg/ha/ano	0,86 dólar/Kg	1	3,7 *E*12 sej/dólar	5,45 *E*13
M2	Calcário	750 Kg/ha/ano	75,0 Kg/ha/ano	1	1,0 *E*12 sej/kg	75,0 *E*13
M3	Herbicidas	1,5 Litro/ha/ano	0,7 Kg/Litro	1	1,48 *E*13 sej/Kg	1,55 *E*13
M4	Fungicidas	1,4 Kg/ha/ano	-	1	1,48*E*13 Sej/Kg	2,07 *E* 13
M5	Fertilizantes Fosfatados	300 Kg/ha/ano	-	1	3,9 *E*12 sej/Kg	117 *E*13
M6	Sulfatos: Mag + Amonia	40 Kg//ha/ano	-	1	3,1 *E*12 Sej/Kg	12,4 *E* 13

Serviços da economia (S)						184,5 E13
S1	MO	606,00 R$/ha/ano	342,37 U$D/ha/ano	1	3,7E12 Sej/ano	126,7E13
S2 29,7E13	água Iriigação	142,22 R$/ha/ano	80,35 U$D/ha/ano	1	3,7E12 Sej/ano	

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se verificar que alguns dados indicam impactos ou perdas significativas para o sistema sem ou quase sem nenhuma condição de se renovar durante o processo produtivo. A perda de solo (N1) e a perda de nutrientes (N2) ocorrem em quantidades importantes que, em longo prazo, causará danos ao próprio modelo de produção, esgotando os recursos e ocasionando, por exemplo, a infertilidade dos solos (Tabela 1). A utilização extensiva de Mão de Obra em produção convencional causa exposição do trabalhador a produtos químicos, muitas vezes tóxicos e diminui a qualidade de vida.

A Tabela 2 trata dos indicadores da agricultura convencional. Esta apresenta a contribuição da natureza ao processo de transformação dentro desse sistema (17,64*E*13). Esse indicador sinaliza que o sistema tende a exaurir os recursos não renováveis (N), enquanto os recursos da economia se apresentam em grande volume (397,97 *E*13), o que eleva o fluxo de *Emergia.*

Tabela 2: Indicadores da produção convencional.

Classificação de entradas	Equações	Agregados de Emergia	
Recursos Renováveis	R	11,64	*E*13
Recursos não Renováveis	N	6,0	*E*13

Contribuição da Natureza	**I = R + N[9]**	**17,64**	***E*13**
Material da Economia	M	213,47	*E*13
Serviços da Economia	S	184,50	*E*13
Contribuição da Economia	**F = M + S[10]**	**397,97**	***E*13**
Fluxo de *Emergia*	**Y = I + F[11]**	**415,61**	***E*13**

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 3 trabalha os índices e os transforma em indicadores que medem a capacidade de renovação dos sistemas e o quão é sustentável o modelo de produção. Nesta tabela, os índices que representam baixa capacidade de se renovar. No caso específico deste estudo, pode-se dizer que ambos os sistemas são sustentáveis. Contudo, o orgânico é mais sustentável que o tradicional.

9 A natureza (I) contribui e fornece energia renovável (R), que resume o trabalho do ambiente (energia solar direta, chuva, vento, marés e fenômenos geológicos) e, não renovável (N), que representam o desgaste do ambiente (solo, biomassa consumidos a taxas acima da velocidade de reposição e depósitos de ág**ua): I = R** + N;

10 A contribuição da economia e da sociedade (F) alimenta o sistema com insumos agrícolas, equipamentos para irrigação, máquinas e animais, aqui denominados materiais (M) e, fluxo de mão de obra, recursos financeiros, trabalho humano e etc, ou seja, serviços **(S): F = M** + S;

11 Outro item básico é determinado pela produção desejada e não desejada (Y), ou seja, impactos positivos ou negativos ao ambiente resultante da relação entre natureza e contribuição da economia/sociedade. Como exemplos, lixiviação, impactos sobre a biodiversidade, sobre a saúde, sobre a atmosfera e os resíduos são, entre outros, variáveis para avaliação *Emergética*: **Y = I + F;**

Tabela 3: Índices da Produção Convencional

ÍNDICE EMERGÉTICO	EQUAÇÕES	VALORES
Renovabilidade	REN=(100)*(R/Y)	2,80%
Razão Renovável / Razão não Renovável	NRR =(N+M)/R	18,84 E13
Razão de Produção	EYR = Y / F	1,04
Razão Carga Ambiental	ELR = (N+F)/R	34,71
Índice Sustentabilidade *Emergética*	ESI = EYR / ELR	0,03

Fonte: Dados da pesquisa;

Utilizando-se dos dados da tabela, é possível transformar o fluxo de *emergia* da agricultura convencional em indicadores de sustentabilidade e *renovabilidade*, segundo a utilização dos recursos em suas diversas possibilidades.

Mantendo os recursos que não se alteraram, a Tabela 4 apresenta os cálculos dos fluxos de *Emergia* (Sej/ha/ano) para propriedades que adotam o modelo orgânico de produção, apenas modificando aqueles fluxos que se diferenciaram pelo modelo.

Para a produção orgânica, a perda de solo e a perda de nutrientes é considerada zero, uma vez que se reintroduzem organismos no sistema através da utilização e da transformação de resíduos em adubos e fertilizantes.

Portanto, essa lógica vale para entender o emprego da Mão de Obra. Cabe ressaltar que, para o modelo orgânico, os cálculos são os mesmos, o que os diferencia da produção convencional é a quantidade e a qualidade da mão de obra. No modelo orgânico, os trabalhadores serão mais qualificados na produção e em maior número para cobrir toda a propriedade. A não utilização de químicos demanda, por parte da propriedade, mais atenção com o cultivar.

Tabela 4: Produção de Manga Orgânica

Cod	Contribuição	Fluxo de entrada	Valor Padrão	Fator de conversão	*Transformidade* (sej/unidade)	Fluxo de *Emergia* (sej/ha/ano)
	Contribuições renováveis da natureza (R)					**13,34 *E*13**
R1	Sol	6,53 *E*9 J/m2/ano	-	9200	1	6,0 *E*13
R2	Chuva	0,62 M3/m2/ano	3,1 *E*10 J/ha/ano	5,0 *E*10 J/m2/ha/m3	1,82 *E*04 sej/JL	5,64 *E*13
R3	Pessoas	17 *E* 06 J/ha/ano	-	1	1 *E*06 sej/J	1,7 *E*13
	Contribuição não renovável da natureza (N)					**0**
N1	Perda Solo	0 Kg/ha/ano	-	4.186 J/Kcal	7,38 *E*04 sej/J	0
N2	Perda de Nutrientes	0 Kg/ha/ano	-	1	3,0 *E*12 sej/j	0
	Materiais da Economia (M)					**197,45 *E*13**
M1	Mudas	1,7 Kg/ha/ano	0,86 dólar/Kg	1	3,7 *E*12 sej/dólar	5,45 *E*13
M2	Calcário/ Gesso	750 Kg/ha/ano	75,0 Kg/ha/ano	1	1,0 *E*12 sej/kg	75,0 *E*13
M3	Herbicidas	0 Litro/ha/ano	0,7 Kg/Litro	1	1,48 *E*13 sej/Kg	0
M4	Fungicidas	0 Kg/há/ano	-	1	1,48*E*13 Sej/Kg	0
M5	Fertilizantes Naturais Sulfatos:	300 Kg/ha/ano 0	-	1	3,9 *E*12 sej/Kg 3,1 *E*12	117 *E*13
M6	Mag + amonia	Kg//ha/ano	-	1	Sej/Kg	0

			Serviços da economia (S)				**184,5 *E*13**
S1- SX	MO - Familiar	606,00 R$/ha/ano	342,37 UD$/ha/ ano	1	3,7 *E*12 Sej/ano	126,7 *E*13	
S3	Água - Irrigação	142,22 R$/ha/ano	80,35 UD$/ha/ ano	1	3,7 *E*12 Sej/j	29,7 *E*13	
S4	Impostos	135,00	76,27	1	3,7 *E*12	28,1 *E*13	
		R$/ha/ano	UD$/ha/ ano		Sej/j		

Fonte: Dados da pesquisa;

Segundo o Manual Cálculo Emergia (MCE - LEIA/UNICAMP) e a EMBRAPA (2004), a fruticultura convencional no semiárido demanda seis trabalhadores por hectare, enquanto nas propriedades orgânicas, pelo menos, o dobro; doze trabalhadores rurais por hectare durante os mesmos dias, na produção e na colheita.

A Tabela 5 demonstra claramente que os índices são desconsiderados quando se verificam os recursos não renováveis e exigem mais dos recursos que a natureza pode renovar. Quanto aos recursos, isto é, contribuição da economia, seja em materiais ou em serviços, pode-se perceber que são mais reduzidos no modelo orgânico do que no modelo de produção convencional (381,95 *E*13).

Tabela 5: Índices da produção orgânica.

Classificação de entradas	Equações	Agregados de Emergia	
Recursos Renováveis	R	13,34	E13
Recursos não Renováveis	N		E13

Contribuição da Natureza	I = R + N	13,344	E13
Material da Economia Serviços da Economia	M S F = M + S	197,45 184,50 381,95	E13
Contribuição da Economia			E13
Fluxo de Emergia	Y = I + F	395,29	E13

Fonte; Dados da pesquisa;

A Tabela 6 apresenta índices e*mergéticos*, principalmente, quando se busca r*enovabilidade* e sustentabilidade superiores ao modelo convencional. Comparados aos índices do modelo convencional de produção de manga, percebe-se que a produção orgânica ganha na razão da utilização de recursos renováveis e não renováveis. A baixa contribuição da economia está na reintrodução de resíduos, que muitas vezes são produzidos na própria propriedade. O baixo dispêndio com agroquímicos é um fator determinante para a baixa carga ambiental e um melhor desempenho na razão de produção.

Tabela 6: Indicadores de produção orgânica.

ÍNDICE *EMERGÉTICO*	EQUAÇÕES	VALORES
Renovabilidade	**REN=(100)*(R/Y)**	**3,37%**
Razão Renovável /		
Não Renovável	NRR =(N+M)/R	14,80 *E*13
/Economia		

Razão de Produção	EYR = Y / F	1,03
Razão Carga Ambiental	ELR = (N+F)/R	28,63
Índice Sustentabilidade ***Emergética***	**ESI = EYR / ELR**	**0,04**

Fonte: Dados da pesquisa;

Discussão: Avaliação econômica e a avaliação Emergética.

Não é intenção de o estudo desconsiderar os ganhos de produtividade adquiridos e a importância da expansão da produção de alimentos. Entretanto, apesar do crescimento registrado, a agricultura convencional carregada de agroquímicos e detentora de total credibilidade e garantias junto aos bancos e agentes financiadores não apresenta, em sua análise financeira, os custos totais de um empreendimento que demanda recursos naturais.

Embora a análise financeira não seja mais tão simpática aos olhos dos financistas e economistas, a metodologia da *emergia* também sofre críticas. Uma gama de economistas, em sua maioria neoclássica acredita que levada ao pé da letra, a *emergia* causaria, apenas, inflação nos preços dos alimentos. A contabilização dos serviços ou dos gastos energéticos dos recursos naturais incluídos na formação dos custos de produção serviria, apenas, para elevar o custo de vida e comprometer o *Bem-estar* da sociedade.

Entretanto, economistas como Miguel Bacic, do Instituto de Economia da UNICAMP, acreditam que a proposta da análise *emergética* acompanha a teoria há muito conhecida pelos economistas: a teoria do valor-trabalho; portanto, a teoria de Haward Odum apenas inclui no conceito de trabalho humano os conceitos de

trabalho da natureza (BACIC e*t al*, 1998)[12].

A avaliação sob a *emergia* sinalizou fortemente para ganhos importantes a o meio ambiente na produção orgânica (Tabela 6). A utilização de adubos e fertilizantes naturais, produzidos na própria propriedade e utilização de mão de obra familiar e, em maior número, a retenção de nutrientes, a baixa perda de solo e o alto material orgânico elevam os índices de *renovabilidade* e sustentabilidade do sistema produtivo. A conservação dos recursos ou a utilização racional das contribuições da natureza e da economia têm escopo de produção sustentável.

Projetos analisados pelo LEIA-UNICAMP na produção de milho e leite no interior do Rio Grande do Sul e Paraná demonstraram uma rentabilidade três vezes maior nas produções orgânicas quando analisadas pela metodologia *emergética.* A elevada contribuição de recursos não renováveis impõe custos também elevados de manejo dos cultivares, enquanto as análises financeiras de retorno e risco apontam para um resultado positivo. Introduzido no Brasil nos anos 60 e 70, para aumentar a produção de alimentos e ampliar as fronteiras agrícolas, o receituário para aprovação de financiamentos bancários com juros subsidiados pelo governo impunha a utilização de produtos da indústria agroquímica nascente (DELGADO, 2012).

A análise financeira se amarra apenas as condições de pagamento do projeto, isto é, se o projeto apresenta possibilidades, seguras, de retorno após o período de investimento, contabilizando como custos e despesas apenas matéria prima e mão de obra. Os trabalhos baseados no método do valor presente líquido (VPL), também denominado fluxo de caixa descontado (FCD)[13], apresentaram resultados positivos à produção convencional (9% maior que a orgânica) em projetos de longo prazo (6 a 10 anos, por exemplo)[14]. A análise usando o método

---

12 Na economia convencional, o preço de um produto corresponde à somatória das despesas realizadas com insumos, mão-de-obra e alguns serviços mais a margem de lucro desejada. Em certa forma e nem sempre com justiça, **o preço econômico representa o trabalho humano agregado.**

13 em que o valor de qualquer projeto de investimento deve ser função de quatro variáveis: quanto foi investido; quanto ele gera de fluxo de caixa; quando esse fluxo de caixa deve ocorrer; qual o risco associado a esse fluxo de caixa.

14 Para maiores detalhes consultar: Brito (2004), Menezes (2008), e Zorzella (2010);

da *Emergia* demonstra, através da comparação do índice de sustentabilidade *emergética* (páginas 12 e 14), que o modelo de produção orgânico é 33,33% mais eficiente. Como os elementos monetários foram transformados em energia e internalizados no sistema, pode-se afirmar que apresenta maiores retornos financeiros.

CONCLUSÕES

Os projetos agroecológicos merecem uma análise diferenciada devido a sua complexidade. Os modelos disponíveis na literatura científica de origem norte-americana e europeia correspondem a uma agricultura convencional excessivamente simples que difere muito no seu funcionamento dos sistemas orgânicos ou agroecológicos. Nos projetos agrícolas de tipo ecológico, novos ou tradicionais, a biodiversidade tem um papel importante no fornecimento de materiais e serviços para a produção rural.

É possível identificar relevantes diferenças nas relações ambientais entre os modelos de produção orgânica e convencional. A utilização de agroquímicos na produção convencional é muito significativa, o que ocasiona maior consumo de energia, enquanto a orgânica aproveita mais a matéria orgânica e menos contribuições da economia e os resíduos, necessitando menos energia para produção.

A agricultura orgânica tem boas relações com o meio ambiente e resultados positivos para a manutenção da vida e retornos financeiros superiores em longo prazo.

A produção orgânica é mais dispendiosa na implantação, porém, no longo prazo os custos se revertem pela não dependência de agroquímicos e manutenção do solo. E, baseado nas dimensões do desenvolvimento sustentável, é possível afirmar que uma análise financeira não identifica custos ambientais e impactos ao meio como formador de preço ao mercado.

O modelo de produção orgânica apresenta índices de *renovabilidade* e de sustentabilidade maiores que o convencional. A utilização de recursos da natureza em maior quantidade que os recursos não renováveis e a utilização de serviços e materiais da economia fazem da produção orgânica um modelo que promove a renovação e a sustentabilidade dos sistemas.

E, como instrumento de análise e produção de indicadores, a metodologia *emergética* demonstrou que é capaz de contribuir com o desenvolvimento sustentável e servir de contra ponto a projetos tradicionais e fórmulas econômico-financeiras de avaliação de risco e retorno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. L. **Agricultura Orgânica: Instrumento para a Sustentabilidade dos Sistemas de Produção e Valoração de Produtos Agropecuários. Seropédica**: Embrapa Agrobiologia, dez. 2000. 22p. (Embrapa Agrobiologia. Documentos,122).

BACIC, M., CARPINTEIRO, J., ORTEGA, E., *et al.* 1998. **Proposta para o estudo de um novo modelo de empresa agroindustrial**. II Encontro Brasileiro de Energia para o Meio Rural, UNICAMP. 1998.

BRAGA, B. et al. **Introdução à engenharia ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 313 p.

BRAUN, R. **Novos paradigmas ambientais**: desenvolvimento ao ponto sustentável.
3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRITTO, W. S. F.. **Custo e viabilidade financeira da agricultura orgânica versus agricultura convencional**: o caso da manga no vale do São Francisco. Apresentado no XI Congresso Brasileiro de Custos – Redescobrindo a Gestão de Custos: em Busca de um Porto Seguro. Porto Seguro. 2004.

BROWN, M.T. ULGIATI, S. **Emergy analysis and environmental accounting**. Encyclopedia Energy, 2:329-354; (2004)

COMAR, M. V. **Avaliação *Emergética* de projetos agrícolas e agros -industriais no Alto Rio Pardo**: a busca do Desenvolvimento Sustentável.Campinas, SP: [s.n.], 1998. (Tese Doutorado).

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nossofuturo comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DELGADO, G C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio** – Mudanças Cíclicas e Meio Século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, 144p

LEFF, Enrique. Ignacy Sachs y el ecodesarrollo. In: VIEIRA, Paulo Freire; RIBEIRO, Maurício Andrés; FRANCO, Roberto Messias; CORDEIRO, Renato Caporali (Org.). **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil**: a contribuição de Ignacy Sachs. Florianópolis: Palotti/APED, 1998. 448p.

MENEZES, R. B. A. **A Viabilidade Econômico-Financeira da FruticulturaOrgânica no Vale do São Francisco**: Um Estudo a Partir de Frutas Selecionadas.2008. Monografia (Bacharelado em Economia) – FACAPE, Petrolina, PE.

ODUM, H.T. 1971 Odum HT. **Environment, Power and Society**. New York: John Wiley, 1971.

_____**Systems Ecology**: An Introduction. New York: John Wiley, 1983

_____**Environmental Accounting, Emergy and Decision Making**. J. Wiley, NY, 370 pages. ISBN-471-11442-1 (1996)

ORTEGA, Enrique. Indicadores de Sustentabilidade sob a perspectiva da Análise *Emergética*. In: MARQUES, João Fernando. SKORUPA, Ladislau Araújo. FERRAZ, José Maria Gusman (org). **Indicadores de Sustentabilidade emAgroecossistemas**. Jaguariuna, SP: Embrapa Meio Ambiente: 2008.

PENNA, Carlos Gabaglia. **O estado do planeta: sociedade de consumo e degradação ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

PROGRAMA DE MEIO AMBIENTE DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração dKeEstocolmo – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. Estocolmo: UNEP, 1972.6p.Disponívelem:<http://www.mma.gov.br/Estruturas/agenda21/_arquivos/estoc olmo.doc>. Acesso em: 23 setembro de 2009.

PROGRAMA DE MEIO AMBIENTE DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Riosobre meio ambiente e desenvolvimento – Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: UNEP, 1992. Disponível em:<http://www.mma.gov.br/index.phpido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo= 576>. Acesso em: 15 setembro de 2010.

SACHS, Ignacy. **Caminhos Para o Desenvolvimento Sustentável**. STROH, Paula Yone (Org.). Rio de Janeiro: Garamond.(2000).

_____**Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 152p.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP. FEA – LEIA: Laboratório de Engenharia Ecológica e Informática Aplicada. São Paulo. Em: <http://www.unicamp.br/fea/ortega/homepage.htm> Acesso em: setembro de 2010.

WATANABE, M. D. B.. Mata Nativa e Cana-de-açúcar: **Cálculo do Valor dos Serviços Ecossistêmicos Vinculados aos Ciclos da Água, do Carbono e do Nitrogênio Utilizando a Análise *Emergética***. Campinas, SP. 2005(Tese de Doutorado).

ZORZELLA, L. S. **Coopercuc**: estudo de caso para o desenvolvimento sustentável. 2010. Monografia (Bacharelado em Economia) – Facape, Petrolina, 2010.

10.48209/978-65-COOP9-06-1

CAPÍTULO 6

A PARTICIPAÇÃO DA ATER PÚBLICA NO PROGRAMA ABC/ABC+ DO GOVERNO FEDERAL NA REGIÃO CENTRAL DO RS

Kathleen da Silva Paust
José Geraldo Wizniewsky

INTRODUÇÃO

A crise ambiental é evidente e o extremo climático é um desafio para o mundo, segundo o relatório divulgado pelo Painel Intergovenamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) o aquecimento global previsto é de 1,5 a 2ºC acima dos níveis pré-industriais até o ano de 2050 (IPCC, 2018). Tal relatório é usado por formuladores de políticas para determinar ações visando a diminuição dos impactos das mudanças climáticas aos mais vulneráveis, bem como a tentativa de mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) nos países. A estimativa é a de que o Brasil tenha aumentado em 10% suas emissões de GEE de 2019 para 2020, sendo o principal responsável o crescente desmatamento na Amazônia (SEEG, 2020). Além disso, em 2019 a porcentagem de emissão atribuída às atividades rurais foi de 72%, envolvendo o setor agropecuário e a mudança de uso da terra.

Em 2009, o Brasil instituiu a Política Nacional de Mudança Climática (PNMC) através da lei nº 12.187/2009, visando à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção climática, à redução das emissões de GEE, fortalecimento da criação de sumidouros de GEE, a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos ambientais, a consolidação e a expansão de áreas protegidas e o incentivo ao reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, como também ao estímulo ao desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões. Como instrumento da PNMC foi criado o Plano Nacional de Mudança do Clima (BRASIL, 2009). No decreto nº 7.390, de 2010, posteriormente revogado pelo decreto nº 9.578 de 2018, em que são considerados 5 planos de ação, sendo o 4º o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC).

O plano possui abrangência nacional e teve seu período de vigência de 2010 a 2020, iniciando em 2021 sua segunda fase (denominada ABC+). O plano

ABC possui sete programas, em que seis deles referem-se a tecnologias de mitigação de emissões e um sobre as ações às mudanças climáticas. Segundo dados divulgados pelo observatório do programa ao final de 2020, o balanço de emissões foi negativo pós-ABC para o Rio Grande do Sul nos sistemas produtivos com pastagem degradada, integração soja e pecuária e integração soja (lavoura), pecuária e floresta, ou seja, houveram mais emissões de GEE por estes sistemas ao final do programa do que no início, porém mesmo assim obteve resultado positivo graças ao sequestro de carbono pelas áreas com pastagens bem manejadas, e recuperação de pastagens degradadas e sistema de plantio direto.

A renovação do programa ABC para ABC+ contou com a inclusão dos pequenos produtores e a garantia de segurança alimentar como um dos objetivos a ser alcançado entre a vigência de 2020 a 2030 à diminuição da emissão de GEE. Segundo o relatório divulgado ao final do último ano do programa ABC, uma das recomendações para continuação do plano era a inclusão da extensão rural pública para aumentar a abrangência dos pequenos produtores ao programa, visando a mitigação dos impactos gerados pelas mudanças climáticas a eles. Considerando tal questão, é válido ressaltar que em uma pesquisa realizada em 2003 pela FAO, SAF e MDA, sobre o perfil dos serviços de ATER para agricultores familiares e assentados, constatou que as instituições governamentais de ATER possuem a maior cobertura, maior nível de atendimento e maior força. A pesquisa também constatou que o Rio Grande do Sul (RS), possui a maior abrangência, sendo de quase 100 % em todo o estado.

Desde o início da implantação do plano ABC, a forma de metodologia para alcançar os objetivos estipulados na política nacional de mudança do clima (PNMC) eram assinalados a partir da transferência de tecnologia, fugindo da dinâmica participativa e da práxis, proposta por Paulo Freire (FREIRE, 1983). A práxis, é baseada na ação e reflexão, no qual todos os atores são beneficiados a partir das trocas, em que Freire considera a conscientização das massas populares

como um instrumento muito importante para a transformação da ordem social, econômica e politicamente injusta (CARVALHO e PIO, 2017).

Tendo em vista a importância do programa ABC/ABC+ na tentativa de reduzir as emissões de GEE e os impactos do aquecimento global e o papel dos extensionistas no planejamento, na intervenção, de forma participativa dos atores sociais, para o enfrentamento de problemas comuns (CARVALHO, et. al., 2008). O presente trabalho possui o objetivo de avaliar a participação da ATER pública regional central do Rio Grande do Sul na elaboração de projetos vinculados ao programa ABC e ABC+ utilizando a percepção das agências do Banco do Brasil (BB) e do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), localizados na mesma zona de atuação da ATER pública, sobre o programa e a participação das ATER's públicas na elaboração de projetos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Plano abc

O plano ABC foi instituído após o decreto 7.390 de 2010, que regulamenta os artigos 6, 11 e 12 da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) (Lei nº 12.187/2009) no qual observou os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito das mudanças climáticas (Brasil, 2010).

O objetivo geral do plano é a promoção da redução das emissões de GEE na agricultura através da melhoria na eficiência no uso de recursos naturais e aumento da resiliência de sistema produtivos e comunidades rurais, bem como a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas com abrangência nacional. O período de vigência do plano ABC foi de 2010 a 2020, com o financiamento de uma linha de crédito específica, aprovado pelo Banco Central (Bacen) em agosto de 2010, através da resolução nº 3.896 (BACEN, 2010). No qual, desde a safra de 2011/2012 conta com os recursos de cadernetas de poupança rural do Banco do Brasil (BB) e dos fundos constitucionais. O funcionamento

das operações é a partir dos recursos do BNDES de forma indireta com parceria a instituições financeiras credenciadas, sendo estas responsáveis por toda a análise, aprovação do crédito e definição de garantias aos clientes, bem como assumem o risco das operações. Após a homologação de todo o processo e aprovação posteriormente é feita a liberação do recurso pelo BNDES.

O plano está estruturado em sete programas principais, como: Recuperação de Pastagens Degradadas, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e de Sistemas Agroflorestais, Sistema de Plantio Direto, Fixação Biológica de Nitrogênio, Florestas Plantadas, Tratamento de Dejetos de Animais e Adaptação as mudanças climáticas. No qual, o projeto técnico submetido a participar desta linha de crédito, deverá ser elaborado de modo a permitir o enquadramento dos itens financiáveis à um dos sete programas

Na COP 21, realizada em 2015, o Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de GEE, de 2020 a 2025 em 37% e de 2025 a 2030 a 43%, bem como metas gerais de acabar com o desmatamento ilegal da Amazônia, a restauração de 12 MI de hectares de florestas, recuperação de 15 MI de ha de pastagens degradadas e integração de 5 MI de hectares em sistema lavoura-pecuária-floresta, bem como a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais (RL). Em que, para a obrigação da restauração de APP's e RLs recai sobre os proprietários dos imóveis rurais e segundo estudos possuem uma série de retornos positivos, como o potencial de agregação de valor pelos serviços ambientais prestados, o aumento da produtividade, a preservação de nascentes e da biodiversidade, dentre outros.

O programa ABC prevê a parcela máxima de 35 a 45% dos recursos para a recuperação de APP e RL. De certa forma, incentivando a produção sustentável, bem como auxiliando o produtor quanto à regularização de suas áreas para as exigências impostas através do Código Florestal.

Abrangência da Extensão rural pública

Inicialmente foi criada com o objetivo de superar a pobreza rural e o "atraso" na agricultura (EMATER/RS-Ascar, 2006), tendo em vista o pensamento Rostowiano de desenvolvimento. A função do extensionista era de transferir a tecnologia, introduzindo conhecimentos que alterassem o comportamento do produtor rural. Porém, tal modelo intensificou a desigualdade social no meio rural e tornou os produtores rurais dependentes de agentes externos (SILVA et. al., 2021). Com isso, a extensão rural percebeu que deveria ser modificada a fim de conseguir atender ao verbo estender derivado de extensão, conforme proposto por Paulo Freire (FREIRE, 1983).

Um marco com o objetivo de atender apenas aos agricultores familiares foi a PNATER, instituída em 2010, denominada de Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural pela lei nº 12.188. Elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo as diversidades da agricultura familiar (MAPA, 2020). A fim de atender as demandas que surgem com as mudanças, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a PNATER está sendo reformulada com o objetivo de atender aos pequenos e médios agricultores que não se enquadram ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

A alta capilaridade e a presença forte em todo o país é uma das características mais marcantes na Assistência Técnica e Extensão Rural governamental. No Rio Grande do Sul, a presença da ATER pública se dá através da EMATER-Ascar, no qual seu público prioritário são agricultores familiares. Ao fazer a análise da empresa EMATER, Deponti (2010). Constatou a presença de dificuldade financeiras e operacionais, devido ao corte de recursos públicos pelo governo do estado. A dificuldade operacional se dá pela dificuldade na formação de agentes capacitados para lidar com a complexidade e diversidade da agricultura familiar no país, tal obstáculo pode ser superado por meio da incorporação de profissionais de outras áreas, além das ciências agrárias (FAO, SAF e MDA, 2003).

As metodologias utilizadas pela extensão rural, contém aspectos difusionistas principalmente se tratando das diretrizes contidas nas ações estratégicas do programa ABC com vistas à assistência técnica, capacitação e informação com a "implementação de várias estratégias de transferência de tecnologia" (FGV EESP, 2013, p. 30). Porém, o Manual de Crédito Rural estabelecido pelo Banco Central do Brasil prevê a consonância com as políticas vigentes, na qual, conforme a disposição sobre a Política Agrícola, Lei nº 8.171 de 1991, no capítulo V, art. 16, Art. 16, prevê:

> "A assistência técnica e extensão rural buscarão viabilizar, com o produtor rural, proprietário ou não, suas famílias e organizações, soluções adequadas a seus problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente" (BRASIL, 1991, p. 5).

Dessa forma, o processo de crédito rural, desde a parte inicial prestada pela assistência técnica e extensão rural precisa ser participativo. A participação é a etapa fundamental para os atores reconhecerem a necessidade de mudança e almejarem uma transformação que de fato traga o desenvolvimento rural. Uma das estratégias participativas para a coleta de informações se dá através da pesquisa-ação, na qual FLACSO (2015) descreve que é um instrumento que consiste no envolvimento de grupos de participantes e pesquisadores meios de responderem aos problemas que encontram em suas realidades. Outro instrumento seria o mapeamento participativo, no qual se faz a coleta de informações através da percepção da comunidade sobre o espaço em que vivem, sem a interferência de agentes externos, utilizando ferramentas para fomentar o debate sobre as questões geradas e a construção de um mapa contendo as situações encontradas.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo se pautou na pesquisa qualitativa, em que segundo MALHOTRA (2006) proporciona a melhor visão e compreensão de um assunto. Para tal, foi realizado um questionário devido a sua viabilidade

e pertinência para ser empregado pois o objeto de pesquisa corresponde a um cunho empírico, no qual envolve a opinião e a percepção dos atores sobre o tema (CHAER, DINIZ e RIBEIRO, 2011). As questões foram perguntas abertas a fim de permitir a liberdade das respostas pelo informante, não havendo influência nas respostas pelo pesquisador e não sendo delimitado um tempo para respostas das perguntas, sendo estas as principais características positivas deste método (RIBEIRO, 2008).

Os participantes da pesquisa foram intencionalmente selecionados devido aos interesses e conveniência da pesquisa, sendo desta forma uma amostra não probabilística. Foi escolhida a autarquia estadual da EMATER/RS, regional de Santa Maria visando o diagnóstico sobre o envolvimento desta instituição com o programa do governo federal. A escolha da Regional de Santa Maria ou Conselho Regional Central, se deu devido à logística operacional para a obtenção dos dados, bem como pela abrangência da instituição aos municípios de Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro. Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã (EMATER/RS, 2021). A economia destes é baseada no cultivo agrícola de soja, arroz, milho, fumo e feijão preto, bem como possuem uma significativa importância na bovinocultura (leite e corte) e na ovinocultura (SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL/RS, 2020).

Além disso, a regional de Santa Maria atende aproximadamente 40 % dos agricultores familiares, comunidades específicas, tais como quilombolas, assentados e indígenas, dos quais praticam diferentes atividades (EMATER/RS, 2021).

O questionário (anexo A) foi respondido pela responsável técnica da autarquia pelos programas de crédito rural e posteriormente foi realizada a análise de conteúdo das respostas. A forma de análise é importante pois permite a inter-

pretação dos dados obtidos pelo pesquisador, levando em conta a presença ou ausência de uma determinada característica em parte da mensagem (GODOY, 1995). Dessa forma, ela auxilia como uma ferramenta ao considerar a interpretação dos atores frente a determinado assunto (CHAER, DINIZ e RIBEIRO, 2011).

Posteriormente, também foi realizada a aplicação de questionários ao Banco do Brasil (BB) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), sendo o primeiro um dos agentes desembolsadores do recurso diretamente e o segundo como o agente desembolsador indireto (tendo em vista o repasse que ocorre através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES). Tais instituições foram escolhidas para obtenção de mais informações sobre as operações realizadas no âmbito do programa ABC e ABC+ devido ao envolvimento destes. O questionário consistiu em perguntas abertas ao Banco do Brasil e ao Sicredi (respectivamente, conforme anexo B e C), seguindo a lógica das questões feitas à EMATER, porém com percepções diferentes por se tratar de instituições com atividades distintas. Após, foi realizada a análise de conteúdo das respostas obtidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para alcançar o objetivo do trabalho foi realizada a análise de conteúdo das respostas presentes nos questionários, seguindo a metodologia proposta por Bardin (2002).

Participação da EMATER/RS regional central no programa ABC/ABC+

Conforme as respostas obtidas via questionário é possível inferir que a EMATER/RS estimula a participação dos produtores ao programa ABC/ABC+ por meio de dias de campo, oficinas e palestras. Porém, não há o interesse destes sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas, dessa forma também não há demanda para elaboração de projetos voltados à essa área. Segundo LIMA, HARFUCH e PALAURO (2020), em um estudo sobre o plano ABC e

as perspectivas visando o ABC+, mencionou a falta de conhecimento sobre o programa como uma das baixas adesões dos pequenos produtores ao programa.

Sobre os impasses na participação dos pequenos produtores ao programa foram citados a indisponibilidade do recurso, os juros altos e a possibilidade de financiamento via PRONAF (Programa de Fortalecimento à Agricultura Familiar). Segundo o relatório divulgado pela CLUA e FGV (2020), os juros do ABC são altos aos agricultores familiares.

Outro aspecto importante a ser considerado é a ausência de capacitações aos extensionistas públicos sobre o programa ABC/ABC+ de modo participativo e dinâmico, a fim de criar uma rede de saberes para o desenvolvimento de novas estratégia para a maior participação dos produtores. Desde a extinção da Embrater e a crise fiscal dos estados brasileiros nas décadas de 80 e 90, a oferta de serviços de extensão pública foi reduzida, bem como os investimentos ligados a este setor (CASTRO, 2015). Porém, considerando a demanda e a importância deste serviço aos agricultores é necessário que o estado encontre formas de superar tais obstáculos, a fim de auxiliar os servidores na interação sobre os programas voltados ao rural.

Percepção dos bancos sobre o programa ABC/ABC+ e o serviço de ATER pública

Para o representante do Banco do Brasil, o programa ABC/ABC+ é destinado aos médios e grandes produtores, atingindo como público principalmente os grandes produtores presentes na região central do Rio Grande do Sul, com o valor médio de 1 MI destinados às atividades como a aplicação de calcário, a formação de pastagem e a compra de sementes. A baixa procura por pequenos produtores se deve pela burocracia e documentações referentes ao imóvel, assim como reportado no relatório divulgado por CLUA e FGV (2020).

Sobre o serviço de ATER pública da região central, o representante cita que não há o interesse desse serviço para a elaboração de projetos vinculados ao

programa. Bem como, ao final coloca como uma das perspectivas relacionadas a esta linha de crédito seja a baixa demanda.

No caso do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), a demanda se dá principalmente por médios produtores com a linha de crédito voltada ao ABC Recuperação na região de central do RS. A baixa adesão por pequenos produtores se dá devido aos outros programas com taxas de juros mais atrativas, tais como as linhas voltadas ao PRONAF, tal fato também foi citado pelo extensionista.

Para o questionado, ficou clara a importância da participação da Ater pública na elaboração de projetos vinculados ao programa devido a gama de produtores com pouca orientação ou orientações errôneas sobre a implantação e execução de projetos. Além disso, a percepção do banco sobre a Ater pública é de que quando há solicitação dos serviços, tal mostra-se participativo para atender ao chamado.

CONCLUSÃO

Diante da necessidade da implementação de mudanças frente a adaptação e mitigação da emissão de GEE o programa ABC/ABC+ surge como um instrumento relevante. Porém, o programa possui um potencial muito maior do que está sendo realizado atualmente. O papel da extensão rural pública se torna um elemento fundamental para auxiliar na realização de projetos voltados à utilização destes recursos disponibilizados. Com isso, o objetivo do trabalho foi de avaliar o papel da Ater pública na região central do RS na participação e elaboração de projetos destinados a tal finalidade, através da aplicação de questionários a diferentes atores. Como respostas foram obtidos os principais entraves referentes a participação dos produtores, principalmente familiares, tais como a preferência por programas já consolidados e amplamente difundidos, como o PRONAF, a burocracia envolvendo os documentos ligados ao imóvel rural e a falta de conhecimento sobre o programa.

Conforme o exposto, conclui-se que a participação do serviço de extensão rural pública na região central do RS é nula devido a baixa demanda e interesse dos produtores para realização de projetos de créditos vinculados ao programa ABC/ABC+ do governo federal.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Ed. 70, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN), **Resolução nº 3896 de 17 de agosto de 2010**. Institui, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC). Disponível em:< diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=214989> Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL, **Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política agrícola. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm>. Acesso em: 14 set. 2021.

_____. 2009. **Lei nº 12.187 de 29 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm> Acesso em: 10 set. 2021.

_____. 2010. **Decreto nº 7.390 de 9 de dezembro de 2010**. Regulamenta os arts. 6o, 11 e 12 da Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7390.htm>. Acesso em: 10 set. 2021.

CARVALHO, Maria. Auxiliadora. Tavares; SOARES, Maria Helena Pinheiro; SILVA, Maria Helena Alves da. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável** – MEXPAR. 2008. Disponível em:< http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4180/1/FPF_PTPF_01_0837.pdf> Acesso em: 10 out. 2021.

CARVALHO, Sandra. Maria. Gadelha. de; PIO, Paulo. Martins. A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos [online],** v. 98, n. 249, p. 428-445, 2017.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

Climate and Land Use Alliance (CLUA); Fundação Getúlio Vargas (FGV). Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: A evolução de um novo paradigma. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/959517/1/abcnovoparadgimacompleto.pdf> Acesso em: 15 out. 2021.

DEPONTI, Cidonea. Machado. **Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.274. 2010

EMATER/RS. **Regional – Santa Maria**. 2021. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/regionais/santa-maria.php#void> Acesso em: 21 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO); SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR (SAF); MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Perfil das Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e Assentados no Brasil, Brasília, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/857914/mod_resource/content/0/Relatorio_Nacional_Perfil_das_Institui%C3%A7%C3%B5es_de_Assist%C3%AAncia_T%C3%A9cnica_e_Extens%C3%A3o.pdf Acesso em: 10 set. 2021.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 7ª ed. Rio de Janeiro**, Paz e Terra**, p. 93, 1983.

FROEHLICH, José. Marcos, NEUMANN, Pedro. Selvino., SILVEIRA, Vicente Celestino Pires; DIESEL, Vivien. **Perfil dos serviços de Ater no Brasil: Análise crítica de relatórios.** Santa Maria: MDA/ FAO/ UFSM, NOVEMBRO. 2004, 115p. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/857914/mod_resource/content/0/Relatorio_Nacional_Perfil_das_Institui%C3%A7%C3%B5es_de_Assist%C3%AAncia_T%C3%A9cnica_e_Extens%C3%A3o.pdf >. Acesso em: 11 out. 2021.

GODOY, Arilda. Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas [online],** v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

LIMA, Rodrigo. C. A., HARFUCH, Leila, PALAURO, G. R. Plano ABC: Evidências do período 2010-2020 e propostas para uma nova fase 2021-2030. 2020. Disponível em:< https://www.agroicone.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Agroicone-Estudo-Plano-ABC-2020.pdf> Acesso em: 5 set. 2021.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em:< https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater> . Acesso em: 10 de out. 2021.

PAINEL GOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC, sigla em inglês). Relatórios. Disponível em < https://www.ipcc.ch/> Acesso em: 5 set. 2021.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. In: Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais. **Araxá**, Centro Universitário do Planalto de Araxá, n. 4, 2008.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL/RS. 2020. Radiografia da Agropecuária Gaúcha. Disponível em:< https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202009/26185534-radiografia-da-agropecuaria-gaucha-2020-1.pdf> Acesso em: 10 de out. 2021.

SEEG Brasil. Emissões do setor de mudanças de uso da terra: período de 1990 a 2015. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, p.1-43, 2017.

SILVA, Nathalia Abreu Fidelis; SILVA, Nathália Thaís Cosmo da; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romaro de. Competências em foco: Extensionista Rural, uma profissão de multifuncionalidades. **Research, Society, Development**, v. 10, n. 6, 2021.

APÊNDICE A – Questionário aplicado ao técnico da EMATER Regional de Santa Maria

Pesquisa sobre "O papel da EMATER/RS Ascar na implementação do Programa ABC + na Região Central do Rio Grande do Sul". O programa ABC+ foi desenvolvido pelo Governo Federal com a finalidade de disponibilizar crédito à projetos que auxiliem na redução das emissões de Gases de Efeito Estufa. Tendo em vista a importância de tal programa no cenário atual sobre a redução das consequências ligadas às mudanças climáticas e a missão do serviço de extensão rural pública na promoção da inclusão, igualdade e desenvolvimento sustentável no campo foi elaborada uma pesquisa, em formato qualitativo, para obter mais informações acerca do papel do serviço de extensão público na implementação de projetos vinculados ao programa na região central do Rio Grande do Sul.

1. Nome: 2. Formação:

3. Cargo ocupado atualmente: 4. Tempo de serviço na empresa:

5. Na sua opinião, os temas ligados à área ambiental são pertinentes considerando o cenário atual? Por quê?

6. Você conhece o Programa ABC/ABC+ do governo federal? ( ) Sim ( ) Não

7. A EMATER estimula e auxilia na elaboração de projetos vinculados ao programa? ( ) Sim ( ) Não

8. Tendo em vista a proximidade entre a EMATER e os produtores rurais da região, há a realização de capacitação aos servidores públicos sobre o desenvolvimento de projetos relacionados ao aquecimento global? Caso haja, se possível cite as formas como são realizadas as capacitações. ex. cursos, oficinas...

9. Há a formação de parcerias entre a EMATER e os bancos/empresas para a elaboração de projetos voltados para a temática de mudanças climáticas? E ao programa?

10. Como é feita a divulgação dos programas aos produtores?

11. Há a participação ativa e o interesse por parte dos produtores à essa questão (mudanças climáticas)? Quando há o interesse do produtor ao projeto vinculado ao programa ABC/ABC+, quais são os passos para a sua realização?

12. Na EMATER, há o estabelecimento de metas vinculadas ao Programa ABC/ABC+? ( ) Sim ( ) Não

13.Qual a predominância do público atingido pelo programa?

14. Qual o valor (em média) de um projeto elaborado ao programa e para qual a finalidade/linha ele é destinado (ex. ABC Orgânico, ABC Recuperação, ABC Plantio Direto...)?

15. Considerando que o público atingido tenha sido grandes produtores. Qual o principal entrave que você considera haver para a adesão de pequenos produtores (ex. divulgação)?

16. Quais os principais desafios encontrados para a elaboração de projetos vinculados a este programa?

17. Quais são suas perspectivas relacionadas à elaboração de projetos destinados à esta linha de crédito?

APÊNDICE B - Questionário aplicado ao Banco do Brasil

1. Nome: 2. Formação:

3. Cargo ocupado atualmente: 4. Tempo de serviço na empresa:

5. Na sua opinião, os temas ligados à área ambiental são pertinentes considerando o cenário atual? Por quê?

6. No Banco do Brasil, há o estabelecimento de metas vinculadas ao Programa ABC/ABC+? Se sim, você sabe como estas metas são estabelecidas, poderia falar sobre elas?

7. Qual o público-alvo principal do programa ABC/ABC+?

8. Qual a predominância do público atingido pelo programa?

9. Há um valor preestabelecido de crédito destinado às agências para a realização do programa? Se sim, qual seria este valor?

9. Qual o valor (em média) de um projeto ao programa e para qual a finalidade/linha ele é destinado (ex. ABC Orgânico, ABC Recuperação, ABC Plantio Direto...)

10. Quais são os locais (município e estado) mais solicitados em sua agência

para a realização do projeto e qual o tamanho da área?

11. Qual a principal forma de pagamento utilizada pelos beneficiários para este programa?

12. Qual a sua opinião, sobre a participação dos serviços de extensão pública na elaboração de projetos vinculados ao programa?

13. Para a elaboração de projetos vinculados ao programa há a participação e interesse do serviço de extensão pública da região?

14. Após a disponibilização do crédito ao programa, há alguma fiscalização/ elaboração e apresentação de relatórios sobre a implementação do projeto pelo beneficiário?

15. Considerando que o público atingido tenha sido de grandes produtores. Qual o principal entrave que você considera haver para a baixa adesão de pequenos produtores (ex. divulgação)?

16. Quais são suas perspectivas relacionadas à esta linha de crédito?

APÊNDICE C – Questionário aplicado ao Sicredi

1. Nome: 2. Formação:

3. Cargo ocupado atualmente: 4. Tempo de serviço na empresa:

5. Na sua opinião, os temas ligados à área ambiental são pertinentes considerando o cenário atual? Por quê?

6. No Sicredi, há o estabelecimento de metas vinculadas ao Programa ABC/ ABC+? Se sim, você sabe como estas metas são estabelecidas, poderia falar sobre elas?

7. Qual o público-alvo principal do programa ABC/ABC+?

8. Qual a predominância do público atingido pelo programa?

9. Há um valor preestabelecido de crédito destinado às agências para a realização do programa? Se sim, qual seria este valor?

9. Qual o valor (em média) de um projeto ao programa e para qual a finalidade/ linha ele é destinado (ex. ABC Orgânico, ABC Recuperação, ABC Plantio Direto...)

10. Quais são os locais (município e estado) mais solicitados em sua agência para a realização do projeto e qual o tamanho da área?

11. Qual a principal forma de pagamento utilizada pelos beneficiários para este programa?

12. Qual a sua opinião, sobre a participação dos serviços de extensão pública na elaboração de projetos vinculados ao programa?

13. Para a elaboração de projetos vinculados ao programa há a participação e interesse do serviço de extensão pública da região?

14. Após a disponibilização do crédito ao programa, há alguma fiscalização/ elaboração e apresentação de relatórios sobre a implementação do projeto pelo beneficiário?

15. Considerando que o público atingido tenha sido de grandes produtores. Qual o principal entrave que você considera haver para a baixa adesão de pequenos produtores (ex. divulgação)?

16. Quais são suas perspectivas relacionadas à esta linha de crédito?

10.48209/978-65-COOP9-07-1

CAPÍTULO 7

COMPORTAMENTO E SATISFAÇÃO DOS CONSUMIDORES DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL DO MUNICÍPIO DE SARANDI/RS

Monica Rigo
Simone Bueno Camara
Tanice Andreatta

INTRODUÇÃO

O panorama de insegurança alimentar vivenciado nos últimos anos conduz as sociedades a mudar o olhar sobre a qualidade do que se está consumindo (SILVA *et al.,* 2017). Assim, as características físicas de um produto alimentício tendem a não ser os atributos mais valorizados pelos consumidores contemporaneamente. A tomada de decisão dos compradores tem sido fortemente influenciada pelos condicionantes que conferem a qualidade nutricional (SILVA *et al.*, 2013). Os hábitos alimentares da população brasileira têm se modificado, o que impulsiona a busca por alimentos frescos que apresentem origens e processos transparentes e que promovam a saúde dos consumidores.

A demanda por alimentos frescos, presumivelmente cultivados sem o uso ou com um uso menos intensivo de defensivos agrícolas e que tenham preços mais acessíveis, leva muitos consumidores a preferirem as feiras livres aos mercados tradicionais (ROCHA *et al.*, 2010). Nesse contexto, as feiras constituem-se como uma das formas mais antigas e primitivas de comercialização (JUNIOR; SILVA; OLIVEIRA, 2007).

O principal motivo para a realização das feiras era a formação de excedentes de produção e a necessidade natural da existência de um ambiente que congregasse todos os produtos que estivessem disponíveis ao coletivo (SOUSA, 2004). Mais recentemente, as feiras possuem os intuitos de valorizar a agricultura familiar e de fomentar o desenvolvimento local (ROCHA *et al.*, 2010).

Entre as motivações que induzem as pessoas a se dirigirem a esse tipo de feiras para a aquisição dos produtos ofertados, estão as questões culturais, pois existe a crença de que um produto “caseiro”, “direto da roça” ou artesanal é mais fresco, forte e nutritivo, mais saboroso e isento de produtos químicos (SOUSA, 2005). No entanto, sabe-se que o produto depende do *status* sanitário da matéria-prima e das boas práticas de fabricação, transporte e armazenamento.

Assim, é importante compreender as razões que motivam os consumidores a optarem pelas feiras livres para a aquisição dos alimentos. A Ciência da Administração, no segmento de *marketing* – por meio de instrumentos (teorias, conceitos e estudos) – contribui para que se entenda melhor como se comporta o consumidor na hora da compra. Esses instrumentos possibilitam compreender, mensurar, projetar e traçar perfis das decisões de compra dos consumidores (KOTLER; KELLER, 2006).

Nesse contexto, e dada a importância da Feira do Produtor Rural de Sarandi/RS, torna-se relevante realizar um estudo que investigue o comportamento de seus consumidores. De acordo com Pinheiro *et al.* (2006), estudar o comportamento do consumidor é fundamental para o segmento da oferta, pois as características individuais, sociais e culturais, bem como as influências situacionais, interferem no momento da compra. Assim, o objetivo deste trabalho consiste em analisar o comportamento e o nível de satisfação dos consumidores que fazem a aquisição de produtos na Feira do Produtor Rural, no município de Sarandi/RS.

O município de Sarandi situa-se na região norte do Estado do Rio Grande do Sul e, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, possuía 21.285 habitantes. A população estimada em 2020 era de 24.763 habitantes. A economia da cidade é baseada nas indústrias (têxteis e moveleiras), na produção rural (de soja, de milho e de trigo), e nas agroindústrias familiares (de vinhos e de embutidos). Segundo o Censo Agropecuário de 2017, o município possui 739 estabelecimentos agropecuários; desses, 643 são de agricultura familiar, o que representa 87% das propriedades do município de Sarandi/RS (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE, 2017).

Além da introdução e das considerações finais, o capítulo é constituído de três seções: a primeira é formada por revisão bibliográfica; a segunda trata dos procedimentos de pesquisa; e a terceira, dos principais resultados identificados no estudo.

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DE ALIMENTOS COMERCIALIZADOS EM FEIRAS

Nos últimos anos, tem se observado uma forte mudança nos padrões de consumidores de produtos agroalimentares. Isso se deve a diferentes fatores, como um maior e melhor acesso das pessoas à informação, mudanças na dinâmica global e na economia de países emergentes, preocupações com o meio ambiente e questões com relação à segurança alimentar, à qualidade, à origem e aos impactos à saúde daquilo que se consome (SOUZA, 2005). Por isso, a análise do comportamento deve ser feita com base nos aspectos que o influenciam. O indivíduo, como consumidor, sofre influências culturais, sociais, pessoais e psicológicas, sendo que os fatores culturais exercem a maior e a mais profunda influência (KOTLER; KELLER, 2006).

Esses fatores influenciam na decisão de compra da população, que opta por locais que ofereçam mais conforto, praticidade, limpeza, segurança e flexibilidade de horários, mais adequados ao seu cotidiano. Dessa forma, o varejo de alimentos tem se interessado cada vez mais por estudar o comportamento dos consumidores, buscando entender as preferências e as expectativas que os levam a escolher os locais de compra de frutas, legumes e verduras (PINHEIRO *et al.*, 2006).

Nos estudos de Paula *et al.* (2006) e Colla (2008), ambos identificaram que, além de as feiras livres serem destaque pela sua diversidade de oferta de produtos, o fato de os alimentos serem frescos foi o ponto mais enfatizado. Colla (2008), ao analisar o comportamento do consumidor das feiras livres nos municípios de Cascavel e de Toledo/PR, observou que 71% dos consumidores da feira livre de Cascavel/PR e 60% dos consumidores da feira livre de Toledo/PR percebem os produtos oferecidos na feira como “mais frescos” em relação aos produtos vendidos em outros canais de distribuição. Paula *et al.* (2006) identificaram, entre os fatores mais valorizados pelos consumidores, o frescor das frutas, legumes e verduras (FLV) como sendo a razão mais importante para fazerem compras

em feiras livres, seguida de fatores como qualidade, disponibilidade de produtos especiais, apoio à agricultura local e contato com os produtores.

Dessa forma, alguns dos fatores considerados importantes pelos consumidores transformam a feira livre em um formato de varejo que, além de promover a comercialização e a distribuição de produtos, também promove uma interação social (COLLA, 2008). Essa interação social das feiras livres é entendida como mais festiva, mais amigável e mais pessoal do que a interação que ocorre nos supermercados (MICHELLON *et al.*, 2007),

As possibilidades de interagir com outros consumidores no ambiente da feira, de conversar os agricultores sobre os produtos sazonais e de fazer a visita à feira constituem influências consideradas significativas e positivas pelos consumidores (CAZANE; MACHADO; SAMPAIO, 2012). Os autores sugeriram que os produtores devessem considerar as percepções e os interesses dos seus consumidores, a fim de desenvolverem um produto diferenciado, que atenda a essas necessidades.

As feiras, por sua vez, tornam-se um ponto mais atrativo em relação aos supermercados e fruteiras, em função da maior diversidade, do fato de o produto ser mais fresco, da dinâmica peculiar de negociação do preço e do atendimento personalizado, o que possibilita que seja mantida uma relação bastante próxima com o produtor feirante. Possivelmente estariam aí as chaves que permitem explicar a persistência das feiras livres em relação às modernas superfícies de varejo (MICHELLON; MOLINA; COSTA, 2009).

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Como os objetivos da pesquisa estavam atrelados à coleta de dados primários, elaborou-se um roteiro de pesquisa estruturado, em que predominaram as questões fechadas. Parte significativa das perguntas foi organizada em forma de escala de 10 pontos. Essas questões foram divididas em três grandes

blocos: 1º) Perfil dos consumidores que frequentam a Feira do Produtor Rural; 2º) Comportamentos e motivações que levam os consumidores a comprarem produtos da feira; e 3º) Níveis de satisfação dos consumidores (Quadro 1).

A amostra da pesquisa foi do tipo não probabilística (MATTAR, 1996) e por conveniência (FREITAG, 2018). Foram aplicados 83 formulários; desses, 23 foram respondidos por intermédio do Google Forms. O *link* foi enviado para potenciais respondentes por *e-mail* e pelo WhatsApp. Os demais formulários eram impressos; eles foram aplicados no local da feira, no período de 22 de fevereiro a 15 de março. Essa forma de obtenção de dados *"in loco"* foi inviabilizada em decorrência da pandemia. Como forma de expandir a amostra, foi organizada uma caixa com os formulários em um empreendimento da cidade, e uma colaboradora solicitava aos clientes para responderem ao questionário; alguns deles o levaram para casa e o devolveram alguns dias depois.

As respostas obtidas por meio desses formulários impressos aplicados foram tabuladas em uma planilha do Excel (Microsoft Office Excel), acrescida aos dados obtidos através do Google Forms, posteriormente processados por meio de planilhas eletrônicas do Microsoft Excel. Os resultados gerados foram analisados, conforme exposto no quadro 1.

Quadro 1 – Análise dos dados

Blocos	Descrição	Modo de análise
Perfil do consumidor	Descrição do perfil do consumidor através de 10 questões, sendo algumas delas fechadas de múltipla escolha e uma aberta.	Estatística descritiva, basicamente de frequência; ou seja, analisaram-se as variáveis com maior frequência dos respondentes.

Motivações e comportamento do consumidor na hora da compra	Etapa organizada em 6 fatores (oferta dos produtos; qualidade dos produtos; relacionamento interpessoal; preço; limpeza e higiene; e desenvolvimento local). Os respondentes atribuíram notas de 1 a 10 às afirmativas descritas, sendo que 1 correspondia a nenhuma importância, e 10, a muita importância.	A análise desse bloco ocorreu por meio de média e desvio padrão, sendo identificados e descritos os motivos de maior média de cada bloco.
Satisfação do consumidor	Questões organizadas em escala Likert de 5 pontos, em que 1 significava muito insatisfeito, e 5, muito satisfeito, perante os seguintes quesitos: horário de funcionamento da feira, localização, organização, diversidade e sabor dos produtos, produtos diferenciados, higienização e aparência dos produtos.	Análises de frequência, examinando, de modo geral, a satisfação do comportamento do consumidor. Fez-se o uso de outros estudos para corroborar com os resultados encontrados.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Dessa forma, as análises foram apresentadas conforme os blocos do questionário, contendo tabelas e os principais resultados encontrados de todas as questões pertinentes. Ao final de cada bloco, foi apresentada uma visão geral do quadrante analisado.

COMPORTAMENTO E NÍVEIS DE SATISFAÇÃO DE CONSUMIDORES QUE FREQUENTAM A FEIRA DO PRODUTOR RURAL

Perfil do consumidor e do padrão de compras na feira

Conhecer o perfil do consumidor final contribui para direcionar a produção e o potencial de comercialização de diversos produtos da agricultura familiar, não somente em feiras livres, mas também nos inúmeros canais de comercialização, como sacolões, quitandas e supermercados (SOUZA, 2005; COSTA *et al.*, 2018). Pode-se considerar que os respondentes eram majoritariamente do sexo feminino (71,11%) – dado que se assemelha ao do estudo de Guerra *et al.* (2018) e ao do estudo de Andreuccetti, Ferreira e Tavares (2005) –; eram casados e/ou em união estável; e a faixa etária mais recorrente gravitava em torno de 25 a 39 anos (29,40%) e de 40 a 59 anos (33,70%) – o que é corroborado pelo artigo de Cazane, Machado e Sampaio (2012) e pelo estudo de Colla (2008).

Já o nível de escolaridade é mais expressivo nos estratos de Ensino Fundamental incompleto e de Ensino Médio completo, embora o Ensino Superior e a Pós-Graduação (42,20%) possam ser considerados expressivos. O nível de renda predominante (77,00%) gravita em torno de 1,1 a 3 salários mínimos. O salário médio mensal dos trabalhadores formais (2018) no município de Sarandi/RS foi de 2,2 salários mínimos (IBGE/CIDADES, 2020). Esse dado apresenta uma possível relação com o valor médio de gastos na feira, uma vez que a maior parte das pessoas (80,70%) menciona um valor aproximado de R$ 49,00 por ida à feira.

A principal razão que induziu o consumidor a iniciar as compras na feira (55,4%) foi a disponibilidade de produtos mais frescos, fato que pode justificar a periodicidade/frequência das compras nesse local, uma vez que os produtos encontrados nas feiras, na maioria das vezes, são colhidos horas antes de irem para o local de comercialização (Tabela 1). Resultados semelhantes foram verificados nos estudos de Azevedo (2005), Lima (2014) e Costa *et al.* (2018).

Também se destaca o estímulo de amigos e de familiares (18,2%). Além disso, 15,7% dos clientes mencionaram optar pela feira em razão de encontrarem no local produtos tradicionais, o que sugere que essa busca por produtos tradicionais leva o consumidor a reconectar-se com as suas origens (NIEDERLE, 2009) e a resgatar lembranças da infância, muitas vezes esquecidas.

Tabela 1 – Padrão de compras na feira

Razões para iniciar as compras na feira	(%)	Frequência	(%)	Gastos na feira semanalmente	(%)
Produtos mais frescos	55,4	1 vez na semana	37,3	Até 25 reais	28,9
Indicação de amigos/ familiares	18,1	2 vezes na semana	19,3	De 26 a 35 reais	24,1
Produtos tradicionais	15,7	A cada 15 dias	18,10	De 36 a 49 reais	27,7
Localização da feira	3,6	Eventualmente	9,6	Acima de 50 reais	13,3
Preços mais acessíveis	3,6	3 vezes na semana	8,4	Não sei	6,0
Produtos mais frescos e produtos tradicionais	2,4	Uma vez por mês	7,2		

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

No que se refere à periodicidade das compras na feira, os respondentes, majoritariamente (Tabela 1), mencionam que realizam compras na feira ao menos uma vez na semana. Estima-se que aproximadamente 65% dos respondentes frequentam a feira praticamente toda semana. Esses resultados são corroborados pelo trabalho de Guerra *et al.* (2018), que evidenciaram que 58,8% dos consumidores frequentam a feira semanalmente.

Quanto ao valor monetário gasto na feira, parte dos respondentes elencou gastos semanais de no máximo R$ 25,00 (28,9%). Isso pode ser influenciado pela frequência das pessoas ao local e também pela renda *per capita* da população. Entre os produtos mais comprados na feira, destacam-se: frutas, verduras, legumes, pães, massas, bolachas, compotas ("chimias" e geleias), conservas (pepino e cebola), embutidos (copas e salame), melado, açúcar mascavo, mel, temperos, cucas e vinagres.

Comportamento do consumidor na Feira do Produtor Rural de Sarandi/RS

No que se refere à "qualidade dos produtos" (Tabela 2), pode-se entender que a maioria das variáveis apresentadas foram bem avaliadas pelos respondentes. No momento em que se opta por comprar, na feira, certos alimentos de um produtor rural, a tendência é a de que os produtos sejam de melhor qualidade, sobretudo, porque os produtos são mais frescos, uma vez que se percorrem distâncias menores nos seus transportes.

A busca por uma alimentação mais saudável, que envolva alimentos de qualidade, com preços mais acessíveis, tem levado as pessoas a procurarem por esse tipo de comércio, o que acaba valorizando a agricultura familiar. Um estudo realizado na cidade de Rio Claro/SP, na Feira do Corujão, em 2017, indicou que 151 consumidores entrevistados frequentavam a feira pela qualidade dos produtos, e 119 pelo preço (LUCIANO, 2017). Conclui-se, portanto, que o fator de maior relevância na hora de optar pelos produtos da feira de produtor rural, unanimemente falando, é o fator qualidade. Para Michellon, Molina e Costa (2009), esse se torna um ponto mais atrativo em relação aos supermercados e fruteiras, em função de uma maior diversidade e de uma maior frescura dos produtos, bem como da dinâmica peculiar de negociação do preço e do atendimento personalizado, o que possibilita que seja mantida uma relação bastante próxima com o produtor feirante.

Tabela 2 – Comportamento do consumidor perante a decisão de compra

Qualidade dos produtos	Média	Desvio padrão
Compro na feira, porque os alimentos nesse local têm menos produtos químicos	8,76	1,551
Compro na feira, porque a qualidade dos produtos é melhor	8,33	1,407
Compro na feira pela aparência das verduras e das frutas	8,41	1,601
Compro na feira pela procedência dos produtos	8,40	1,497
Características dos produtos	**Média**	**Desvio padrão**
Compro na feira pela variedade de produtos *in natura* (hortaliças, verduras, frutas, cereais...)	8,60	1,422
Compro na feira por haver uma maior satisfação no consumo dos produtos comercializados ali	8,59	1,371
Compro na feira pela disponibilidade de produtos frescos	8,57	1,548
Compro na feira, porque conheço as formas de produção dos produtos vendidos no local	7,57	2,137
Compro na feira pela disponibilidade de produtos prontos e semiprontos	6,81	2,629
Compro na feira pela diversidade de produtos	7,34	1,989
Desenvolvimento local	**Média**	**Desvio padrão**
Compro na feira, porque valorizo os produtos da agricultura familiar	8,67	1,761
Compro na feira, porque valorizo a produção local	8,65	1,619
Compro na feira, porque valorizo a economia local	8,51	1,735

Higiene e limpeza	Média	Desvio padrão
Observo o manuseio dos alimentos pelos feirantes	8,04	1,770
Observo se os produtos *in natura* (hortaliças e verduras) estão lavados	7,82	2,061
Escolho as bancas pela limpeza e pela organização	7,59	2,479
Escolho as bancas pelo asseio no manuseio dos alimentos pelos feirantes (luvas e touca)	7,17	2,310
Relacionamento interpessoal	**Média**	**Desvio padrão**
O atendimento dos feirantes é muito bom	8,43	1,271
Tenho confiança nos feirantes e nos produtos	8,01	1,947
Estreito a convivência com as outras pessoas	6,54	2,349
Sempre compro produtos dos mesmos feirantes	6,51	2,634
Tenho conhecimento da propriedade dos produtores	6,05	2,532
Tenho proximidade com os produtores feirantes	6,02	2,682
Preço	**Média**	**Desvio padrão**
Ainda que os produtos fossem mais caros, prefiro comprar na feira	7,41	2,209
Os preços dos produtos na feira são menores, se comparados a outros mercados	7,00	2,214
Os preços são expostos ou anunciados de maneira clara	6,75	2,257
As formas de pagamento são mais facilitadas	6,54	2,534

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Nota: Médias obtidas a partir de uma escala de 1) Nenhuma importância a 10) Muita importância

Analisando especificamente o item “características dos produtos” (Tabela 2), as variáveis mais bem ranqueadas foram a disponibilidade de produtos frescos, a variedade de produtos *in natura* e o fato de o consumidor possuir maior satisfação no consumo dos produtos comercializados. Considerando o “desenvolvimento local” (Tabela 2), a maioria dos respondentes valorizam a economia e a produção local. Isso pode estar associado ao fato de parte significativa dos alimentos ser derivada da agricultura familiar. Conforme salientam Santos *et al.* (2019), a feira livre representa uma excelente alternativa de desenvolvimento local nos espaços rurais e urbanos.

Quanto a “higiene e limpeza” (Tabela 2), percebe-se que os respondentes dão menos importância a esse quesito. A variável de maior importância diz respeito ao manuseio com os alimentos, ou seja, a como os feirantes, no momento da entrega do produto ao consumidor, manejam o produto, e se esses feirantes tomam o devido cuidado ao embalar os produtos, sobretudo, após a ocorrência da pandemia. Além disso, em relação ao fato de os consumidores demonstrarem certo grau de confiança nos produtos e nos feirantes, pode-se supor que as exigências dos consumidores foram atendidas ou sanadas de alguma forma; isso está relacionado também à frequência dos consumidores na feira, que ocorreu semanalmente em 65% dos casos. O contato semanal fortalece as relações de confiança entre feirantes e consumidores, sendo essencial na fidelização desses consumidores e no estabelecimento de relações mais duradouras (SILVA *et al.*, 2019).

Ao analisar a variável “preço”, destaca-se a questão de os produtos serem mais baratos, e, mesmo que fossem mais caros, os clientes manteriam o consumo (Tabela 2). Os consumidores estão em busca de outros atributos encontrados nos produtos comercializados, e esses atributos atendem às suas expectativas, ou até mesmo as superam; dessa forma, no momento da compra dos alimentos, o fator preço é irrelevante. Outra justificativa plausível para os consumidores não darem uma importância expressiva ao preço dos produtos ofertados na feira se

refere à possibilidade de negociação de preços no momento da compra, o que ocorre também em razão de não haver intermediários no momento da venda, devido à cadeia curta de produção: ela é realizada no mesmo município em que os itens são vendidos.

Também se buscou captar o comportamento dos consumidores em relação às características dos produtos, à qualidade, ao preço, ao relacionamento interpessoal, à higiene e à limpeza, assim como ao desenvolvimento local. As médias gravitaram entre os escores 6 e 8, o que indica que as variáveis indicadas, de certo modo, são importantes no momento da compra. Com relação ao desvio padrão, nota-se que, na maioria das variáveis, os dados ficaram em torno de 1 e 2,2, tanto abaixo quanto um pouco acima, o que indica que as respostas estão oscilando em torno da média; ou seja, ocorre uma baixa variabilidade entre as respostas.

As motivações para a realização da compra na feira são: disponibilidade de produtos frescos; variedade de produtos *in natura* (hortaliças, verduras, frutas, cereais...); maior satisfação no consumo dos produtos ali comercializados; melhores qualidade, aparência e procedência dos produtos da feira; menor quantidade de produtos químicos; confiança dos consumidores nos feirantes e nos produtos; atendimento muito bom; preferência pela compra na feira, ainda que os produtos fossem mais caros; manuseio adequado dos alimentos pelos feirantes; e valorização da produção e da economia local, devido ao fato de os produtos serem advindos da agricultura familiar.

Níveis de satisfação do consumidor na Feira do Produtor Rural

A pesquisa também avaliou a satisfação dos consumidores em relação a alguns pontos específicos (Tabela 3). De um modo geral, é possível concluir que, dos 83 respondentes, 77,13% estão satisfeitos ou totalmente satisfeitos (55,06% e 22,07%, respectivamente) com a Feira do Produtor Rural de Sarandi/RS.

Tabela 3 – Satisfação dos consumidores

Atendimento dos feirantes	(%)	Horário de funcionamento da feira	(%)
Muito insatisfeito	10,8	Muito insatisfeito	6,0
Insatisfeito	1,2	Insatisfeito	13,3
Indiferente	4,8	Indiferente	22,9
Satisfeito	61,4	Satisfeito	44,6
Muito satisfeito	21,7	Muito satisfeito	13,3
Localização da feira	**(%)**	**Organização da feira**	**(%)**
Muito insatisfeito	8,4	Muito insatisfeito	4,8
Insatisfeito	6,0	Insatisfeito	2,4
Indiferente	6,0	Indiferente	13,3
Satisfeito	55,4	Satisfeito	62,7
Muito satisfeito	24,1	Muito satisfeito	16,9
Diversidade de produtos	**(%)**	**Sabor dos produtos**	**(%)**
Muito insatisfeito	7,2	Muito insatisfeito	6,0
Insatisfeito	1,2	Insatisfeito	2,4
Indiferente	13,3	Indiferente	1,2
Satisfeito	57,8	Satisfeito	50,6
Muito satisfeito	20,5	Muito satisfeito	39,8

Produtos diferenciados	(%)	Preço dos produtos	(%)
Muito insatisfeito	1,2	Muito insatisfeito	6,0
Insatisfeito	6,0	Insatisfeito	4,8
Indiferente	19,3	Indiferente	27,7
Satisfeito	51,8	Satisfeito	42,2
Muito satisfeito	21,7	Muito satisfeito	19,3
Higienização dos produtos	**(%)**	**Aparência dos produtos**	**(%)**
Muito insatisfeito	1,2	Muito insatisfeito	3,6
Insatisfeito	4,8	Insatisfeito	2,4
Indiferente	15,7	Indiferente	4,8
Satisfeito	57,8	Satisfeito	66,3
Muito satisfeito	20,5	Muito satisfeito	22,9

Fonte: Pesquisa de campo (2020).
Nota: As médias foram calculadas considerando uma escala em que: 1) Muito insatisfeito; 2) Parcialmente insatisfeito; 3) Indiferente; 4) Parcialmente satisfeito 5) Muito satisfeito

De modo geral, pode-se supor, com os dados apontados na Tabela 3, que os consumidores da feira estão satisfeitos com ela; ou seja, as expectativas que o consumidor possui a respeito da aquisição dos produtos da feira, de algum modo, foram supridas/atendidas. Mesmo assim, ainda há pontos que podem ser melhorados em todos os quesitos, pois ainda há uma parcela de insatisfeitos. Os resultados vão ao encontro da visão de Kotler e Keller (2006, p. 142), que definem que a “satisfação do consumidor deriva da proximidade entre as suas expectativas e o desempenho percebido do produto”. Portanto, para que o consumidor elenque ter satisfação quanto aos pontos mencionados na tabela, ele deve equilibrar o que esperava (expectativas) com o que ele encontrou; ou

seja, ao adquirir e ao utilizar o produto, o consumidor avaliará o desempenho desse produto em relação ao que era esperado por ele.

CONCLUSÃO

Neste artigo, analisaram-se o comportamento e o nível de satisfação dos consumidores que frequentam a Feira do Produtor Rural; identificou-se o perfil do consumidor que faz a aquisição de produtos nessa feira; e analisou-se o comportamento do consumidor que a frequenta. Identificou-se que o perfil do consumidor abarcado na pesquisa é majoritariamente feminino; que a faixa etária mais recorrente do público ocorre entre 25 e 59 anos; e que a renda média gravita em torno de 1,1 a 3 salários mínimos.

Conclui-se que os consumidores vão à feira semanalmente, em busca de produtos frescos e tradicionais. A demanda é dos mais diversos gêneros alimentícios: verduras, legumes, embutidos, derivados de farinha, lácteos, entre outros, já citados anteriormente. Além disso, são gastos semanalmente até R$ 25,00. Os consumidores, na realização das compras na feira, levam em consideração a disponibilidade de produtos frescos e a variedade de produtos *in natura.* A maior satisfação no consumo dos produtos comercializados está atrelada às melhores qualidade, aparência e procedência dos produtos da feira; à menor quantidade de produtos químicos; à confiança dos consumidores nos feirantes e nos produtos; ao bom atendimento; e à preferência pela compra na feira, ainda que o preço fosse mais caro nesse local.

Entre as limitações da pesquisa, cita-se a dificuldade de coleta de dados, visto que a forma de reposta digital – em que o *link* do questionário era enviado pelo WhatsApp e por *e-mail* – apresentou baixo retorno. Além disso, diante dos questionários aplicados no espaço da feira, algumas pessoas se negavam a responder, argumentando que “estavam com pressa”. A pandemia impediu a coleta de dados diretamente na feira. No entanto, a feira é um ambiente de interação social permanente; assim, sempre há espaços para outras pesquisas, como, por exemplo, uma análise desse mesmo ambiente pelo lado da oferta,

ou seja, da percepção dos feirantes, além de uma pesquisa que demonstre os impactos ocasionados pela feira na economia local, com uma mensuração econômica e social desses impactos. Em tempos de pandemia, uma possível pesquisa sobre os seus efeitos também seria relevante.

REFERÊNCIAS

ANDREUCCETTI, C.; FERREIRA, M. D.; TAVARES, M. Perfil dos compradores de tomate de mesa em supermercados da região de Campinas. **Horticultura Brasileira**, v. 23, p. 148-153, 2005.

AZEVEDO, L. N. **Análise da dinâmica ocupacional da feira da Cidade Operária**. 2005. 60 p. Monografia (Bacharel em Geografia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

BRANDÃO, A. A.; COSTA, C. A.; GALIZONI, F. M.; CAVALCANTE, T. F. M.; NEVES, A. C. Perfil socioeconômico dos consumidores de hortaliças em feiras livres na microrregião de Januária. **Horticultura Brasileira,** v. 33, n. 1, p. 119-124, 2015.

CAZANE, A. L.; MACHADO, J. G. C. F.; SAMPAIO, F. F. Perfil do consumidor e os hábitos de consumo de frutas, legumes e verduras (FLV) nas feiras livres de Tupã – SP. **XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção**: Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social - As Contribuições da Engenharia de Produção. Bento Gonçalves, RS, Brasil, out., 2012. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_tn_sto_157_913_19598.pdf>. Acesso em 15 out. 2019.

COLLA, C. **Análise do comportamento do consumidor das feiras livres nos municípios de Cascavel e de Toledo – PR**. 2008. 128 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2008.

COSTA, C. C.; SILVA, D. S. **O. Identificação dos consumidores de hortaliças da feira livre de Pombal – PB:** Aspectos socioeconômicos e culturais. **Revista Verde,** v.6, n.1, p.
56-60, 2011.

COSTA, C. I. C; *et al*. Percepção dos consumidores sobre as condições de comercialização de frutas e hortaliças em feira livre de São Luís – MA. Anais do XVII Encontro Regional de Agroecologia do Nordeste. **Revista Craibeiras de Agroecologia**, v.1, n.1, abr./mai., 2018.

FREITAG, R. M. K. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência? **Revista de Estudos da Linguagem,** v. 26, n. 2, p. 667-686, 2018.

GIGLIO, E. M. **O Comportamento do Consumidor**. 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2002.

GUERRA, M. N. de M.; SANTOS, D. S. dos; SILVA, P. S.; SANTOS, L. B. dos. Perfil dos consumidores e comerciantes de hortaliças em feira livre na cidade Barras, BA. João Pessoa: **Tecnol. & Ciên. Agropec.,** v.12, n.4, p, 39-45, dez., 2018.

HAIR, J. F., Jr. *et al.* **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sarandi/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 27 de set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/CIDADES. **Conheça cidades e estados do Brasil**. IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acessado em 05 de nov. 2020.

JUNIOR, M. P. da C.; SILVA, L. P. da.; OLIVEIRA, M. A. S. **Características e satisfação dos consumidores de produtos hortifrutícolas na feira livre do Crato-CE**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER: Londrina, jul., 2007.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LIMA, B. L. Um olhar sobre as feiras de São Luís: uma visão a partir do contexto sócio econômico da Feira da Cidade Operária. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Vitória, ES, 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404480838_ARQUIVO_ARTIGOCOMPLETO.pdf>.

LUCIANO, W. R. **Agricultura familiar no contexto da feira do produtor rural "feira corujão" no município de Rio Claro – SP**. 2017. 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelando em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP, 2017.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MICHELLON, E.; COSTA, T. R.; RITTER, S. P.; ARAGÃO, R. M.; TANOUE, H. T. Feira do produtor e os entraves à sua organização e à comercialização: o caso de Paiçandu. **XLV Congresso da SOBER** -"Conhecimentos para Agricultura do Futuro" Londrina, jul., 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/766.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2019.

MICHELLON, E.; MOLINA, S. C.; COSTA, T. R. Feira do produtor rural pela visão dos consumidores. **V EPCC Encontro Internacional de Produção Científica**. Cesumar, out., 2009. Disponível em:<https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2009/wp-content/uploads/sites/77/2016/07/simone_correia_molina.pdf>. Acesso em 25 de out 2019.

NIEDERLE, P. A. Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar. **Revista Extensão Rural,** DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVI, n° 18, jul./dez., 2009.

PAULA, N. Q. de; OLIVERIA, I. M. de; BISCOLA, P. H. N.; SILVA, H. N. O. Valor Percebido pelos Consumidores em Relação aos Formatos de Rua (Feiras Livres). *In:* **XIX SEMEAD - Seminários em Administração**. FEA-USP, São Paulo, 2006.

PINDYCK, R. S. **Microeconomia**. 8. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

PINHEIRO, R. M.; CASTRO, G. C.; SILVA, H. H.; NUNES, J. M. G: **Comportamento do consumidor e pesquisa de mercado**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROCHA, H. C.; COSTA, C.; CASTOLDI, F. L.; CECCHETTI, D.; CALVETE, E. de O.; LODI, B. dos S. Perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores da Feira do Produtor de Passo Fundo, RS. **Revista Ciência Rural,** *Online*, Santa Maria, 2010.

ROGOSKI, L. R. **Satisfação dos consumidores: Um estudo das feiras da agricultura familiar do município de Cerro Largo – RS**. 2018. 72 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2018.

SANTOS, G. G. dos; QUEIROZ, V. de S.; SANTOS, M. G. dos; SOUTO, G. C.; FREITAS, T, P. M. de. Fluxo de origem dos agricultores da feira do produtor rural de Castanhal - AFEPRUC, uma alternativa de desenvolvimento local. IV Congresso Internacional das Ciências Agrárias. COINTER – PDVAgro, 2019.

SILVA, A. M.; SILVA, A. B. N.; MELLO, R. F.; BRITO, M. M. de O. Avaliação do hábito de consumo e perfil socioeconômico nutricional dos consumidores em feiras livres do município de Barreiros – PE. **Revista Caravana, Diálogos entre Extensão e Sociedade,** v. 4, n. 1, 2019.

SILVA, E. B.; CARDOSO, F. T.; SOUZA, G. G.; ALMEIDA, A. Perfil sócio econômico de consumidores de produtos orgânicos**. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável,** v.8, n. 1, 2013.

SILVA, M, N.; CECCONELLO, S, T.; ALTEMBURG, S, G, N.; SILVA, F, N.; BECKER. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista Espacios,** v. 38, n. 47, 2017.

SOUSA, D. D. P. **Consumo de produtos lácteos, um perigo para saúde pública**: estudos dos fatores relacionados a este consumo no município de Jacareí - SP. 2005. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia Experimental e Aplicada às Zoonoses) – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SOUSA, L. G. A origem das feiras. *In:* **Memórias da Economia**: a realidade brasileira. S.1.: Eumed, 2004. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/libreria/2004/lgs-mem/32.htm>. Acesso em: 27 de agost. 2019.

SOUZA, R. A. M. **Mudanças no consumo e na distribuição de alimentos**: O caso da distribuição de hortaliças de folhas na cidade de São Paulo. 2005. 133 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

10.48209/978-65-COOP9-08-1

CAPÍTULO 8

CORONACRISE E AS REPERCUSSÕES SOBRE OS HÁBITOS ALIMENTARES E DE CONSUMO

Sibele Vasconcelos de Oliveira
Simone Bueno Camara
Vitória Benedetti de Toledo
Tanice Andreatta

INTRODUÇÃO

A pandemia gerada pela propagação do novo coronavírus tem impactado de forma direta e indireta as diversas dimensões da vida social. A crise sanitária vitimiza milhares de pessoas em todo o mundo e tem sobrecarregado os sistemas de saúde, especialmente nas economias periféricas. A diminuição do ritmo da atividade produtiva e comercial tende a agravar indicadores de desempenho macroeconômico, com o crescimento do desemprego, além do decrescimento da demanda e investimentos.

Ao considerar as condições de reprodução capitalista, microempreendedores, trabalhadores informais e trabalhadores assalariados são os mais vulneráveis frente ao ciclo de recessão provocado pela COVID-19 (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT], 2020b). A perspectiva de queda de renda no curto prazo deverá impor restrições ao consumo e acesso aos recursos materiais essenciais, de forma que muitas pessoas figurarão abaixo da linha de pobreza (OIT, 2020a).

As restrições impostas à mobilidade e interação social, recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMC) e de órgãos de Estado para contenção da pandemia, são desafiantes aos diferentes segmentos econômicos. O estabelecimento de estratégias para superar a crise sanitária e econômica inclui a exploração de plataformas virtuais de comunicação e comercialização de bens, a oferta de serviços de entrega aos consumidores, o desenvolvimento de embalagens que atendam de forma inovativa aos critérios sanitários, entre outros.

Estimativas realizadas por Freitas, Magnabosco e Bandeira (2020) indicam que os segmentos da economia brasileira com maiores perdas em decorrência da pandemia devem ser o setor de transportes (10,6%), de alojamento e alimentação, cuja queda do Produto Interno Bruto (PIB) prevista é de 16,9%. Sendo assim, pelas especificidades do processo produtivo e pela natureza dos produtos, o segmento

de alimentação precisa apresentar capacidade de resiliência e adaptação, de modo a mitigar os efeitos negativos do choque de oferta e demanda atual.

Cabe evidenciar que parte expressiva dos bens comercializados pelo segmento alimentar são do tipo *in natura* ou minimamente processados, transportados e armazenados a granel, moderadamente ou altamente perecíveis. As características de produção e distribuição conferem aos alimentos e bebidas maior suscetibilidade ao contato com o ambiente e, por conseguinte, sua manipulação carece de maiores cuidados, com vista a preservação da segurança alimentar e nutricional, tão requerida nos momentos de pandemia.

Tendo em vista o exposto, o presente estudo visa a compreender os hábitos alimentares e as novas dinâmicas de consumo que se estabelecem com a *coronacrise*. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, estruturou-se processo de coleta de dados primários que permitiu identificar o comportamento de compra de 322 indivíduos. O emprego de técnicas de estatística descritiva e inferencial foram importantes para analisar as relações entre o perfil dos consumidores e as práticas de acesso aos mercados alimentares.

A redação do artigo científico está organizada em seis seções, a incluir essa breve introdução. A seguir, discorre-se sobre os impactos socioeconômicos da pandemia de coronavírus e os múltiplos condicionantes dos hábitos alimentares. Na seção 4, são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na quinta seção exploram-se os resultados da pesquisa documental e de campo. Por fim, são apresentadas as conclusões e referências consultadas ao longo do desenvolvimento do estudo.

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS

As dinâmicas sociais e econômicas transformaram-se sobremaneira desde os últimos meses do ano de 2019. As consequências da propalação do novo coronavírus transcendem as fronteiras nacionais, de forma que o globo

acompanha em vigilância os desdobramentos das crises sanitárias e econômicas instaladas com a COVID-19. A Organização Mundial da Saúde estima que a doença infecciosa causada pelo coronavírus, a síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2), já tenha vitimado mais de 7 milhões de pessoas, das quais 401 mil faleceram (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS SAÚDE[OMS], 2020).

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou a situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Com base na análise de riscos, Estados e organizações em saúde passaram a planejar estratégias de estruturação das redes de atenção e serviços em saúde. Em 11 de março de 2020, a pandemia foi anunciada pela OMS, de modo a alertar a comunidade mundial sobre os potenciais danos à saúde da população e ao aumento das demandas sociais por serviços hospitalares, farmacêuticos e médicos.

Dentre os impactos diretos da propagação do novo coronavírus, citam-se a saturação dos sistemas de saúde, a diminuição do ritmo de atividade produtiva e comercial. Transformações no padrão de socialização também foram observadas, principalmente por conta das estratégias não farmacológicas empregadas para contar a proliferação da doença, como o distanciamento social (seletivo e ampliado) e o *lockdown* (bloqueio total). No curto prazo, as medidas de isolamento social recomendadas pelos Ministérios da Saúde e pela OMS contribuíram para o fechamento de estabelecimentos comerciais, restaurantes, *shoppings*, espaços culturais, centros de estética, entre outros. Ademais, a mobilidade social vem sendo prejudicada, especialmente com o cancelamento de voos e a redução da oferta de transporte público, fatores que contribuem para a interrupção da produção em diversos segmentos econômicos (CAMPOS NETO, 2020).

A análise de indicadores estatísticos sobre as dinâmicas de oferta e demanda agregadas apontam para a iminente recessão econômica, batizada de *coronacrise*. Freitas, Magnabosco e Bandeira (2020, p. 5) afirmam que “a recessão causada por uma situação de saúde pública como esta resulta diretamente de restrições sobre a produção de bens e serviços, com efeitos secundários em

cadeia". Os autores explicam que o choque provocado pela pandemia tende a gerar pressões em detrimento da redução de produção. Por conseguinte, espera-se que ocorram perdas de renda para toda a população e que o ajuste de demanda contribua para que a economia perda dinamismo (FREITAS et al., 2020).

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, estima que o Brasil deve perceber o choque econômico proveniente da pandemia em duas ondas: i) aquela associação à oferta, com o fechamento de locais de trabalho, redução temporária no emprego e choques na cadeia de suprimento de insumos; e ii) aquela associada à demanda, com expressivo impacto sobre o setor de serviços, sobre decisões de consumo e investimento, redução da renda e rendimentos financeiros (CAMPOS NETO, 2020).

Conti (2020) alega que a pandemia do vírus SARS-CoV-2 originou a denominada Crise Tripla, difundida nas diferentes regiões do globo. Para o autor, o novo coronavírus desencadeou uma crise comportamental, uma sanitária e uma econômica. A crise comportamental exigiu da população rápida mudança de hábitos sociais: sejam das rotinas de higiene (asseio das mãos, etiqueta respiratória, formas de cumprimento), das rotinas sociais (com a suspensão e prorrogação de eventos, tais como: festas, confraternizações e encontros sociais), das rotinas de interação econômica (com impactos sobre hotelaria, turismo, atividades artísticas e culturais) e das práticas políticas (com governantes mais fortemente pressionados por agilidade, transparência, comunicação e eficácia) (CONTI, 2020, p. 6).

Ademais, a crise sanitária é manifestada pelo provável colapso dos sistemas de saúde, sejam estes públicos ou privados. Embora milhares de profissionais da saúde tenham recebido capacitação para atuar mediante a pandemia, o ritmo de propagação da COVID-19 contribui para o aumento da letalidade não somente da própria doença, mas também de outras doenças que exigem acompanhamento médico e internações. A expectativa é de escassez de leitos hospitalares e profissionais de saúde, bem como do colapso dos serviços

funerários, nos casos mais graves (CONTI, 2020, p. 6).

Para Conti (2020), a crise econômica é influenciada pela mudança no comportamento da população. Frente ao ambiente de pandemia, os indivíduos tendem a apresentar aversão ao risco, insegurança quanto à capacidade pública e privada de atendimento em saúde, apreensão para realizar decisões de consumo e investimento. Por estas razões, naturalmente esperam-se perdas comerciais, de rendimentos e em níveis de desenvolvimento (CONTI, 2020).

Ressalta-se que, em períodos de crise, a população tende a concentrar suas aquisições em bens de primeira necessidade, de forma a postergar despesas de outra natureza (FREITAS et al., 2020, p. 17). Logo, os segmentos produtivos em alimentação, higiene e remédios podem encontrar alternativas para superar a *coronacrise*.

A tendência, no curto e médio prazo, é que ocorra o fortalecimento de produtores e canais de comercialização locais, além do desenvolvimento de modalidades de entrega a domicílio (*delivery*) e da exploração de canais digitais para divulgação e comercialização de produtos e serviços. O diagnóstico das transformações que estão sendo apropriadas pelos mercados alimentares é de suma importância, especialmente pelo papel que assumem na promoção da segurança alimentar e do bem-estar da população. Sendo assim, julga-se míster estudos acerca da temática e que possam contribuir para o direcionamento de esforços empresariais e públicos em prol da geração de trabalho e renda no setor.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para compreender os hábitos alimentares e as novas dinâmicas de consumo que se estabelecem com a *coronacrise*, o presente estudo vale-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Classifica-se o estudo como do tipo exploratório, que tem a habilidade de possibilitar maior familiarização com

o problema estudado, tornando-o mais compreensível (GIL, 2002). Com vistas a analisar o comportamento de consumo frente ao contexto de propagação do coronavírus, elaborou-se coleta de dados primários, que ocorreu através da aplicação de questionário online, estruturado no *Google Drive* e disponibilizados através de link de compartilhamento.

Segundo Gil (2002), o questionário é formado por um composto de perguntas que visam ser respondidas pelo grupo investigado. Em particular, o instrumento implementado era composto por 32 perguntas, organizadas em quatro seções: a. Hábitos de consumo e alimentação durante e anteriormente ao isolamento social; b. Cuidados com a COVID-19; c. Questões econômicas e d. Perfil dos respondentes. Conforme evidenciado no quadro 01.

Quadro 01 - Variáveis exploradas na coleta e análise de dados primários

Dimensão de análise	Indicadores de análise	Especificidades das variáveis
Hábitos de consumo e alimentação durante e anteriormente ao isolamento social	Consumo em restaurantes, bares e delivery	Nominal
	Periodicidade de consumo de alimentos	Ordinal
	Local que adquire alimentos	Nominal
	Frequência de compra dos alimentos	Ordinal
	Valor destinado a compra de alimentos	Ordinal
	Estocagem de alimentos	Nominal
	Consumo de produtos de higiene	Nominal
	Atividades físicas	Nominal
Cuidados com a COVID-19	Afirmativas de mudanças no comportamento	Ordinal
	Prática do isolamento social	Nominal
	Nível de cuidado para prevenção do COVID-19	Ordinal
Questões econômicas	Impactos no trabalho	Nominal
	Acesso ao auxílio emergencial	Nominal
Perfil dos respondentes	Sexo	Nominal
	Idade	Numérica
	Escolaridade	Ordinal
	Estado civil	Nominal
	Profissão	Nominal
	Renda *per capita*	Contínua
	Cidade de residência	Nominal

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Buscando preservar a identidade dos participantes da pesquisa, os indivíduos respondentes não foram identificados, bem como puderam interromper a pesquisa a qualquer momento. O *link* foi disponibilizado no período de 27 de abril a 19 de maio de 2020 e contou com a participação de 322 respondentes válidos, dos quais 72,05% eram mulheres.

A amostra contou com respondentes de 91 cidades e 13 estados distintos. A faixa etária dos respondentes foi de 17 a 68 anos, sendo as maiores frequências observadas entre 18 a 28 anos (53,42%), entre 29 a 39 anos (23,60%) e entre 40 a 50 anos (10,56%). Os respondentes abaixo de 18 anos e acima de 61 anos não representaram percentuais significativos da amostra (0,93% e 1,86%, respectivamente).

Cabe mencionar que 29,50% dos participantes da pesquisa são casados, 55,90% são solteiros e 10,56% estão em união estável. Sobre o nível de escolaridade, 131 indivíduos possuem pós-graduação, 55 possuem ensino superior completo, 104 possuem ensino superior incompleto e 26 possuem ensino médio completo. A maioria recebe de 1,1 a 2 salários mínimos (32,92%) e até 1 salário mínimo (18,32%). Os respondentes com renda de 2,1 a 3 salários mínimos representam 16,15% da amostra, por sua vez, os respondentes com renda de 3,1 a 4 salários mínimos e acima de 5 salários mínimos totalizam 9,94% e 9,01%, respectivamente. Evidencia-se que 8,70% não se sentiu confortável para revelar sua renda, de forma que a média de renda válida dos respondentes foi de R$ 2.864,00.

Explicita-se que os dados foram analisados e tabulados através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). A análise dos dados foi realizada através de estatística descritiva e inferencial. Baseada nas informações de caracterização da amostra, a próxima seção dedica-se a explorar os desafios enfrentados pela amostra com a mudança de hábitos decorrente do isolamento social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A propagação do novo coronavírus tem impactado sobremaneira as atividades cotidianas da população, tanto pelos consequentes da doença COVID-19 quanto pelas recomendações institucionais para sua contenção e tratamento (OLIVEIRA; ABRANCHES; LANA, 2020). Dentre os principais desafios impostos pelo COVID-19, está o isolamento social, que surte efeitos sobre o ritmo de atividade produtiva e comercial, alterando o padrão de socialização das diferentes regiões. Neste sentido, ao assumir como fundamental as medidas de contenção da pandemia, a amostra consultada afirmou exercitar o distanciamento social, sendo praticado integralmente por 184 indivíduos e sempre que possível por 127 indivíduos. Por conta das contingências sociais e/ou convicção ideológica, 3,42% dos participantes da pesquisa não estão em distanciamento social.

No tocante aos impactos da pandemia sobre as dinâmicas sociais e econômicas, vários estudos indicam alterações no padrão de relacionamentos familiares, laborais, produtivos e comerciais (FREITAS et al., 2020; GARCIA; DUARTE, 2020). Da amostra consultada, 242 indivíduos argumentam que tiveram algum impacto no ambiente de trabalho. Em particular, o trabalho remoto (ou *Home Office*) foi o impacto sentido por mais da metade da amostra (59,50%). Horários de trabalho especiais (33,88%) também foram implementados pelas organizações laborais, assim como férias coletivas (13,22%). Ainda, demissões e suspensão de contratos ocorreram para 19 indivíduos da amostra (7,85%).

Para enfrentamento às desigualdades e vulnerabilidades socioeconômicas no país, o governo brasileiro aprovou benefício financeiro concedido aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados neste período de pandemia (FIRMO, 2020). Dos 322 indivíduos participantes da pesquisa, 85,09% não tiveram acesso ao auxílio emergencial, ou seja, não preencheram os pré-requisitos para acesso ao programa, a incluir,

renda familiar ser no máximo de R$ 3.135,00 ou renda mensal por pessoa de R$ 522,50 (FIRMO, 2020).

Desta maneira, 48 indivíduos acessaram ao auxílio emergencial. Os participantes que acessaram ao programa julgam que a ação institucional foi importante (56,25%) e de extrema importância (39,58%). O valor foi destinado para alimentação (em 64,58% dos casos), pagamento de serviços essenciais (em 52,08% dos casos); itens de higiene (33,33%) e pagamento de aluguel (31,25%).

Outrossim, a presente pesquisa confrontou as informações disponibilizadas pelos indivíduos que comunicaram a prática do isolamento social e o nível de cuidado para prevenção do COVID-19 na realização de compras de alimentos. Identificou-se que os respondentes aos quais estão praticando o isolamento social possuem maiores cuidados sanitários em relação aos que não estão, desta forma, sempre higienizam as frutas e verduras ao chegarem em suas casas (47,28%), utilizam máscaras de proteção na realização das compras (78,80%), utilizam álcool gel ao entrar e sair dos estabelecimentos comerciais (75,54%) e realizam a troca de roupas e calçados após chegar das compras (53,80%).

Em contraposição, os respondentes que não estão praticando o distanciamento social afirmam que poucas vezes realizam a higienização das frutas e verduras ao chegar em casa (36,36%); nunca higienizam as sacolas ao chegar das compras (72,73%); não utilizam de luvas para realizar as compras (90,91%); não utilizam álcool gel ao entrar e sair dos supermercados (45,45%) e não realizam a troca de roupas e calçados após chegarem das compras (72,73%).

Pellanda (2019) evidencia que os hábitos de consumo, além de estar relacionado com o nível de renda e a cultura local, também estão correlacionados com os estilos de vida da população. Considerando que o isolamento social altera sobremaneira a rotina e a renda das pessoas, espera-se também impactos da pandemia sobre a relação com os alimentos. Ao escolher os locais de compra dos

alimentos, 82,30% dos indivíduos respondentes da pesquisa afirmam que avaliam as medidas de prevenção ao COVID-19 implantadas pelos estabelecimentos comerciais em que realizam compras.

Após decretada a pandemia, as frequências de compras dos alimentos concentram-se em um a dois dias na semana (em 82,30% dos casos). De modo geral, as frequências de compra se alteraram após o isolamento social, passando a se concentrar em idas de uma a duas vezes na semana (em 48,76% dos casos), o que anteriormente era realizado em mais dias na semana. Contudo, 29,19% e 12,11% dos respondentes afirmam realizar compras de dois a três dias da semana e de três a quatro vezes por semana, respectivamente.

Por sua vez, os valores aproximados que os indivíduos destinam para aquisição dos alimentos são de: até R$ 100,00 (39,13% dos casos); entre R$ 100,00 e R$ 200,00 (34,78% dos casos) e entre R$ 201,00 a R$300,00 (15,53% dos casos). Os locais de maior frequência de compra de alimentos são: supermercados (91,30%); minimercados (41,30%); padarias (39,13%); estabelecimentos que oferecem serviços de delivery (36,65%) e compra diretamente do produtor (29,50%).

Com a prática do distanciamento social, são perceptíveis alterações de consumo em bares e restaurantes. Dos participantes da pesquisa, 88,51% afirmam frequentar com frequência bares e restaurantes, sendo que 172 pessoas frequentavam entre um a dois dias na semana e 39 entre dois a três dias por semana. Contudo, após declarada a pandemia do novo coronavírus, 96,84% deixaram de frequentar estes locais.

Em consonância com tais resultados, a pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2020) com 1.425 empresários do setor de alimentação identificou que 35% dos negócios que ofertam serviços em alimentação não estão funcionando por conta da pandemia,

de forma que 89% registraram quedas no faturamento. A previsão de Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL, 2020) é de 30% da força de trabalho em bares e restaurantes seja demitida.

Sobretudo, é interessante observar que muitos negócios implementaram estratégias de adaptação às contingências da *coronacrise*. Segundo o SEBRAE (2020, p. 2), a pandemia acelerou a transformação digital dos pequenos negócios, de modo que 38% dos ofertantes de serviços em alimentação começaram a vender por mídias sociais; 26% estão realizando vendas online por aplicativos; 9% gestão das contas por aplicativos bancários; 7% intensificaram *marketing* digital e 6% passaram a vender via site próprio (SEBRAE, 2020).

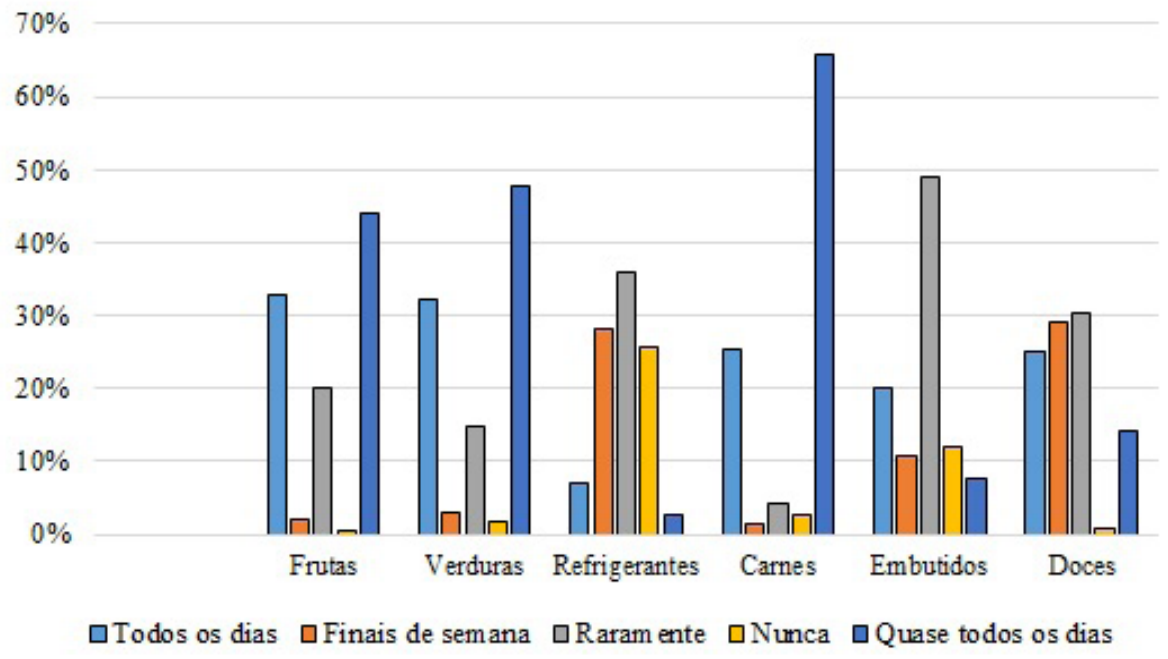
Oliveira et al. (2020, p. 2) lembram que as normativas publicadas até o dia 23 de março de 2020 impossibilitam a abertura de muitos estabelecimentos de refeições coletivas, o que promoveu os serviços de *take out/away e delivery*. De fato, a análise dos dados primários da pesquisa revela que 191 respondentes fazem uso dos serviços de entrega, sendo que 169 respondentes acessam com periodicidade de um a dois dias na semana e 17 respondentes acessam o serviço com frequência de dois a três dias por semana.

Em síntese, percebe-se que a pandemia asseverou um dos principais gargalos da sociedade contemporânea no âmbito dos hábitos alimentares, isto é, o consumo exacerbado de alimentos ultraprocessados e com baixos níveis de nutrientes (SCHNEIDER et al.,2016; CARDOZO et al., 2017). Conforme alertam Oliveira et al. (2020, p. 4), “o cenário é complexo, dinâmico e exigirá do poder público, da iniciativa privada e da população ações alinhadas para o enfrentamento da COVID-19 sem desconsiderar a insegurança alimentar nas suas várias dimensões”.

Ainda assim, o consumo de alimentos básicos continua presente diariamente nas refeições dos participantes da pesquisa mesmo no período de isolamento

social (figura 01), sendo o caso frutas e verduras, que são consumidos todos os dias (32,92% e 32,30%, respectivamente). Além disso, 44,10% e 47,83% dos respondentes afirmam consumir frutas e verduras todos os dias, respectivamente. Carnes são consumidas quase todos os dias por 65,84% da amostra, embutidos, como salames e queijos raramente, são consumidos diariamente por 49,07% dos respondentes.

Figura 1 – Periodicidade do consumo de alimentos – por categoria



Fonte: elaboração com base em dados primários (2020).

Refrigerantes apresentam consumo concentrado nos finais de semana para 28,26% da amostra e raramente para 36,02% da amostra. Os doces são item alimentício que possui maior dispersão entre os indivíduos, sendo consumido todos os dias por 25,16% dos respondentes, somente nos finais de semana por 29,19% dos respondentes, raramente para 30,43% da amostra e todos os dias para 14,29% dos participantes da pesquisa.

Com o intuito de identificar as especificidades do consumo alimentar por parte de homens e mulheres realizou-se uma análise cruzada dos resultados constado na Tabela 1. Desta maneira, analisando a alimentação masculina,

observa-se que frutas (41,11%) e verduras (36,67%) são consumidas todos os dias das semanas. Por outro lado, 50% e 53,02% das mulheres afirmam consumir quase todos os dias frutas e verduras, respectivamente.

Apesar dos homens consumirem mais frequentemente alimentos naturais que as mulheres, verificou-se que doces e refrigerantes possuem maior presença nas suas rotinas alimentares, em comparação com as mulheres. Doces são consumidos pela maioria dos homens diariamente (33,33%), enquanto a maior parte das mulheres consomem raramente (31,47%). Em relação ao consumo de refrigerantes, 36,67% dos homens e 35,78% das mulheres, consomem raramente. De forma geral, percebeu-se que os homens possuem maior propensão a consumir mais frequentemente bebidas do que as mulheres.

Tabela 1 – Características de consumo alimentar por homens e mulheres

Itens de consumo	Sexo	Todos os dias	Quase todos os dias	Finais de semana	Raramente	Nunca
Frutas	Feminino	29,74%	50,00%	1,72%	17,67%	0,86%
	Masculino	41,11%	28,89%	3,33%	26,67%	0,00%
Verduras	Feminino	30,60%	53,02%	1,72%	13,36%	1,29%
	Masculino	36,67%	34,44%	6,67%	18,89%	3,33%
Refrigerantes	Feminino	5,60%	1,72%	28,88%	35,78%	28,02%
	Masculino	11,11%	5,56%	26,67%	36,67%	20,00%
Carnes	Feminino	22,84%	67,24%	1,29%	5,60%	3,02%
	Masculino	32,22%	62,22%	2,22%	1,11%	2,22%
Embutidos	Feminino	17,67%	4,74%	10,78%	52,59%	14,22%
	Masculino	26,67%	15,56%	11,11%	40,00%	6,67%
Doces	Feminino	21,98%	14,22%	31,03%	31,47%	1,29%
	Masculino	33,33%	14,44%	24,44%	27,78%	0,00%

Fonte: elaboração com base em dados primários (2020).

Entende-se que mesmo com uma alimentação rica em nutrientes, existe a presença de alimentos ultraprocessados e doces nos hábitos alimentares dos participantes da pesquisa no período de vivência da pandemia. Estas evidências são encontradas nos trabalhos de Cardozo et al. (2017) e Bertoncelo (2019), que salientam a presença de alimentos com baixos valores nutricionais, mesmo em dietas tradicionais e/ou saudáveis. Daí infere-se que os hábitos alimentares acabam por refletir as condições de acesso aos alimentos em consonância com os padrões culturais e econômicos.

Silva Filho e Gomes Júnior (2020, p. 2) relatam que a crise sanitária provocada pela COVID-19 pode reforçar a tendência de expansão do consumo de ultraprocessados em relação aos alimentos socialmente referenciados. Tendo em vista o exposto, pode-se concluir que os impactos socioeconômicos da pandemia não ficam restritos somente aos padrões de socialização da população, mas compreende a capacidade desta em atender às suas necessidades humanas de forma plena e em atenção aos preceitos da SAN. Compactua-se com a perspectiva de Nitzke et al. (2012, p. 6), que alegam que há um longo caminho a ser percorrido em prol da valorização dos aspectos culturais dos padrões alimentares. Para os autores, “a importância da alimentação não se restringe ao nutrir-se. Segurança alimentar e nutricional refere-se também à valorização de hábitos culturais e ao bem-estar psicossocial” (NITZKE et al., 2012, p. 6).

As incertezas decorrentes da queda de renda, da perca de emprego e da própria crise sanitária tendem a dificultar o acesso aos alimentos. Mesmo que esteja em ascensão o fortalecimento das formas tradicionais de abastecimento e comercialização de alimentos (através da construção de mercados de proximidade, relações de reciprocidades e confiança entre produtores e consumidores), há necessidade de uma reeducação alimentar que possa refletir a complexidade das inúmeras dimensões do ato de comer.

CONCLUSÃO

Objetivou-se com a realização desse estudo compreender os hábitos alimentares e as novas dinâmicas de consumo que se estabelecem com a *coronacrise*, de forma a identificar mudanças de comportamentos e demanda por parte dos participantes da pesquisa de campo. Os impactos percebidos não ficam limitados às restrições para interação social, mas ampliadas ao ambiente de trabalho, à capacidade de geração de renda e às rotinas familiares cotidianos.

Infere-se que a frequência de consumo em bares e restaurantes diminuiu tanto pelo fato atual do isolamento como pela queda na renda líquida dos consumidores. Entretanto, para os negócios que praticam vendas *online* e *delivery*, existe a possibilidade de crescimento no período de isolamento social, isto porque o público que antes saia para realizar refeições, atualmente tem uma propensão maior a aderir às relações virtuais de compra e venda.

Em relação aos hábitos de consumo alimentares os respondentes diminuíram a frequência em que realizam as compras de alimentos no período de distanciamento social. Os principais canais de comercialização acessados são os supermercados, minimercados, padarias e estabelecimento que oferecem serviços de delivery. Ao escolher o local de compra, os consumidores tendem a valorizam os estabelecimentos que estão tomando os devidos cuidados para prevenção da COVID-19.

A partir da análise dos dados primários, infere-se que a população tende a reforçar as tendências de consumo da sociedade contemporânea, com o crescimento da ingestão de alimentos ultraprocessados e com baixo padrão nutricional. Contudo, os cuidados com higiene (pessoal e dos alimentos) são reforçados, de forma a se estabelecerem como práticas comuns após à crise sanitária.

Cabe mencionar que as limitações da pesquisa centram-se no número reduzido de respondentes ao instrumento de coleta de dados. O enfoque descritivo da análise pode ser complementado à medida que são realizadas inferências estatísticas para detectar padrões de associação entre os indicadores coletados na etapa de construção da base de dados. Por outra perspectiva, visto as nuances que permeiam a pandemia de COVID-19, é importante novas pesquisas que possibilitem compreender o comportamento dos diferentes segmentos da sociedade após a *coronacrise.*

REFERÊNCIAS

ABRASEL, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes. **Restaurantes demitem 30% de funcionários, 2020**. Disponível em: https://abrasel.com.br/noticias/noticias/restaurantes-demitem-30-de-funcionarios/.

BERTONCELO, EDISON. Classe social e alimentação: padrões de consumo alimentar no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.34, n.100, p.1-27, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/3410005/2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **O Coronavírus e seu Impacto Econômico no Brasil**. Brasília: Secretaria de Política Econômica, 2020. Disponível em:< http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/estudos-economicos/2019/nota-coronavirus.pdf>.

CAMPOS NETO, ROBERTO. **Atualização do cenário macroeconômico**, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/RCN_Evento_XP_4.4.2020.pdf>.

CARDOZO, DAIANE R. et al. Identificação de padrões alimentares de famílias do Programa Bolsa Família e fatores associados à Segurança Alimentar e Nutricional. **Anais**: XVII Safety, Health and Environment World Congress, Vila Real, Portugal, 17, 2017.

CONTI, THOMAS V. Crise Tripla do COVID-19: um olhar econômico sobre políticas públicas de combate à pandemia. **Working Paper**, v.1, n.1, 2020. Disponível em de: <http://thomasvconti.com.br/pubs/coronavirus/>.

FIRMO, M. V. **Card 08- Auxilio Emergencial**, 2020. Disponível em: <https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3224/1/Card%20ed.%208%20-%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial.pdf>

GARCIA, LEILA P.; DUARTE, ELISETE. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v.29, n.2, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200009

GIL, ANTONIO C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FREITAS, FERNANDO G.; MAGNABOSCO, ANA L.; BANDEIRA, ANDREA C. **A pandemia do COVID-19 e seus impactos na economia mundial e brasileira**. São Paulo: CNS, 2020. Recuperado de: <http://www.cnservicos.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Impactos-economicos-do-COVID-19-v11.pdf>

NITZKE, JULIO A. et al. Segurança alimentar – retorno às origens? **Braz. J. Food Technol.**, v.4, n.5, p.2-10, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1981-67232012005000044

OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **ILO Monitor: COVID-19 and the world of work**, 2020a. Disponível em: < https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_743146.pdf>.

OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **COVID-19: Proteger as(os) trabalhadoras(es) no local de trabalho**, 2020b. Disponível em: < https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_744071/lang--pt/index.htm>

OLIVEIRA, TATIANA C.; ABRANCHES, MONISE V.; LANA, RAQUEL M. Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, n.4, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00055220.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Folha informativa COVID-19- Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19

PELLANDA, LUCIA C. Padrões Alimentares e Hábitos Saudáveis ao Longo da Vida. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v.113, n.1, p.60-61, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5935/abc.20190127

SCHNEIDER, SÉRGIO; CRUZ, FABIANA T; MATTE, ALESSANDRA. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: CRUZ, F. T. da.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.), **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**, 2016. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

SEBRAE, SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Resumo setorial da pesquisa com empresários "Impactos da COVID-19 nos Pequenos Negócios",** 2020. Disponível em em:https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7b09a4c1da15b3e411e45ea644b5bdc1/$File/19517.pdf.

SILVA FILHO, OLÍVIO J.; GOMES JÚNIOR, NEWTON N. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v.36, n.5, 2020. Disponível em:http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00095220

10.48209/978-65-COOP9-09-1

CAPÍTULO 9

SEMENTES DE MILHOS CRIOULOS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO FEIRÃO COLONIAL EM SANTA MARIA

Sirlei Lenice Rodrigues
Liziany Müller

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de manter os saberes tradicionais e o patrimônio genético de sementes de milhos crioulos, que vêm sendo multiplicadas pelos Guardiões de Sementes Crioulas do município de Ibarama, RS, Brasil, realizou-se durante o primeiro semestre de 2020, essa ação através do projeto de extensão da UFSM "Fomento à Economia Solidária na Região Central do RS", com os produtores de hortifrutigranjeiros da região central de Santa Maria, RS, que comercializam seus produtos no Feirão Colonial da Economia Solidária.

Foram apresentados para doação de sementes, vinte variedades de milhos crioulos para trinta e quatro produtores da feira, especificando as principais características de cada, sendo também proposto um "acordo" de troca de sementes.

Cada produtor que se interessava em receber a doação, comprometia-se em plantar respeitando o cultivo orgânico e todos os cuidados necessários para evitar cruzamento de variedades, e após a colheita, realizar doação de parte das sementes colhidas, garantindo assim a cultura de troca e disseminação das sementes crioulas.

O objetivo da troca é construir um banco de sementes de milhos crioulos permanente para a realização anual de trocas, impulsionando assim práticas de economia solidária.

Cerca de 54% dos produtores aceitaram a doação, sendo eles dos municípios de Agudo, Dona Francisca, Lavras do Sul, Santa Maria, São Pedro e Paraíso do Sul.

Conclui-se que serão necessárias mais ações para estimular o cultivo de milhos crioulos, nesta conjuntura a participação da UFSM torna-se fundamental para o fortalecimento e estímulo da disseminação de sementes de milhos crioulos para os produtores vinculados.

Ressalta-se que o “acordo” com os produtores permite dar continuidade ao trabalho dos guardiões, que vem resgatando e preservando, não só sementes, mas também saberes e práticas agroecológicas, buscando diminuir os efeitos do modelo convencional e a insustentabilidade das produções agrícolas modernas, buscando promover uma transição a um agroecossistema mais sustentável.

JUSTIFICATIVAS

O Projeto de Extensão “Fomento à Economia Solidária na região central do Rio Grande do Sul” cumpre com seu papel frente à sociedade e repercute fora do grande centro acadêmico da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), levando a temática das sementes de milho crioulo para outras localidades, estimulando novas perspectivas de pesquisa, trabalho, execução, objetivos e resultados.

Sob a área de atuação “Experiência de cultivo de milho crioulo e artesanato junto aos produtores do Feirão Colonial”, idealiza-se a continuação do projeto dos Guardiões Mirins na Escola Edwaldo Drews, bem como sua expansão para os demais interessados idealizando a preservação das espécies de milho crioulo, dos saberes tradicionais e de práticas agroecológicas.

A trajetória do projeto será revista mensalmente e adaptada conforme as parcerias e descobertas forem sendo firmadas, bem como à conjuntura mundial em meio a pandemia do corona vírus, a qual implica certos empecilhos que, na medida do possível, vão sendo contornados. Para isso se faz necessário um planejamento com objetivos, cronograma e resultados esperados, além da contextualização local, os quais serão apresentados no decorrer do estágio extracurricular.

As famílias dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Edwaldo Henrique Drews participantes do referido projeto, serão os principais atores de realização do projeto, com os quais se pretende fomentar o cultivo

do milho crioulo, fomentando sua preservação, disseminação, conservação e aproveitamento integral da planta.

Salienta-se também que, da mesma maneira que o projeto de extensão lançou-se a municípios de outras regiões do estado, o retorno da experiência vivida no Município de Ibarama é uma contrapartida que se soma aos ideais de cooperação, solidariedade e desenvolvimento sustentável praticadas na FEICOOP (Feira Mundial da Economia Solidária), bem como na educação popular e no curso de Licenciatura em Educação do Campo, ofertado pela UFSM, na UAB (Universidade Aberta do Brasil).

Além disso, novas maneiras de perceber e tratar o tema serão possíveis com a execução deste projeto em Ibarama. O ineditismo desta prática no município evidencia sua importância para esta realidade e que além de assegurar resultados interessantes, poderá trazer mudanças, adequações ou replicações do próprio projeto.

Assim, percebe-se a importância da aplicação deste projeto de extensão para o município de Ibarama, pois é um potencial motivador para novas perspectivas e relações com os saberes tradicionais e com a agroecologia, as quais serão disseminadas com apoio da FEICOOP.

Com o objetivo de manter os saberes tradicionais e o patrimônio genético de sementes de milhos crioulos, que vêm sendo multiplicadas pelos Guardiões de Sementes Crioulas do município de Ibarama, RS, Brasil, realizou-se durante o primeiro semestre de 2020, a ação de disseminação de sementes de milhos crioulos através do projeto de extensão da UFSM “Fomento à Economia Solidária na Região Central do RS”, com os produtores de hortifrutigranjeiros da Região Central de Santa Maria, RS, que comercializam seus produtos no Feirão Colonial da Economia Solidária, juntamente ao Projeto Esperança/Cooesperança.

DESENVOLVIMENTO

Relatório de atividades relacionadas ao estágio do Milho Crioulo

Inicialmente, ainda em junho de 2019, realizei uma pesquisa sobre a Associação dos Guardiões de Sementes Crioulas do Município de Ibarama, buscando obter dados das variedades/raças de milho que cultivavam em suas propriedades, na tentativa de manter as sementes não modificadas geneticamente.

Além disso, contatei a secretária de Educação, Cultura, Turismo e Desporto do Município naquele ano, Sra Lucinéia Menegassi Cassol e a diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Edwaldo Henrique Drews Sra Dulce Jucelaine Kittel para fechar parceria na realização das atividades relacionadas ao estágio que realizo pela UFSM. Explanada a proposta de trabalho, obtive apoio para que as atividades fossem realizadas com os alunos da escola, uma vez que anteriormente a situação de isolamento social já havia sido realizada pesquisa de intenção de participação no Projeto dos Guardiões Mirins de Sementes Crioulas.

Com esse mesmo objetivo, também contatei a administração da Emater-Ascar/RS de Ibarama e, na pessoa do Sr Giovane Rigon Vielmo – Extensionista Chefe – recebi apoio e disponibilidade na ajuda para a efetivação das atividades relacionadas ao projeto.

O referido Projeto tem como foco principal o resgate, a produção e a disseminação de sementes não modificadas geneticamente, especialmente as sementes de milho crioulo em suas inúmeras variedades/raças.

Na sequência, realizei uma busca na escola acima mencionada, para saber quais os alunos que haviam demonstrado interesse em participar do Projeto dos Guardiões Mirins de Sementes Crioulas na Escola.

Com esses dados em mãos, iniciei contatar as famílias por telefone, uma vez que a grande maioria não possui acesso à internet. Sabendo que residem em

localidades de difícil acesso, comecei a articular visitas em suas propriedades. Mesmo sendo em época de pandemia, percebi a necessidade de ir até as suas casas para falar diretamente com os alunos guardiões e com os seus responsáveis.

Para a efetivação dessa atividade, tive o apoio do Poder Público Municipal através da SMECTD, que disponibilizou um carro com motorista para que eu pudesse efetivas as visitações.

Diante da dificuldade e da distância de realizar as visitas de conversação e técnicas, organizei o trabalho de maneira a simplificar meu deslocamento.

Como não tinha noção de quais variedades os agentes do processo gostariam de produzir, organizei uma logística diferenciada de trabalho. Antes de ir até às propriedades, realizei, com o apoio da equipe da Emater, mais precisamente da extensionista Lilian Alessandra Rodrigues, a pesquisa das variedades/raças que havia disponibilidade de sementes para aquisição e posterior distribuição, tanto a nível de escola quanto a nível de Feirão de Economia Solidária. Organizado tudo em pacotes de diferentes proporções, coloquei-os em uma cesta e saí para efetivas as visitas aos guardiões mirins e respectivas famílias.

Foi então que iniciei meu trabalho com maior enfoque no início da realização das atividades de produção.

Na oportunidade realizei conversação sobre o objetivo do projeto, a mobilidade, as atividades, as perspectivas e a importância da parceria dos guardiões e suas famílias nessa atividade grandiosa.

Depois de vários dias com o pé na estrada, dei como encerrada a primeira etapa de muitas outras que virão a ocorrer nesse trabalho dignificante.

Na oportunidade das visitações, recebi doação de várias espécies de sementes crioulas cujas quais doei aos participantes do Projeto da UFSM, voltados para a produção nas hortas comunitárias.

Cabe salientar que foram visitados 22 (vinte e dois) guardiões mirins e todos eles escolheram, de livre e espontânea vontade, a(s) variedade(s)/raça(s) para realizar o plantio.

Os referidos guardiões residem nas localidades de Cerro Preto, Lomba Alta, Linha Cascata, Linha 3, Linha São Roque, Linha Grápia, Linha 2, Linha Cascata e Linha Franciscana. Todos ocupam o transporte escolar e são alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Edwaldo Henrique Drews, no Município de Ibarama.

Muitos deles escolheram duas ou mais variedades, de acordo com a disponibilidade de espaço para realizar o plantio, uma vez que é de conhecimento dos envolvidos que há a necessidade de um espaçamento de, no mínimo 300 metros de distância ou um intervalo de 40 dias entre um plantio e outro para que não ocorra o cruzamento das variedades.

A partir do plantio, que de acordo com as orientações, deve estar sendo efetivado a partir da primeira semana de setembro, far-se-á necessário realizar o acompanhamento. O informado aos guardiões é que, quando as plantas tiverem entre 8 e 14 folhas, seja realizado uma adubação complementar, seja com adubação orgânica (mais recomendado) ou com adubação química (ureia ou salitre – no caso de plantio não-orgânico), na proporção de 10 a 15 gramas por planta.

O acompanhamento ocorre por comunicação via telefone e, em caso de não retorno às aulas presenciais, através de orientações escritas a serem enviadas juntamente com o material impresso entregue aos alunos pela escola.

De acordo com o Relatório Final da Pesquisa sobre as Estratégias de Comercialização Solidária no Brasil (2012),

> A Cooesperança funciona como uma organização de centralização que atua junto ao Projeto Esperança em estreita cooperação com a Diocese e a Cáritas, que articula grupos organizados e apoia a comercialização de

> empreendimentos solidários da cidade e do campo. [...]dentre as ações da Cooesperança surgiu o Feirão Colonial para apoiar a comercialização direta. (Comercialização Solidária no Brasil: uma estratégia em rede, p 69)

Foram apresentados para doação de sementes, vinte variedades de milhos crioulos para trinta e quatro produtores da feira, especificando as principais características de cada uma, sendo também proposto um "acordo" de troca de sementes. Cada produtor que se interessava em receber a doação comprometia-se em plantar respeitando o cultivo orgânico e todos os cuidados necessários para evitar cruzamento de variedades, e após a colheita, realizar doação de parte das sementes colhidas, garantindo assim a cultura de troca e disseminação das sementes crioulas.

OBJETIVO

O objetivo da troca é construir um Banco de Sementes de Milhos Crioulos permanente para a realização anual de trocas, impulsionando assim práticas de economia solidária.

RESULTADOS, DISCUSSÕES E ANÁLISES

A economia solidária surge pela necessidade de diminuir os estragos causados pelo capitalismo. Segundo, Cassol, K. P.; Wizniewsky, C. R. F.,

> [...]o sistema capitalista de produção se desenvolve, utilizando os mais diversos processos e as mais diversas práticas econômicas, que regem o funcionamento do mundo hoje, trazendo todas as consequências já conhecidas, para todos os setores das sociedades (2013).

Na distribuição das sementes, cerca de 54% dos produtores aceitaram a doação. O percentual necessita ser ampliado. Para isto serão necessárias mais ações para estimular o cultivo de milhos crioulos. Nesta conjuntura a participação da UFSM torna-se fundamental para o fortalecimento e estímulo da disseminação de sementes de milhos crioulos aos agricultores familiares vinculados.

Ressalta-se que o “acordo” com os produtores permite dar continuidade ao trabalho dos guardiões, que vem resgatando e preservando, não só sementes, mas também saberes e práticas agroecológicas, buscando diminuir os efeitos do modelo convencional e a insustentabilidade das produções agrícolas modernas, buscando promover a transição a um agroecossistema mais sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de Extensão “Fomento à Economia Solidária na região central do Rio Grande do Sul” cumpre com seu papel frente à sociedade e repercute fora do grande centro acadêmico da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), levando a temática das sementes de milho crioulo para outras localidades, estimulando novas perspectivas de pesquisa, trabalho, execução, objetivos e resultados na Agricultura Familiar.

Segundo Soares e Alba (2009), a semente é um componente da identidade cultural e patrimônio biológico de comunidades rurais, e não apenas um insumo agrícola ou mercadoria.

Além disso, segundo Carpentieri-Pipolo et al (2010), sementes crioulas são mais resistentes a doenças, pragas e aos desequilíbrios climáticos.

A conservação das sementes crioulas leva os agricultores a recuperar as sementes locais. Por terem consciência da importância e do grande valor nutritivo das sementes crioulas, os agricultores familiares têm feito o impossível para resgatá-las e mantê-las nas propriedades, continuando com o trabalho de conservar, selecionar, reproduzir, trocar e distribuir as sementes crioulas, para que as futuras gerações não fiquem a mercê das multinacionais, garantindo um futuro sustentável.

Além disso, as famílias de agricultores estão perdendo o hábito de cultivarem seus alimentos adquirindo hábitos de caráter urbano, o que acaba aumentando o custo de alimentação familiar, conforme Guterres (2006, p 78)

> "Isso está levando a uma padronização da dieta alimentar em todo o mundo. Em alguns países, com maior intensidade, através do controle da oferta de alimentos industrializados nos supermercados, produtos esses originários da agroindústria oligopolizada multinacional. Contrário a essa soberania dos países, a pressão das corporações capitalistas e financeiras levam aos acordos internacionais na OMC, não permitindo que os países adotem políticas de incentivo e apoio à diversificação da produção para os mercados nacionais".

A agricultura familiar está associada às formas de cultivo da terra e produção rural, sendo a mão de obra proveniente do núcleo familiar, com grande diversidade produtiva, onde a família é responsável pela logística de produção e comercialização, como é o caso de muitos feirantes da FEICOOP.

A disseminação das sementes de milhos crioulos busca fomentar a produção de alimentos, tanto no que se refere à quantidade quanto no relativo à variedade e base para a sustentação das famílias consumidoras e também a utilização das palhas de milho para a produção de artesanato.

Sob a área de atuação "Experiência de cultivo de milho crioulo e artesanato junto aos produtores do Feirão Colonial", idealiza-se a continuação do projeto dos Guardiões Mirins na Escola Edwaldo Henrique Drews, bem como sua expansão para os demais interessados idealizando a preservação das espécies de milho crioulo, dos saberes tradicionais e de práticas agroecológicas.

Além disso, serão enviados questionários abertos para realizar pesquisa sobre o conhecimento e as variedades, crioulas ou não, que cada família produz na propriedade, bem como a intenção de ampliar e trocar conhecimentos relacionados ao artesanato com palha de milho e à culinária com o milho crioulo.

Por ocasião do retorno às aulas, foi proporcionado aos alunos a participação em oficinas de artesanato com palha de milho e de culinária, tendo como ingrediente principal a farinha de milho crioulo, em parceria com as famílias, com a escola e com a Nutricionista Eliana Sehn Denardi da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto de Ibarama.

O resultado será obtido a partir de médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

Cassol, K. P.; Wizniewsky, C. R. F. **"Projeto Esperança/Cooesperança, Santa Maria, RS: o caso dos agricultores familiares associados**" Geografia Ensino & Pesquisa, v. 17, n.1 p. 27-40, jan./abr..2013 ISSN 2236-4994.

Barchet, S. F. et al**. "Câmbio de sementes e seus guardiões: experiências de conservação da Agrobiodiversidade em dois municípios do Rio Grande do Sul"**- Revista Agriculturas, 2007, vol 4, nº 3, pg 32.

Carpentieri-Pípolo, V. et al. **Avaliação de cultivares de milho crioulo em sistema de baixo nível tecnológico.** Acta Scientiarum. Agronomy, v. 32, n.2, p. 229-233, 2010.

Guterres, I. **Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Ribeiro, E. M. et. Al **"Comercialização solidária no Brasil: uma estratégia em rede"** – editora PUCRS. POA, 2012. P 69-74.

Soares, A.V. & Alba, R.P. **As sementes crioulas, a festa das sementes e o encontro regional de agroecologia** in Anais da 8ª Jornada de Agroecologia – Paraná – Brasil. Francisco Beltrão. 2009.

10.48209/978-65-COOP9-10-1

CAPÍTULO 10

A PERCEPÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Sirlei Lenice Rodrigues
Liziany Müller

INTRODUÇÃO

O presente artigo abordará como assunto/temática a importância das sementes crioulas na agricultura familiar. Por se tratar de uma temática muito ampla, delimita-se uma forma de abordagem e uma área de aplicação para esta temática, com análise de algumas pesquisas já realizadas nesse campo do conhecimento, focadas na produção e conservação das Sementes Crioulas para manter a soberania alimentar na Agricultura Familiar. A conservação dessas sementes é de fundamental importância e, a exemplo dos Guardiões de Sementes do Município de Ibarama, conforme Kaufmann (2021), têm se tornado um acervo dinâmico e importante na luta a favor da sustentabilidade dos agroecossistemas.

A produção de Sementes Crioulas é uma prática relacionada com a proposta da Agroecologia, estando ligada também à Agricultura Familiar. Mas, o questionamento em torno da pesquisa é se essas sementes são aproveitadas na Agricultura Familiar de forma eficaz e como é realizada a produção e conservação das mesmas.

Levando em consideração que as famílias de agricultores estão perdendo o hábito de cultivarem seus alimentos adquirindo hábitos de caráter urbano, acabam aumentando o custo de alimentação familiar, conforme Guterres (2006, p 78): “Isso está levando a uma padronização da dieta alimentar em todo o mundo. Em alguns países, com maior intensidade, através do controle da oferta de alimentos industrializados nos supermercados, produtos esses originários da agroindústria oligopolizada multinacional. Contrário a essa soberania dos países, a pressão das corporações capitalistas e financeiras levam aos acordos internacionais na Organização Mundial Do Comércio (OMC), não permitindo que os países adotem políticas de incentivo e apoio à diversificação da produção para os mercados nacionais”.

Isso fez com que ocorresse uma diminuição de renda familiar ocasionando o empobrecimento dos camponeses, o êxodo rural, os endividamentos com

bancos e com as empresas fumageiras. Além disso, percebeu-se o desinteresse dos agricultores na produção dos alimentos básicos em suas propriedades. A partir desse sistema de produção, percebem-se as consequências maléficas para as famílias e também para a sociedade.

Essa situação de empobrecimento tem despertado nas famílias camponesas o interesse em produzir mais alimentos, a fim de garantir o sustento da família. E é nessa perspectiva que emerge a busca de perspectivas de diversificação de cultivo nas pequenas propriedades agrícolas, focada basicamente na produção de grãos.

Levando em consideração que as sementes são a base para a alimentação, busca-se resgatar e valorizar práticas sustentáveis de cultivo e preservação de sementes não modificadas geneticamente, objetivando despertar interesse nos agricultores nessa prática como alternativa a produção de tabaco e empobrecimento das famílias agricultoras familiares.

No Município de Ibarama/RS, encontram-se pessoas comprometidas com o resgate, produção e conservação das sementes crioulas e, de acordo com Kaufann e Reininger,

> [...] essa conservação não é importante apenas em termos ambientais e econômicos, mas também culturais e sociais, pois os agricultores desenvolvem um conjunto de conhecimentos e usos associados que definem a sua própria existência (Livro A conservação das sementes crioulas: uma visão interdisciplinar da agrobiodiversidade 2020, 435).

Com base nessa temática percebe-se que esse empobrecimento também se deve ao fato de que os agricultores estão perdendo sua soberania em todos os quesitos, principalmente no que mais lhes cabe a confiabilidade, que é a soberania genética no quesito “alimentos”. Por conseguinte, como diz Frei Sérgio (Livro Trincheiras da Resistência Camponesa, pg 332): “Soberania Genética “é a capacidade de um povo, de uma Nação, de controlar, deter e dispor de uma base genética de seres vivos (vegetais, animais e micro-organismos) para as

necessidades vitais de seus cidadãos e cidadãs (alimentação, medicina, energia, insumos agrícolas, produtos veterinários) e para o equilíbrio de seus biomas e ecossistemas."

Percebe-se que a utilização das sementes vem sendo fortemente divulgada ocasionando assim várias mudanças por parte das indústrias, colocando em risco a produção e conservação das sementes crioulas. Essa conservação é destacada por Kaufmann e Reinenger no Artigo Guardiões e Guardiões-Mirins de Ibarama: a conservação da agrobiodiversidade crioula que transcende gerações,

> Além disso, deve-se considerar que muitos desses materiais são fundamentais para a alimentação e, também, para a confecção de artesanatos culturalmente representativos das comunidades que formam a sociedade ibaramense. Os conhecimentos referentes às formas de alimentação, como também da manutenção das sementes, são repassados entre gerações e compartilhados por todos os membros da família. (Livro A conservação das sementes crioulas: uma visão interdisciplinar da agrobiodiversidade 2020, 436).

Devido a esse fato, objetiva-se nesse artigo divulgar e valorizar amplamente a produção e utilização de sementes crioulas devido a sua grande importância na evolução da humanidade, na preservação de uma vida saudável no planeta Terra e, principalmente a manutenção da soberania alimentar na agricultura familiar. (La Vía Campesina: Nuestras semillas, Nuestro futuro, pg 1): "Las semillas tienen un lugar especial en la lucha por la soberanía alimentaria. Estos pequeños granos son la base del futuro. Ellas determinan, en cada ciclo vital, qué tipo de alimento consumen los pueblos, cómo se cultiva y quién lo cultiva. Pero las semillas también son el recipiente que transporta el pasado, la visión, el conocimiento y las prácticas acumuladas de las comunidades campesinas en todo el mundo que, durante miles de años, han creado la base de todo lo que nos sostiene en el presente."

Com base nessas informações, buscamos pesquisar fontes onde as experiências de produção e conservação das sementes crioulas obtiveram êxito, -como é o caso do Município de Ibarama-, demonstrando que há sim a possibilidade

de realizarmos a agricultura familiar focada na produção e conservação de sementes sem as mudanças genéticas realizadas pelas indústrias. E é focado na valorização das raízes dos povos do campo, no conhecimento e na convicção de que as sementes crioulas são a base de uma agricultura sustentável, saudável e justa, que mostrar-se-á algumas práticas relacionadas ao resgate, à produção e à conservação de sementes crioulas, garantindo nosso futuro.

Percebe-se que a Agrobiodiversidade vem se disseminando cada vez mais com enfoque na agricultura de subsistência. Muitos experimentos têm obtido êxito, e o uso de sementes crioulas propaga-se cada vez mais. No entanto, percebe-se a fragilidade no sistema produtivo e no apoio aos pequenos agricultores com a deficiência de políticas públicas voltadas para as práticas agroecológicas focadas nas sementes não modificadas geneticamente.

Considerando que os grãos são a base da alimentação, busca-se resgatar, valorizar e disseminar práticas agroecológicas voltadas ao cultivo e preservação de sementes não modificadas geneticamente, fomentando a soberania genética dos Agricultores Familiares na produção de alimentos, bem como compreender, através de referencial teórico, o resgate e a produção de Sementes Crioulas e seu uso na Agricultura Familiar.

DESENVOLVIMENTO

Esse artigo foi realizado com base em pesquisas de artigos escritos sobre a produção e consumo de sementes crioulas, bem como seu uso na agricultura familiar. Foi realizada de maneira investigativa e descritiva, a partir de investigação bibliográfica sobre o tema anteriormente citado. Esses referenciais foram artigos publicados em sites, revistas, panfletos e em livros publicados desde a chamada Revolução Verde até os mais atuais, sendo do idioma português e do espanhol, todos eles voltados à importância da produção e consumo de sementes crioulas e à agricultura familiar.

Procurou-se solucionar o problema “Qual é a importância das sementes crioulas na Agricultura Familiar”, através de pesquisa bibliográfica, pois, conforme cita Boccato (2006, p.266): “a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.”

Dentre muitos artigos pesquisados, foram selecionados os que mais vêm ao encontro da realidade do Município de Ibarama, por este ser um dos idealizadores de projetos de resgate, produção e preservação de sementes crioulas.

Segundo La Vía Campesina, desde os povos primitivos as sementes ocupam um lugar insubstituível na alimentação humana. No entanto, com o passar dos anos, o desenvolvimento científico e tecnológico foram modificando, tanto os meios produtivos quanto e, principalmente, a genética das sementes, fazendo com que as famílias camponesas, os agricultores e/ou produtores rurais fossem se tornando cada vez mais dependentes dessas novas invenções.

A Via Campesina é uma organização internacional que surgiu com o intuito de contrapor-se ao avanço da expansão capitalista no mundo, exercendo papel importante nas lutas populares em defesa da soberania alimentar dos povos camponeses/agricultores familiares/pequenos agricultores.

O termo camponês fazia referência aos povos da Idade Medieval que nasciam, viviam, trabalhavam e morriam em condições precárias nos feudos europeus sendo explorados pelos senhores aos quais estavam submetidos. Estes eram os responsáveis por desenvolver uma economia agrária voltada para a sobrevivência da classe social feudal.

Com o passar dos tempos algumas organizações, como A Via Campesina, apoiaram os camponeses que, aos poucos foram se libertando dos poderosos latifundiários.

No entanto, ainda na atualidade encontramos famílias de pequenos agricultores que trabalham como meeiros, ou seja, cultivam a terra dos proprietários e dão parte do que produzem como forma de pagamento pela cedência da terra e da moradia.

Essa parceria agrícola gera o descontentamento dos agricultores, que ao sentirem-se cada vez mais empobrecidos abandonam o campo e vão para as cidades, ocasionando o êxodo rural.

O êxodo rural, de acordo com a Wikipédia, é a migração de pessoas dos espaços rurais para os espaços urbanos. Esse fator de migração fez com que, segundo, Vinholi e Martins, esses espaços urbanos acabaram, em muitos casos, se transformando em espaços urbanos com produção agrícola de subsistência. Nesses espaços, as famílias acabam produzindo para o sustento da família e comercializando o que sobra, ajudando na manutenção das outras necessidades familiares.

Além desse fato, outros motivos levam os agricultores a abandonarem o campo. Dentre eles podemos citar a mecanização das lavouras e a instauração de produtos transgênicos na produção agrícola.

Com a ideologia de que a transgenia aumenta a produtividade e a lucratividade no campo, os pequenos agricultores deixaram de preservar as sementes crioulas e passaram a adquirir as chamadas sementes transgênicas. Devido ao alto custo das sementes e dos defensivos agrícolas necessários para garantir o alto índice produtivo e também às intempéries do tempo, os colonos/ agricultores foram se endividando e perdendo a capacidade de se manterem com suas produções agrícolas. Isso fez com que muitos, sem perspectiva de mudanças, abandonassem o campo e/ou vendessem suas terras aos grandes proprietários e fossem morar em favelas ou permanecessem trabalhando de empregados nas mesmas lavouras onde trabalhavam e mantinham suas famílias.

A expectativa sobre as sementes geneticamente modificadas aumentou muito a produtividade de grãos e, consequentemente ocasionou o aumento dos produtos alimentares derivados desses grãos.

Porém, graças a nossos antepassados temos em nossas comunidades interioranas, as sementes não modificadas geneticamente, mantidas de geração em geração, com muito cuidado e persistência. E, antes tarde do que nunca – como diz a cultura popular - é de convicção de muitos agricultores que se faz necessária e imprescindível a mantenência da soberania genética das sementes, ou seja, preservar as sementes crioulas.

Sabe-se que as sementes são a base da alimentação e da luta pela manutenção da soberania genética e alimentar. Mesmo assim, desenvolveu-se um processo de industrialização e modernização da agricultura, tendo como foco principal as sementes, objetivando a produção homogênea e quantitativa.

Essas modificações nas formas produtivas intitula-se Revolução Verde. Esse movimento ocasiona uma verdadeira erosão genética e incentiva a substituição de insumos agrícolas convencionais por insumos agroquímicos, causando a dependência dos agricultores, e consequentemente surgem grandes dificuldades financeiras entre os agricultores. Essa dependência, de acordo com o publicado no artigo “Importância da semente na agricultura familiar no nordeste brasileiro”, traz diversas consequências, citadas por Vasconcelos (2013): exclusão social, êxodo rural, contaminação da água e do solo, contaminação dos agricultores e dos consumidores, entre outras consequências ambientais e sociais.

Além disso, a Revolução Verde no Brasil (a partir de 1960) teve como principal objetivo o aumento da produção agrícola através do lançamento e da propagação de pacote tecnológico, sementes híbridas, agroquímicos e outros (SAUER, 2010). E, segundo Caroline Cleonice Coimbra, a agricultura familiar foi a mais prejudicada, pois muitos agricultores que fizeram investimentos, acabaram perdendo suas propriedades e lavouras.

Apesar do predomínio da indústria e dos constantes esforços para menosprezar a agricultura familiar ou camponesa, os agricultores ou campesinos, são os responsáveis pela maior parte da produção alimentícia no mundo. Segundo Cassol (2015, p2)

> A agricultura familiar no Brasil é a maior responsável pela produção de alimentos e vem cada vez mais optando por alternativas que favoreçam sua manutenção, autonomia e permanência no campo, como é o caso da Associação dos Guardiões de Sementes Crioulas de Ibarama, Rio Grande do Sul (RS).

De acordo com Comegna, “As sementes são fundamento e produto de culturas e sociedades. Elas incorporam valores, visões de mundo e formas de vidas...”.

Com base nisso, muitos agricultores têm disseminado a ideia da importância da produção e da preservação das sementes crioulas, demonstrando que elas foram e continuam sendo a base da agricultura saudável, sustentável e acessível a todos os povos do campo. Ainda, segundo Comegna, as sementes são essenciais tanto ao sustento quanto à variedade surgidas a partir do cultivo e seleção das melhores sementes, pela agricultura familiar e comunidades tradicionais.

Segundo La Vía Campesina, “Las semillas campesinas se encuentran en peligro de extinción. Si no cambiamos el curso de la historia, nuestros hijos no tendrán la posibilidad de producir sus alimentos”.

Essa afirmativa vem justificar as inúmeras experiências de resgate, produção e conservação das sementes crioulas, como é o caso dos Agricultores Familiares dos Municípios de Ibarama e Mampituba, no Estado do Rio Grande do Sul, divulgados na Revista Agriculturas – experiências em Agroecologia, Sementes da Agrobiodiversidade.

Amorim (2016 p. 95) destaca que

> A Agroecologia está fundamentada na valorização e resgate dos saberes dos agricultores como estratégia para melhor compreensão dos agroecossistemas e suas dinâmicas e, desta forma, contribuir de forma

> contextualizada para a transformação da realidade de dominação a que estão constantemente submetidos os camponeses.

No Artigo intitulado Cambio de sementes e seus guardiões: experiências de conservação da Agrobiodiversidade em dois Municípios do Rio Grande do Sul, divulga-se a efetivação de iniciativas inovadoras e a divulgação de seus resultados, em práticas envolvendo a produção e a troca de sementes crioulas entre diversos atores sociais. Dentre inúmeras atividades, destaca-se o resgate, a produção e a troca de sementes crioulas entre os agricultores. No caso do Município de Ibarama, destaca-se a produção de Milho Crioulo, que serve para alimentação humana, animal, artesanato e também adubação orgânica com o uso da palha.

Silva e Santana (2019) definem que “as variedades crioulas são aquelas que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas científicas de melhoramento genético”. Para eles,

> Variedades tradicionais constituem-se em populações variáveis de plantas cultivadas, que por meio de processos de seleção natural e humana são adaptadas ao ambiente no qual têm sido cultivadas e também aos sistemas de cultivos adotados pelos agricultores em um mesmo ecossistema em pelo menos três gerações; portanto incorporam valores sociais e culturais a partir da percepção dos agricultores, passando a fazer parte das tradições locais. (2019)

Os autores também destacam que existe diferença de tempo de cultivo entre as variedades tradicionais e locais, porém ambas são relevantes para estabelecer estratégias de manutenção no campo e de reprodução social dos agricultores familiares, gerando autonomia na produção agrícola e na segurança alimentar.

A Agrobiodiversidade nesses dois municípios consiste na conservação da diversidade biológica e na conservação das diferentes formas de vida existentes, principalmente no que tange o resgate, produção e conservação das sementes crioulas.

As sementes crioulas remetem às possibilidades de manipulação das espécies vegetais, seja por sua propagação através de sementes, folhas, galhos ou por mudas brotadas das raízes. Elas são todas as formas de multiplicação dos vegetais, sem a ocorrência da industrialização e de modificações genéticas.

Segundo Soares e Alba (2009), a semente é um componente da identidade cultural e patrimônio biológico de comunidades rurais, e não apenas um insumo agrícola ou mercadoria.

Percebe-se essa identidade nas organizações sociais e na abrangência de diversas formas de reprodução da vida, vegetal e animal, que garantem uma alimentação saudável, diversificada e de qualidade.

De acordo com o artigo “Avaliação de cultivares de milho crioulo em sistema de baixo nível tecnológico”, são consideradas sementes crioulas as sementes que não sofrem modificações genéticas. Elas têm a capacidade de serem armazenadas por mais de uma safra, diferentemente das sementes híbridas que são altamente perecíveis.

Além disso, segundo Carpentieri-Pipolo et al (2010), sementes crioulas são mais resistentes a doenças, pragas e aos desequilíbrios climáticos.

Devido à alta relevância da preservação das sementes crioulas, foram criados muitos bancos de sementes, cujos quais objetivam a distribuição e a troca de sementes proporcionando a disseminação das práticas de resgate, produção e conservação das mesmas, bem como o fortalecimento da agricultura familiar. Confere-se essa informação no artigo: “As sementes crioulas, a festa das sementes e o encontro regional de agroecologia in anais da 8ª Jornada da Agroecologia- Paraná- Brasil. Francisco Beltrão. 2009”.

Também se tem o caso da Feira de Krahô, descrito por Moraes - Dias et al (2019 p.2) em que destaca que a feira supracitada tem o papel de

> [...[estimular e promover a recuperação e a conservação da agrobiodiversidade, por meio da circulação das variedades crioulas entre os agricultores que, por sua vez, multiplicam e manejam as sementes em suas roças e as conservam em suas casas.

Além disso, destacam que esses espaços de trocas potencializam e disseminam as variedades que, por sua vez são multiplicadas e novamente trocadas entre os agricultores locais e de outras regiões, por meio de troca de experiências em rodas de conversas, oficinas e outras modalidades de participação comunitária.

No Município de Ibarama, criou-se a Associação Dos Guardiões de Sementes Crioulas, com o intuito de resgatar, produzir, conservar e disseminar as sementes crioulas, dando uma ênfase maior às sementes de milho, porém com alta produtividade e conservação de outras espécies vegetais. Kaufmann (2021) constatou que nesse Município o uso das sementes crioulas é mais comum entre as pessoas acima dos 50 anos de idade. Porém, cita que a referida prática vem se renovando e ganhando adeptos por conta das feiras de troca e comercialização dos produtos agrícolas e seus derivados.

Outro fator relevante no Município de Ibarama foi a efetivação do Projeto dos Guardiões Mirins desenvolvido nas escolas municipais. Esse acontecimento foi destacado por Kaufmann (2021), ao relatar sobre uma família entrevistada:

> A família resgatou o hábito de plantar milho crioulo a partir do contato da filha com o projeto dos Guardiões Mirins realizado nas escolas rurais do município de Ibarama. Em 2013 foi o primeiro ano de plantio, iniciado com a cultivar Amarelão. A família, a partir dos bons resultados da colheita do primeiro plantio, resolveu começar a plantar outras cultivares. (Kaufmann 2021 p. 147).

Os primeiros registros do cultivo do milho datam de há 7.300 anos, e foram encontrados em pequenas ilhas próximas ao litoral, no golfo do México.

O Milho na sabedoria popular significa o sustento da vida e sempre esteve presente na vida dos sujeitos do campo, na mesa em forma de bolos, bolachas,

polentas, pão, espigas, pipocas, pamonha, entre outros, nas lavouras para servir de alimentação para animais como farelo, grãos e silagem, ou mesmo para o artesanato enfeitando as casas como cestas, flores, guirlandas.

Figuras 1 e 2: Artesanato com palha de milho crioulo produzido pela guardiã de sementes crioulas e coordenadora dos Guardiões Mirins de Ibarama/RS

Sirlei Lenice Rodrigues (2020)

E, em se tratar de artesanato à base da palha de milho, destaca-se no Município de Ibarama, os trabalhos realizados pela Guardiã de Sementes Crioulas e Artesã, Senhora Renilde Cembrani Raminelli. Com uma criatividade exuberante, ela imagina e idealiza uma infinidade de peças ornamentais, comercializando-as amplamente.

Na residência da referida guardiã de sementes crioulas e artesã de Ibarama, encontram-se inúmeras obras de arte confeccionadas a partir da palha do milho crioulo.

A guardiã, juntamente com seu esposo Mário Raminelli, residente em Linha Feltrim, interior do Município de Ibarama recebem muitos visitantes por terem transformado a propriedade Fumicultora em um grande berço da agricultura familiar orgânica a base de sementes crioulas.

Figuras 3 e 4: Artesanatos com palha de milho crioulo confeccionados pela Guardiã de sementes crioulas e artesã de Ibarama/RS - Renilde Cembrani Raminelli (2020)

Fonte: Sirlei Lenice Rodrigues

Como resultado desse trabalho ocorre anualmente o Seminário da Agrobiodiversidade onde ocorre a troca de conhecimentos, experimentações e resultados de trabalhos realizados pelos guardiões de sementes, artesãos e agricultores familiares, bem como a troca e a comercialização dos mais diferentes produtos in natura, artesanais e industrializados e de sementes das diferentes variedades/raças vegetais cultivadas no território municipal.

Já no artigo “Percepção de agricultores familiares sobre as dificuldades na produção e conservação de sementes crioulas”, Corlett e Chiavon esclarecem que as sementes crioulas são cultivadas pelos agricultores familiares. O estudo realizado em Pelotas, Rio Grande do Sul, mostra que para 85,7% dos agricultores

entrevistados, o cultivo foi passado de geração em geração, enquanto que para 14,3% o costume foi desenvolvido por iniciativa própria.

Esse estudo mostra a preocupação dos agricultores com a falta de políticas públicas para o incentivo do cultivo das sementes crioulas, além de mais eventos ligados ao setor, como feiras de trocas de sementes e a ocorrência em polos centrais para facilitar o deslocamento e a presença dos agricultores.

Como exemplo de evento de grande valia para a valorização e divulgação do trabalho dos agricultores envolvendo as sementes crioulas e a soberania alimentar, pode-se destacar a Feira das Sementes Crioulas realizada em Encruzilhada do Sul, desde o Ano de 2018, por iniciativa do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e da Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil (Cooperfumos).

Conforme declarações do Presidente da Cooperfumos e integrante da Direção Nacional do MPA (2018), o estabelecimento de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes é a única no Rio Grande do Sul que opera com dedicação à produção de sementes crioulas e varietais que resultam dos métodos tradicionais de seleção genética e melhorias.

Sabe-se que para a produção de sementes crioulas os agricultores seguem um sistema agroecológico. Sendo assim, essas sementes possuem maior valor nutricional, além de serem mais baratas e mais bem adaptadas ao cultivo em diferentes regiões.

As sementes crioulas têm papel fundamental na preservação dos direitos à vida e à soberania alimentar e genética, cabendo aos agricultores, hoje intitulados de Guardiões de Sementes Crioulas, a continuidade e a garantia desse direito. Cabe a cada guardião fomentar a continuação da manutenção das variedades crioulas em suas propriedades. Para auxiliar nesse trabalho grandioso, alguns municípios, como é o caso do Município de Ibarama, desenvolve o Projeto dos Guardiões Mirins de Sementes Crioulas.

O principal objetivo dos Guardiões Mirins de Sementes Crioulas é de resgatar, cultivar e disseminar as diferentes variedades de vegetais, garantindo a continuação dos saberes populares passados de geração para geração, desde as práticas agrícolas até a diversidade cultural, seja nas técnicas de plantio e produção, no armazenamento de sementes ou no aproveitamento integral, tanto na alimentação animal quanto na alimentação humana.

Esse trabalho de resgate, produção, conservação e disseminação de sementes crioulas é coordenado por esta autora em três escolas municipais de Ibarama, cujo objetivo geral é "Despertar consciência e demonstrar a todos que temos capacidades e condições de intervir e agir para melhorar as condições de vida, começando no lugar onde vivemos, garantindo de maneira ampla o conhecimento e a preocupação em levar informações adequadas e necessárias às pessoas, resgatando as sementes e produzindo alimentos saudáveis o meio ambiente saudável, a qualidade e a continuidade da vida no Planeta Terra, oportunizando aos educandos atividades e ações adequadas, necessárias e motivadoras".

Com a perspectiva de alcançar este objetivo, trabalha-se no referido projeto os seguintes objetivos específicos:

❖ Despertar consciência nos alunos da necessidade da produção e conservação de sementes crioulas, valorizando a qualidade de vida, preservando os recursos naturais e garantindo a sobrevivência das futuras gerações;

❖ Resgatar sementes crioulas para posterior distribuição e uso na alimentação diária a fim de manter uma vida saudável;

❖ Produzir sementes, observando as necessidades de cuidados para a germinação, crescimento e armazenamento a fim de manter a biodiversidade;

❖ Desenvolver atividades que motivem os alunos a refletir sobre o atual comportamento alimentar da humanidade nos dias de hoje e sugerir atitudes que os levem a adotar atitudes diferenciadas com relação à alimentação;

❖ Reconhecer a importância da participação no cuidado com o meio ambiente ao produzir alimentos a partir de sementes crioulas e sem o uso de agrotóxicos;

❖ Produzir e distribuir sementes crioulas para incentivar o cultivo das mesmas como agricultura de subsistência;

❖ Promover encontros de formação para aprender e compartilhar a culinária e o artesanato utilizando as espécies cultivadas;

❖ Disseminar a ideia de que optar por ser guardião de semente crioula é uma atitude de amor e valorização da vida;

A partir do acompanhamento e coordenação das atividades realizadas com os guardiões mirins de Ibarama a coordenadora destaca que

> "Ao desenvolver o projeto de resgate e produção de sementes crioulas, percebe-se que os alunos demonstram bastante atenção, interesse e participação. Porém, temos a convicção de que a produção de sementes crioulas leva ao incentivo de produção de sementes de todas as espécies vegetais, inclusive de hortaliças e matas nativas, durante o ano todo, uma vez que os agricultores costumam adquirir sementes híbridas e transgênicas, ao invés de as cultivarem em suas casas. Cabe salientar que os resultados quanto à mudança de comportamento dos alunos e da humanidade em geral só serão percebidos em longo prazo".(Sirlei Lenice Rodrigues, 2021).

Constata-se que há muito comprometimento por parte das crianças e adolescentes, destacando-se os integrantes do Grupo de Guardiões da Escola Municipal de Ensino Fundamental Edwaldo Henrique Drews, na produção e devolução das sementes crioulas, o que possibilitou a organização de um banco de sementes na referida escola.

Por se tratar de armazenamento, os saberes dos guardiões perpassa o uso de agrotóxicos sendo realizado simplesmente com uma boa secagem dos grãos e com a inclusão de vegetais nos recipientes de estocagem, como o eucalipto cheiroso, malva cheirosa, citronela, cravo e naftalina. Esses são saberes populares que foram compartilhados com os guardiões mirins e experimentos pelos integrantes do grupo coordenados pela Professora Coordenadora supracitada.

Já, o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) no artigo “Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade”, destaca que também existe o resgate de plantas medicinais, florestais nativas, frutíferas, plantas de jardim, temperos e outros, além das sementes crioulas.

Destaca-se que as sementes sugam muita umidade, por isso a importância de seu armazenamento em local adequado.

O resgate das sementes deve se basear também em muita pesquisa e, conforme o declarado na cartilha escrita pelo MPA, existem fichas técnicas a serem preenchidas para cada amostra colhida, bem como recibo de troca de semente e ainda outra extensa ficha para o armazenamento no Banco de Sementes. Nessas fichas constam inúmeras informações, como por exemplo, a procedência das informações e testes de germinação.

Porém, no caso do Banco de Sementes dos Guardiões Mirins da Escola Municipal de Ensino Fundamental Edwaldo Henrique Drews de Lomba Alta, interior do Município de Ibarama/RS, o acompanhamento é mais simples, porém bem organizado.

O referido Grupo de Guardiões intensificou suas atividades a partir do ano de 2018, quando foi reorganizado sob a coordenação da autora deste artigo supracitada. Apresenta-se um breve relato de como fora organizado o Grupo e como ocorre a efetivação do referido projeto, desde as atividades escolares até as atividades realizadas nas propriedades rurais das famílias dos alunos sujeitos protagonistas de suas práticas laborais no cultivo de sementes crioulas, principalmente do Milho Crioulo.

Inicialmente realizou-se a pesquisa de quais alunos gostariam de participar do Projeto dos Guardiões Mirins de sementes crioulas, com o objetivo de regatar, cultivar e disseminar as sementes crioulas.

Depois desse levantamento, foi divulgada uma lista com as variedades/raças de Milho Crioulo resgatadas pelos alunos e também pela coordenadora

que se intitula como guardiã nata e apaixonada pelo cultivo e disseminação de Sementes Crioulas. Junto com essa listagem, foi solicitado que os Pais ou Responsáveis pelos alunos participantes do Projeto escolhessem qual variedade/ raça gostariam de produzir em suas propriedades.

Foram distribuídas 26 variedades/raças de Milho Crioulo para 33 alunos. Muitos alunos escolheram produzir mais do que raça. Foram disponibilizadas as sementes, porém, foram repassados todos os conhecimentos necessários de distanciamento mínimo entre cultivares ou intervalo entre plantios de variedades distintas, para manter a genética das sementes sem cruzamento entre raças.

Figura 5: Distribuição de sementes para os alunos inscritos no Projeto dos Guardiões Mirins

Fonte: Sirlei Lenice Rodrigues

Tais orientações foram repassadas pela coordenadora do Projeto que aprendeu com seus pais, que trouxeram amplo conhecimento de seus antepassados.

Além das variedades de Milho Crioulo, faram resgatadas espécies vegetais de batata-doce, batata, inglesa, aipim, cebolas, couve e saladas verdes. Cada uma com uma história linda de recordação dos antepassados.

Depois disso, realizou-se a distribuição das sementes, de acordo com a solicitação de cada guardião. As orientações foram sendo repassadas em cultivares experimentais na horta escolar e em uma lavora de pequeno porte, organizada no pátio escolar da mesma escola. Os alunos faziam as atividades na escola e colocavam em prática nas plantações em suas propriedades.

Enquanto as plantas se desenvolviam, foram realizadas oficinas de artesanato e de culinária, com o aproveitamento dos produtos cultivados nas propriedades rurais. Dentre as atividades de aproveitamento, foram realizadas oficinas de artesanato com a palha de milho, polenta com milho verde e com farinha de milho crioulo, fabricação de amido com milho verde, fabricação caseira de polvilho, farinha de mandioca e farofa temperada com temperos cultivados pelos guardiões na horta escolar.

Uma das atividades desenvolvidas com os guardiões mirins são as oficinas de artesanato à base de milho crioulo. A Artesã Renilde Cembrani Raminelli ministrou várias oficinas nas escolas participantes do projeto, passando aos alunos os conhecimentos na produção dos artesanatos.

Figura 6 - Artesanatos ensinados aos alunos participantes do Projeto dos Guardiões Mirins em oficinas coordenadas pela artesã Renilde Cembrani Raminelli na EMEF Edwaldo Henrique Drews – Lomba Alta-Ibarama/RS

Fonte: Sirlei Lenice Rodrigues

Ainda citando as atividades realizadas na escola supracitada, cita-se nesse artigo a degustação de polenta com farinha de milho crioulo e polenta de milho verde, que foi organizada pelos guardiões mirins para a merenda escolar. De espessura e gosto diferenciados, o prato foi muito elogiado pelos alunos e demais funcionários e professores da escola.

A farinha de milho crioulo é fornecida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do Programa de Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. O milho verde crioulo foi levado pelos guardiões mirins que realizaram o plantio, o cultivo e a colheita para realizar mais uma das atividades organizadas no transcorrer do projeto.

Essa atividade foi sugerida pela Senhora Maria Lourdes Tuchtenhagen, mãe da coordenadora dos guardiões mirins. Ela relatou que aprendera com sua

mãe (in memorian) quando tinha apenas sete anos de idade. No modo de preparo ela fez questão de ralar o milho verde com um ralador feito de lata, como era na antiguidade. Depois, ela explicou aos alunos o modo de fazer a polenta. Estes, por sua vez, acompanharam as explicações e o cozimento da polenta de milho verde.

Figura 7: Polenta de farinha de milho crioulo e polenta de milho verde servido na merenda escolar no experimento dos Guardiões Mirins da EMEF Edwaldo Henrique Drews – Lomba Alta/Ibarama-RS

Fonte: Sirlei Lenice Rodrigues

No ano seguinte, conforme os alunos foram colhendo as sementes, foram realizando as devolutivas na escola, formando o Banco de Sementes.

No ato de devolução das sementes, estas foram etiquetadas com o nome do Guardião, a quantidade produzida na propriedade, a quantidade devolvida, o nome da variedade/raça e a data. Estas sementes foram armazenadas em geladeira com esta finalidade, devido ao fato de que os alunos devolvem pouca semente (o acordo firmado é de devolver o dobro da quantidade recebida para

o plantio), dificultando a realização de experimentos de expurgo com as ervas cheirosas indicadas pelas pessoas mais idosas do município.

Outro produto que merece destaque é o feijão. São cerca de 32 espécies cultivadas pelos agricultores de Ibarama. Tem exposto mostruário de sementes na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, das principais espécies vegetais de produtos alimentícios cultivados pelas famílias dos participantes do Projeto dos Guardiões Mirins supracitado.

Por ocasião de Estágio no Departamento de Ciências e Extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a coordenadora do Projeto da Escola Edwaldo Drews, levou as sementes do Banco de Sementes da Escola para distribuição aos Feirantes do Feirão Colonial, com o objetivo de disseminar a ideia do cultivo de produtos alimentícios a partir das Sementes Crioulas, buscando garantir uma maior rentabilidade aos feirantes, bem como uma alimentação mais saudável aos consumidores.

Não se sabe como foi a produtividade e aceitação dos produtos cultivados a partir das sementes crioulas devido ao tempo de estágio supervisionado ter sido de apenas seis (06) meses.

Nesse ano, a devolutiva das sementes está sendo lenta devido a pandemia. Muitos alunos não retornaram presencialmente às aulas. No entanto, a continuidade do Projeto está recebendo atenção diferenciada uma vez que objetiva-se a organização de Cooperativa Escolar com os participantes do Projeto, objetivando-se o protagonismo e o empreendedorismo de nossos alunos.

Assim sendo, desperta-se nos educandos a necessidade de construir a vida com diversos saberes e vivências, pois aprende-se mais e melhor quando se encontra significado para o que se percebe e se vivencia, quando há lógica na aprendizagem, buscando o presente no passado para orientar o futuro, buscando a protagonização em um projeto de vida que se inicia na escola. Tudo isso só é

possível através de uma boa educação pois, conforme explica Bacich - Trevisani et al (2015),

> A educação no sentido mais amplo é aprender e auxiliar os outros a fazê-lo, por meio de comunicação e compartilhamento a construir histórias de vida que façam sentido, que nos ajudem a compreender melhor o mundo, aos demais e a nós mesmos que nos estimulem a evoluir, a fazer escolhas, nos libertem das nossas dependências e nos tornem mais produtivos e realizados em todos os campos, como pessoas e cidadãos. A pessoa motivada para aprender consegue evoluir mais e desenvolver um projeto de vida mais significativo (2015. p 46)

Esse projeto de vida precisa ser vivenciado no cotidiano escolar e familiar do educando, para que haja uma verdadeira aprendizagem e muito comprometimento na busca de conhecimentos para que esse processo ocorra de forma ampla, integrada e desafiadora, motivando a busca incessante para a efetivação desse projeto.

Para isso, cabe à escola mostrar visões de mundo pluralistas as diferentes formas de viver, a persistência na busca de realização pessoal e profissional através de conhecimentos práticos, vivenciados e aprendidos. Como disse Peter Senger (2015) Aprender é se tornar capaz de fazer o que antes não conseguíamos, é desenvolver um conjunto integrado de competências de aprender a conhecer, a conviver, a ser e a agir.

Essa forma de aprender e ensinar é o que faz com que a aprendizagem tenha mais sentido na vida dos estudantes, uma vez que, segundo Bacich-Trevisani et al (2015),

> A aprendizagem é mais significativa quando motivamos os alunos em seu íntimo, quando eles acham sentido nas atividades propostas, quando consultamos suas motivações profundas, quando se engajam em projetos criativos e socialmente relevantes. (2015. P 49)

Tudo o que está relacionado às sementes, ajudam a manter a agricultura familiar como principal fonte produtiva de alimentos e mantenedora da soberania

alimentar e genética, bem como a segurança alimentar.

A segurança alimentar é a necessidade de garantir o acesso à alimentação de qualidade com observância nas propriedades nutricionais e a soberania alimentar e genética é a garantia de que se possa produzir alimentos sem depender de economias externas. Ou seja, os agricultores precisam garantir a produção agrícola de sua Pátria sem depender de outros países.

Para garantir a soberania alimentar se faz necessário a produção de alimentos para todas as pessoas e, para que isso se efetive, surja cada vez mais a necessidade de mecanização das cadeias produtivas de alimentos.

No eixo soberania, o MPA (2012a, p. 26) compreende que:

> "É o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais, a mulher desempenha um papel fundamental."

Com base em tudo o que foi citado anteriormente "A agricultura familiar ecológica é muito importante para a biodiversidade agronômica porque ela preserva o meio ambiente, as técnicas milenares da agricultura (conservação de sementes, soberania alimentar e nutricional, técnicas e maneiras de cultivo) e também a aplicação de troca de experiências: cultivares e econômicas" (CAETANO E FILHO).

E é graças a esta conservação das sementes crioulas que os campesinos, agricultores ou camponeses estão conseguindo encontrar sementes com seus companheiros que praticam a agricultura de subsistência. E também podem recuperar as sementes locais e adaptá-las a agricultura campesina local.

> A produção de sementes pelos próprios camponeses permite que estes tenham autonomia produtiva, evitando a aquisição destas no mercado, reduzindo assim os custos de produção, além de permitir o intercambio de conhecimento e de sementes entre os camponeses (MPA, 2012b, p.6).

Ainda, em se tratando de soberania alimentar, cabe entender que, segundo Amorim (2016),

> A soberania alimentar diz respeito às condições dos camponeses produzirem seus próprios alimentos, com os recursos disponíveis na propriedade, entre eles as sementes. Como citado no início do texto, as sementes crioulas são essenciais na garantia da soberania alimentar, uma vez que garantem que a família terá as sementes adequadas e de qualidade para serem cultivadas e produzirem os alimentos necessários para a subsistência da família.(Amorim, 2016)

Segundo "La Vía Campesina", a indústria manipula as plantas com novas tecnologias da biologia molecular para fazer produzir inseticidas ou tolerar inseticidas, cria genes para que resistam à falta de nitrogênio ou sal, o excesso de água ou a falta de chuvas. Mas, os agricultores familiares são resistentes e não aceitam essas sementes geneticamente modificadas por serem perigosas e também por oferecerem riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por terem consciência da importância e do grande valor nutritivo das sementes crioulas, os agricultores familiares têm feito o impossível para resgatá-las e mantê-las nas propriedades. É notório que somente os agricultores familiares e campesinos têm a capacidade de oferecer uma alternativa ao suicídio das sementes crioulas, continuando com o trabalho de conservar, selecionar, reproduzir, trocar e distribuir as sementes crioulas, para que as futuras gerações não fiquem a mercê das multinacionais, ou seja, para garantir um futuro sustentável e saudável para as futuras gerações.

Enfim, é de alta relevância o uso das sementes crioulas na Agricultura Familiar devido a sua importância na preservação e na manutenção da soberania alimentar e genética, bem como a independência dos pequenos agricultores na manutenção da Agrobiodiversidade.

Destarte, os agricultores familiares, principalmente os guardiões de Sementes Crioulas, são os detentores dos saberes tradicionais e, através

dos cultivos, organização de Bancos de Sementes e persistências garantirão a soberania alimentar e genética, e, com os conhecimentos do passado, organizados e vivenciados no presente garantirão um futuro saudável para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

Amorim, L. O.; Pereira, M. C. B.; Curado, F. F.; Oliveira, L. C. L.; Vasconcelos, E. B. **O movimento dos pequenos agricultores e a luta em defesa das sementes crioulas no Alto Sertão Sergipano**, BRASIL. Revista de Geografia (Recife) V. 34, No. 1, 2017

Amorim, L.O; **Plantando semente crioula, colhendo agroecologia: agrobiodiversidade e campesinato no Alto Sertão Sergipano.** 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. https://www.researchgate.net/publication/304579884_PLANTANDO_SEMENTE_CRIOULA_COLHENDO_AGROECOLOGIA_agrobiodiversidade_e_campesinato_no_Alto_Sertao_Sergipano

Bacich, L.; Neto, T. A.; Trevisani, F. M. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação** [recurso eletrônico] - Porto Alegre: Penso, 2015. e-PUB. Editado como livro impresso em 2015. ISBN 978-85-8429-049-9 https://www.researchgate.net/publication/317133730_Ensino_hibrido_personalizacao_e_tecnologia_na_educacao

Barchet, S.F. et al. (2007). **Câmbio de sementes e seus guardiões: experiências de conservação da Agrobiodiversidade em dois municípios do Rio Grande do Sul.** Revista Agricultura. 4(3), 32.

Boccato, V. R. C. (2006). **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, 18(3), 265-74.

Caetano, L. P. & Torres Filho, J. (2015). **Sementes crioulas e sua importância para agricultura familiar**. In: II Semana Universitária da Unilab, “Práticas Locais, Saberes Globais”, I Encontro de Práticas Docentes e Discentes, II Encontro de Iniciação à Docência, II Encontro de Educação â Distância, III Encontro de Extensão, Arte e Cultura, IV Encontro de Iniciação Científica, I Encontro de Pós-Graduação. ISSN: 2447. Campus Redenção, UNILAB, Redenção-CE.

Cassol, K.P; Wizniewsky, C.R.F. “Saberes Tradicionais e Sementes: o caso dos guardiões de sementes crioulas de Ibarama/RS/ Traditional Knowledge and Seeds: the case of The association of creole seeds’ keepers of Ibarama/ RS”. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária 10.20 (2015). http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26598/17013. Pdf

Elteto, Y. M. **As Sementes Criolas e as Estratégias de Conservação da Agrobiodiversidade**. Dissertação de Mestrado. MG. 2019. 137f. https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/27434/1/texto%20completo.pdf

Fernandes, B. M. Via Campesina. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Franco, C. D; Corlett, F. M. F; Schiavon, G. A. **“Percepção de Agricultores Familiares sobre as dificuldades na Produção e Conservação de Sementes Crioulas”.** 14428 - Percepção de agricultores familiares sobre as dificuldades na produção e conservação de sementes crioulas.” *Cadernos de Agroecologia* [Online], 8.2 (2013): sem paginação Web. 12 Jul. 2021

Franco, J. L. A. **O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade**. História, São Paulo, v.32, n.2, p. 21-48, jul./dez. 2013.

Kaufmann, M. P**.; As tramas do milho crioulo: interações complexas do melhoramento genético em Ibarama/RS**. Dissertação doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) 2021. 254 f https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220454

Lima, L. S; Pedro, A. **“Da revolução iluminista à Revolução Francesa**”. In: História da civilização ocidental. São Paulo: FTD, 2005. pp. 251-256.

Movimento dos Pequenos Agricultores, MPA – **“Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade”.** Cartilha das Sementes Crioulas MPA. https://agroecologia.org.br/2012/08/29/sementes-patrimonio-dos-povos-a-servico-da-humanidade/

Pereira, V. C.; Soglio, F.K. **A Conservação das Sementes Crioulas: uma visão interdisciplinar da agrobiodiversidade**. Série Ensino Aprendizagem e Tecnologias. Porto Alegre. UFRGS. 2020. 558. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213319 pdf

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, FORTALEZA, v. 43, n. 1, jan/jun, 2012, p. 66-79. Vinholi, A.C.; Martins, P. **Agricultura Urbana e Êxodo Rural**. http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/vinholi___martins__2012.pdf

REVISTA RETRATOS DE ASSENTAMENTOS. TERRITÓRIO PROF. CORY/ ANDRADINA-SP. Vol.22 N.2 de 2019 ISSN: 1516-8182. Andradina SP.

Silva, D.P.; Sant'ana, A. L. **Identificação e Caracterização dos Guardiões de Sementes Crioulas dos Assentamentos Rurais do Território Prof. Cory/ Andradina** – SP. Revista Retratos de Assentamentos. Vol. 22 N.2 de 2019 ISSN:1518182

Silva, M. H. B. & Lopes, K P. Ïmportância da Semente na Agricultura Familiar no Nordeste Brasileiro".
https://docplayer.com.br/43672340-Importancia-da-semente-na-agricultura-familiar-no-nordeste-brasileiro.html

VIA CAMPESINA. Biodiversidad y Recursos Genéticos. Documento de la III Conferencia Internacional de La Via Campesina. Bangalore, Índia, outubro de 2000.https://viacampesina.org/es/biodiversidad-y-recursos-gencos/

10.48209/978-65-COOP9-11-1

CAPÍTULO 11

O TRABALHO DA MULHER NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: NARRATIVAS A PARTIR DO FEIRÃO COLONIAL DE SANTA MARIA/RS

Camila Milani de Moraes
Gisele Martins Guimarães

Resumo: O lugar da mulher no desenvolvimento rural, sobretudo nas tomadas de decisão da propriedade, vai além das tarefas diárias e cuidados com a casa e a família. A mulher também é responsável por mudanças que a levam a pensar em estratégias para empreender. Nesta perspectiva, este artigo tem como objetivo não apenas discutir o trabalho da mulher no ambiente rural, mas também compreender como elas protagonizam suas atividades nos contextos de Economia Solidária. Trata-se de um trabalho de abordagem qualitativa, com base no estudo de referenciais teóricos que abordam a temática das mulheres na agricultura familiar e Economia Solidária e uma pesquisa empírica realizada com agricultoras feirantes do Feirão Colonial de Santa Maria/RS. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, onde foram entrevistadas cinco mulheres participantes do Feirão Colonial. Os resultados mostram a atuação da mulher rural em sua propriedade, a conciliação de trabalhos domésticos, produtivos e de comercialização, bem como seu trabalho de representação que a levam a empreender para além do espaço do lar. Destaca-se o protagonismo das mulheres entrevistadas no que se refere às atividades desenvolvidas nas esferas privada e pública, o que é favorecido pelo ambiente de formação profissional e política do Feirão Colonial como parte de uma organização social a partir dos princípios de autogestão, cooperação, solidariedade e democracia, que caracterização a Economia Solidária.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Mulher rural; Economia Solidária.

INTRODUÇÃO

Este texto aborda questões referentes à atuação da mulher para o desenvolvimento rural, em contextos de Economia Solidária buscando compreender como se organizam para as tomadas de decisão nas propriedades rurais e espaços de comercialização direta onde atuam. Objetiva-se conhecer suas ações e demandas, no intuito de pensar alternativas socioprodutivas que possam oferecer melhores perspectivas de permanência destas no meio rural.

Para tanto há que desconstruir a imagem das mulheres rurais vinculadas unicamente ao ambiente doméstico, em pequenas propriedades, com belos jardins, hortas, quintais com árvores, e criação de algumas galinhas, porcos e vacas. Isso porque a importância da mulher não se limita à participação nas atividades ditas “do lar” ou mesmo as agrícolas, elas desempenham ações

fundamentais nas dinâmicas de desenvolvimento econômico, social e cultural no rural brasileiro.

De acordo com o IBGE (2010), a população rural brasileira corresponde a 15,63%, e desse percentual, 52,66% compõe os habitantes do sexo masculino e 47,34% do sexo feminino. Percebe-se um maior percentual de homens, quando comparado ao percentual de mulheres.

Essa diferença também pode ser constatada nos dados do Censo Agropecuário de 2017, em relação à condição de "produtores rurais", assim delimitados pelo IBGE como aqueles que possuem ocupação em atividades agrícola ou pecuária. A partir deste recorte os homens representam 81%, e as mulheres apenas 19%. A faixa etária de 45 a 54 anos é a que mais concentra sujeitos, tanto homens como mulheres (IBGE,2017).

Entre os estados brasileiros as realidades são bastante diversas com relação aos estabelecimentos com produtoras do sexo feminino. Nos estados da Bahia e Pernambuco, por exemplo, a média de mulheres é de 27,5%, enquanto no Rio Grande do Sul, 12,5%, sendo o estado onde menos se concentram mulheres nos espaços rurais (IBGE, 2017).

As razões para estas realidades são diversas e vêm sendo estudadas por vários pesquisadores. Assim, mesmo não sendo objetivo do presente trabalho estudar estes motivos, reconhece-se que este fenômeno de êxodo rural seletivo pode constituir ameaças para as perspectivas de sucessão familiar das propriedades. Neste contexto, torna-se fundamental conhecer a atuação da mulher no desenvolvimento rural, suas ações e demandas no que se refere aos trabalhos desenvolvidos na propriedade, sua participação nas tomadas de decisão e acesso às políticas públicas, pois além das tarefas diárias nos cuidados com a casa e a família, a mulher também é responsável por mudanças que a levam a pensar em estratégias para empreender.

Essa discussão é feita neste artigo tendo como pano de fundo a Economia Solidária como forma de organização coletiva alternativa ao modelo convencional

de mercado caracterizado pelo individualismo, atomização e concentração das riquezas geradas. Dentro de outra lógica econômica, a Economia Solidária tem seus pilares na cooperação, autogestão, solidariedade, geração de trabalho e renda e iniciativas de inclusão socioprodutiva pautadas pela valorização da vida e dos sujeitos.

A Economia Solidária é forma alternativa de organização do trabalho e consumo que promove novas relações entre economia e sociedade, assim, sua dimensão política opõe-se ao sistema econômico hegemônico objetivando afirmação de ideais de cidadania, como a valorização das culturas, dinâmicas produtivas pautadas pela sustentabilidade como a Agroecologia, fomento à segurança e soberania alimentar pela valorização e incentivo à agricultura familiar, pela valorização dos conhecimentos tradicionais e o trabalho da mulher, que em muitas experiências brasileiras, protagoniza a coordenação de pequenos empreendimentos solidários.

Buscando conhecer as dinâmicas de tomada de decisão de mulheres rurais atuantes em um contexto de Economia Solidária, o presente trabalho apresenta a experiência de Economia Solidária do Projeto Esperança/Cooesperança de Santa Maria-RS, que dentre um conjunto de atividades de fomento a Economia Solidária, organiza o *Feirão Colonial*, local de comercialização de produtos de empreendimentos solidários urbanos e rurais. Destaca-se dentre a diversidade dos empreendimentos, o trabalho de cinco mulheres agricultoras feirantes objetivando conhecer, além dos trabalhos diários desenvolvidos por elas, seus protagonismos nos processos de decisão em suas propriedades.

O artigo está estruturado em cinco seções a partir desta introdução. Na segunda seção apresenta-se uma caracterização do objeto de estudo, com as principais noções que guiaram a pesquisa: a agricultura familiar; as questões de gênero no rural, o espaço da mulher na agricultura familiar e uma apresentação do Feirão Colonial de Santa Maria/RS. Na terceira seção apresenta-se a metodologia e o contexto empírico da pesquisa. Os resultados e discussões encontram-se na quarta seção. O artigo finaliza com as considerações finais.

CARACTERIZAÇÃO TEÓRICA DO ESTUDO

AGRICULTURA FAMILIAR

Os espaços rurais, na contemporaneidade, apresentam-se complexos e diversos, no que se refere às suas configurações produtivas e sociais, onde sistemas de produção e categorias de produtores costumam apresentar estreitas relações. Agricultores Familiares constituem uma das categorias que representam a população de agricultores no rural brasileiro, correspondendo a cerca de 77% das propriedades rurais, sendo suas especificidades observadas no modo como esta se reproduz e estabelece suas estratégias, sempre diversas e multifuncionais (CASSOL e WIZNIEWSKY, 2013).

Essa complexidade, de acordo com Garcia Filho (2000), está embasada na diversidade dos ecossistemas brasileiros, que representam potenciais ou impõem limites às atividades agrícolas e no modo de utilização do espaço, representando um esforço de adaptação ao ecossistema, buscando explorar da melhor maneira possível o seu potencial ou minimizar os obstáculos. Dentro desse contexto, é sempre complexo categorizar a agricultura familiar.

Para Lamarche (1993), a agricultura familiar é uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho, estão intimamente ligados à estrutura familiar. Para entender como funciona a agricultura familiar, é necessário dar destaque às diferentes lógicas, em função das escolhas fundamentais do agricultor familiar.

Pelo aspecto legislativo, a definição de propriedade familiar consta na Lei 4.504/1964 (BRASIL, 1964), e de acordo com o artigo 4, inciso II, tem-se:

> Propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

Por sua vez, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1996, definem a agricultura familiar a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são efetuados por pessoas que possuem relações consanguíneas ou matrimoniais; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e, c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) é da família, sendo em seu interior a transferência em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade de produção.

Percebe-se, nessas abordagens, as relações entre terra, trabalho e família, sendo estas responsáveis por distinguir a agricultura familiar de outras categorias socioprofissionais na agricultura.

Importante frisar ainda, que segundo Grisa et al. (2014), os agricultores familiares foram historicamente tratados como produtores de subsistência, pequenos agricultores ou produtores de baixa renda, porém a partir do ano de 1995, com a criação do PRONAF tem-se o reconhecimento pelo Estado brasileiro da agricultura familiar, mais tarde consolidado pela criação da Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006).

Atualmente, o conceito de agricultor familiar combina critérios como tamanho da propriedade, predominância familiar da mão-de-obra e gestão familiar da unidade produtiva, bem como percentual mínimo de renda familiar provindo da unidade produtiva (ALTAFIN, 2007). Tal delimitação, como não poderia deixar de ser, é abrangente o suficiente para incluir a diversidade de situações existentes no país.

Em 2006 nasce a Lei da Agricultura Familiar, marco importante para a definição desta categoria socioprofissional enquanto beneficiária de políticas públicas. A Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006), em seu artigo 3º estabelece que:

> Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Importante salientar que a agricultura familiar apresenta significativa importância econômica e social, mesmo tendo sido negligenciada por políticas agrícolas por muitos anos. Segundo o IBGE, de 2017, 77% dos estabelecimentos agropecuários são familiares, totalizando 3,9 milhões de estabelecimentos. Apesar de serem a maioria, esses estabelecimentos ocupam uma área de apenas 80,9 milhões de hectares, ou 23% da área total de estabelecimentos. Já os agricultores não familiares, que correspondem a apenas 23% dos estabelecimentos, ocupam 77% da área total dos estabelecimentos. O Gráfico 1 permite a visualização desses dados.

Gráfico 1 – Estabelecimentos agropecuários e suas respectivas áreas

Fonte: IBGE, 2017 (Elaborado por Moraes, 2021).

Além de constituírem o maior número de estabelecimentos, os agricultores familiares são os principais geradores de postos de trabalho no meio rural, sendo responsáveis por empregar 10,1 milhões de pessoas. Estes são responsáveis por produzir cerca de 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos (IBGE, 2017).

Atualmente, pode-se verificar a inserção de atividades pluriativas ou não agrícolas no meio rural, promovidas basicamente, pela agricultura familiar. As atividades não agrícolas mostram uma diversidade de possíveis inserções no mercado como, por exemplo, comércio, prestação de serviços, turismo, manufaturas, artesanatos, transformações agroindustriais e turismo rural. Estas por sua vez, normalmente, se expressam pela trajetória cultural, econômica e social da família rural.

Outro fator importante a ser salientado é a capacidade da agricultura familiar em adaptar-se à produção agroecológica, bem como a uma agricultura sustentável. De acordo com Sachs (2001) e Altafin (2007), os agricultores familiares são agentes importantes na transição à agricultura sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiões e guardiãs da paisagem e da biodiversidade.

Isso porque unidade produtiva e ambiente de vida estão bastante interligados, seja pelo tamanho das áreas ou pela necessidade de estas estarem disponíveis ao longo das safras, em qualidade capaz de garantir produtividade. Assim, conservar é condição de sustentabilidade ao longo do tempo.

Para Silva e Jesus (2010), a produção com sustentabilidade valoriza não apenas os produtos em si, mas, sobretudo, a origem cultural e territorial agregada a estes, apresenta-se como potencialidades e alternativas para a garantia da qualidade de vida no espaço rural. Seja por meio de produtos que ofereçam menos riscos à saúde, seja por meio de um processo de produção que possa reduzir os danos ao meio ambiente.

Assim, dissertar sobre agricultura familiar implica em conhecer suas variantes, desafios e demandas, dentre estas as questões de gênero, mais especificamente a mulher rural, que neste trabalho, ganha destaque. Na subseção que segue, apresentam-se alguns debates sobre gênero no rural, frequentemente desenvolvidos pelos estudos em extensão e desenvolvimento rural.

GÊNERO NO RURAL

Ao longo da história, a mulher foi gradualmente conquistando seus direitos, visto que, inicialmente era excluída de muitas garantias sociais, tais como direito ao voto, a ir para a escola, possuir propriedade e trabalhar sem autorização do pai ou marido. Sua "utilidade" limitava-se à esfera privada, cuidando da casa e da prole.

Como consequência de muitas privações de direitos, emergem ao final dos anos 60 no Brasil, vários estudos de caráter feminista. De acordo com Gonçalves e Agne (2016), os primeiros estudos centravam-se na ótica da produção, sem levar em conta que o lugar ocupado pela mulher na sociedade é também determinado pelo seu lugar na família. Mais tarde passa-se a considerar o papel da mulher na reprodução da força de trabalho, dando origem às primeiras discussões sobre trabalho doméstico. Com a articulação entre o espaço produtivo e a família, é dado novo aspecto às pesquisas sobre o trabalho da mulher, uma vez que para ela a vivência do trabalho significa a combinação desses elementos, seja pelo entrosamento ou pela sua sobreposição.

Rodríguez (2005) acredita que o momento histórico de incorporação dos temas femininos em ações governamentais remonta à década de 1970, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou ser a década da mulher. A partir disso, alguns anos depois, o enfoque que se denomina Mulher no Desenvolvimento (MED) passou a ser enfatizado, e as instituições voltadas para o desenvolvimento rural promoveram a criação de grupos de mulheres e também o fortalecimento dos grupos já existentes, proporcionando maior visibilidade a elas

e consolidando movimentos políticos e políticas específicas para as mulheres (RODRÍGUEZ, 2005).

A partir dos anos 70, as feministas americanas começaram a usar o termo “gênero” para demonstrar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. O gênero enfatiza o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através do estudo que os considere totalmente em separado (GONÇALVES E AGNE, 2016).

Para Laxalde e Basco (2005), foi nas décadas de 1970 e 1980, através do enfoque MED, que foram propostas políticas focadas nos públicos mais vulneráveis da população, dentre eles, as mulheres. Foram criadas ações para grupos de mulheres, focando a sua importância na geração de receitas complementares nas propriedades rurais familiares, visando o fortalecimento da autonomia feminina.

Nesse sentido, Melo e Di Sabbato (2009) acrescentam que as pesquisas de gênero que se desenvolveram no Brasil no início da década de 1980, foram realizadas principalmente pelo fortalecimento do movimento feminista nacional. Isso prossegue durante a década de 1980, quando se gerou uma forte mobilização das mulheres trabalhadoras rurais.

Tais mobilizações buscavam direitos alusivos à previdência social, como aposentadoria (direito este, que era dado apenas aos homens) e salário maternidade, e à medida que iam ocorrendo os avanços desses movimentos, ocorria também o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais (BRUMER, 2002). Ainda, na década de 1980, as mulheres passaram a ser incluídas como beneficiárias no Programa de Reforma Agrária (SPANEVELLO; MATTE;BOSCARDIN, 2016).

Na década de 1990, ocorreu forte mobilização dos movimentos sociais femininos, em busca de ações que visassem melhor distribuição econômica, como também, um enfoque denominado de Gênero no Desenvolvimento (GED),

situando problemas como a desigualdade social entre homens e mulheres e as relações de subordinação entre ambos, como questões polêmicas a serem debatidas e permitindo o desenho de ações que possibilitaram um maior empoderamento feminino (LAXALDE e BASCO, 2005).

A partir do ano de 2000, as mulheres trabalhadoras rurais passaram a ser beneficiárias da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e das políticas nacionais de crédito rural, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016). É importante destacar que, com a finalidade de permitir à mulher o acesso ao crédito, criou-se em 2003 uma linha de financiamento específica, o PRONAF Mulher.

De fato, o crédito passa a ser considerado como um importante aliado para amenizar as diferenças entre homens e mulheres quanto à gestão e trabalho das propriedades familiares (ZORZI, 2008; HERNÁNDEZ, 2009; FERNANDES, 2008). Essas ações trouxeram mudanças nas condições sociais das mulheres, sobretudo, em suas condições de vida, pois o acesso ao crédito possibilitou à mulher investir na atividade que por vezes não era possível.

A MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A questão de gênero está impregnada na cultura, de acordo com os acontecimentos já mencionados. A partir disso, tem-se a divisão sexual do trabalho, onde se dividem tarefas como sendo “naturalmente das mulheres” e outras que são “naturalmente dos homens” em diferentes espaços. Para as mulheres, ainda se destina responsabilidades de esfera privada, nos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, embora já se tenha muitos avanços neste sentido. E aos homens ainda são atribuídas maiores responsabilidades no espaço público, além do “trabalho mais pesado” (SILVA, 2019).

Para Melo e Di Sabbato (2009), a ocupação das mulheres no setor agrícola que exercem atividades não remuneradas são superiores a outros setores

da economia, indicando a invisibilidade do trabalho das mulheres no meio rural. Lombardi (2009) acrescenta que o setor agropecuário brasileiro ainda é predominantemente de trabalhadoras não remuneradas e que produzem para o autoconsumo, chegando a um total de 4,4 milhões de mulheres no ano de 2007, principalmente mulheres trabalhando no setor de produção familiar.

Ainda no que se refere ao trabalho das mulheres rurais, Lombardi (2009) considera que:

> As estatísticas analisadas comprovaram que o lugar das mulheres no setor agropecuário continua sendo na produção para consumo próprio ou do grupo familiar e em atividades não remuneradas, majoritariamente desenvolvidas na unidade de produção familiar ou como 'ajuda' aos demais membros da família. As trabalhadoras ocupam-se principalmente na horticultura, floricultura e criação de pequenos animais, no próprio estabelecimento, e elas não costumam considerar essas atividades como trabalho, mas como uma extensão dos afazeres domésticos, uma vez que aquela produção se destina ao sustento da família (LOMBARDI, 2009, p. 154).

Entretanto, com o passar dos anos, a mulher tem conquistado seu espaço na sociedade. Os movimentos feministas consolidaram novas políticas, abrindo novas possibilidades em busca de igualdade social. A partir das leituras realizadas e dos autores citados anteriormente, reconhece-se que a presença da mulher começa desde a gestão da casa até a criação dos filhos. Porém, ela também tem conquistado seu espaço na produção, comercialização e até mesmo na gestão de cooperativas agropecuárias.

De acordo com Salvaro; Estevam; Felipe (2014), a participação do gênero feminino em cooperativas possibilita benefícios decorrentes do trabalho e do reconhecimento social. As mulheres possuem maior visibilidade social e reconhecimento, conseguem legalizar seus produtos para serem comercializados nas feiras e supermercados, possibilitando benefícios financeiros para as mesmas e para as famílias. No estudo, os autores afirmam ainda que algumas mulheres relataram ganhar liberdade e autonomia por meio da profissionalização adquirida com os cursos realizados no âmbito das cooperativas.

Para Leal e Cotrim (2013), além da questão profissionalizante, a participação das mulheres em ambientes onde se tomam medidas de decisão é fundamental, pois promovem a igualdade de gênero e possibilitam à mulher participar da gestão da propriedade. Estudos como estes, salientam a importância da participação da mulher em organizações sociais como associações e cooperativas, destacando dentre essas as organizações de Economia Solidária, que carregam em seus princípios de autogestão e inclusão socioprodutiva, preocupações com o direito e garantias ao trabalho da mulher.

É importante salientar que embora os estudos e conceitos de Economia Solidária tenham avançado nos últimos anos, seja pelo crescimento do número de experiências a serem estudadas ou ainda pela curiosidade científica da Economia Solidária como um movimento em significativa ascensão, a crítica ao mercado capitalista ainda não rompeu com o traço androcêntrico predominante na economia hegemônica, que não reconhece uma grande parte do trabalho de produção da vida a partir das tarefas domésticas e de cuidados (FARIA, 2011).

Reconhecer essas lacunas implica em conhecer as dinâmicas sociais e produtivas que caracterizam o trabalho da mulher em contextos rurais, onde a esfera privada comumente se sobressai sobre a esfera pública, ocupada majoritariamente pelos homens, ocultando discussões importantes sobre questões de oportunidade e reconhecimento do trabalho das mulheres.

Assim, o desafio que está colocado para a Economia Solidária é que ela seja capaz de incorporar em seus princípios e pilares, o compromisso com o questionamento da divisão sexual do trabalho e o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados como a produção da vida. Além desse reconhecimento, tem o desafio de contribuir para que nas práticas cotidianas, esse trabalho seja considerado uma responsabilidade coletiva e não uma atribuição específica das mulheres.

Para materializar essas discussões foi realizada uma pesquisa empírica com mulheres rurais vinculadas ao Projeto Esperança/Cooesperança de Santa Maria-RS, que comercializam seus produtos no “Feirão Colonial”, um terminal

de comercialização direta atuante há 29 anos como um das ações da referida Instituição.

As Feiras de Comercialização direta são importantes espaços de inclusão socioprodutiva e política da mulher por meio do trabalho em conjunto, do agir coletivo e da visibilidade de seu trabalho como produtora de alimentos (CRUZ, CAVALCANTE e PESSOA, 2013; ALVES, 2014).

FEIRÃO COLONIAL DE SANTA MARIA/RS

Em 1992, no município de Santa Maria, RS, foi construído no bairro Medianeira, mais precisamente na rua Heitor Campos, ao lado do Parque Medianeira a estrutura que abriga o Feirão Colonial. No início a estrutura era composta por um único pavilhão, atualmente quatro pavilhões compõem o chamado Centro de Referência de Economia Solidária Dom José Ivo Lorscheiter.

O Feirão Colonial é um espaço de comercialização direta de pequenos empreendedores rurais e urbanos, que se organizam de forma coletiva sob os princípios da Economia Solidária. O Feirão faz parte do Projeto Esperança/ Cooesperança, setor vinculado ao Banco da Esperança da Arquidiocese de Santa Maria/RS, integrado com a Cáritas Regional - RS (Confederação Humanitária da Igreja Católica).

O idealizador do Projeto Esperança foi o então Bispo de Santa Maria, Dom José Ivo Lorscheiter. O projeto foi criado com a participação de grupos rurais e urbanos incluindo assim trabalhadores do campo e cidade que buscavam uma ampliação socioeconômica, pela inclusão nos projetos de Economia Solidária. Ainda, o projeto tem como base a promoção do associativismo, o trabalho, a solidariedade, a autogestão, a cidadania e soberania alimentar, como caminhos para o desenvolvimento sustentável.

Para organizar os produtores rurais e urbanos do Projeto Esperança, foi criada em setembro de 1989 a Cooesperança, Cooperativa Mista de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos, que congrega e articula os grupos organizados da

região central do estado do Rio Grande do Sul e viabiliza a comercialização direta dos produtos originários dos empreendimentos solidários do campo na cidade e que fortalecem juntos, com todos os grupos, um novo modelo de cooperativismo (CASSOL E WIZNIEWSKY, 2013).

Da inter-relação do Projeto Esperança com a Coosperança, surge a denominação Projeto Esperança/Cooesperança, este um dos maiores projetos do país em relação ao desenvolvimento da Economia Solidária, promovendo inclusão social, valorizando o comércio justo, ético e solidário, a agricultura familiar e a produção ecológica.

Destaca-se como protagonismo do Projeto Esperança/Cooesperança a organização da Feira Internacional de Cooperativismo (FEICOOP), que é um evento de Economia Solidária que reúne anualmente várias organizações, movimentos sociais e instituições de ensino, pesquisa e extensão, de diferentes partes do Brasil e da América Latina. Pela sua expressividade e capacidade de articulação, a FEICOOP eleva Santa Maria à “Capital Internacional da Economia Solidária”.

Além da Feira Internacional do Cooperativismo, há 29 anos o Projeto Esperança/Cooesperança organiza o Feirão Colonial, que ocorre todos os sábados pela manhã, reunindo cerca de 100 empreendimentos que oferecem produtos diversos, dentre eles alimentos produzidos pela agricultura familiar. O espaço de comercialização dos produtos no Feirão Colonial é organizado em quatro pavilhões: Pavilhão da Agroindústria Familiar, Pavilhão dos hortifrutigranjeiros, Praça de alimentação e Pavilhão do Artesanato. Um total de 150 famílias comercializam seus produtos no local.

São comercializados hortigranjeiros, produtos da agroindústria familiar, plantas ornamentais, artesanato, cosméticos naturais, livros, brechós entre outros, na perspectiva de gerar trabalho, renda e inclusão socioprodutiva. De acordo com Guimarães e Miranda (2020), o Centro conta com a presença de mais de 1000 consumidores a cada sábado, dessa forma, é possível perceber a importância deste espaço de comercialização para os produtos da agricultura familiar.

Destaca-se nesta experiência a expressiva participação de mulheres comercializando seus produtos todos os sábados, sejam estes produtos agrícolas, processados, artesanato ou outros itens. Desta forma, buscando conhecer o trabalho das mulheres agricultoras, desenvolveu-se uma pesquisa junto às mulheres rurais pertencentes à Cooesperança, buscando conhecer seus trabalhos na esfera privada e pública, bem como seu protagonismo nas decisões da propriedade.

A partir de uma amostra intencional, foram entrevistadas cinco agricultoras feirantes, com questões roteirizadas. Estas cinco escolhidas pelo seu protagonismo nas bancas de comercialização, onde estão a cada sábado, à frente das vendas junto aos consumidores e ainda pelas suas trajetórias na Economia Solidária, onde são atuantes há mais de dez anos.

Para tanto, foram distribuídos os questionamentos em eixos estruturantes: identificação das entrevistadas, atividades domésticas, atividades agrícolas e não agrícolas, atividades de agroindustrialização, atividades de comercialização, participação nas tomadas de decisão da propriedade e de preservação/ conservação ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Relatório de pesquisa[1] desenvolvida pelo Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria, no primeiro semestre de 2018 aponta que, 47% entre os feirantes do Feirão Colonial são mulheres na faixa dos 35 a 55 anos de idade com grau de escolaridade alta, a maioria com 2º grau completo.

De posse dessa totalidade, os dados da pesquisa realizada para o presente trabalho, nos permitem fazer reflexões sobre o trabalho da mulher em duas dimensões: no ambiente privado e no ambiente público.

1 Este relatório não foi publicado, estando atualmente (2021) em fase de atualização dos dados para publicação. Mesmo assim usamos como referência neste artigo pela legitimidade e idoneidade dos dados que são resultantes de uma pesquisa registrada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O ambiente privado é caracterizado pelas ações de cuidado com a família, como os afazeres domésticos, o cuidado com os filhos e o ambiente produtivo. As entrevistas revelam que as mulheres entrevistadas que comercializam no Feirão Colonial de Santa Maria/RS compreendem a faixa etária de 31 a 51 anos indicando uma População Economicamente Ativa (PEA), categorizada no Brasil entre 15 aos 60 anos.

As atividades desempenhadas pelas mulheres nas propriedades têm início entre às 5 e 6 horas da manhã, sendo que em dias de feira é ainda mais cedo, às 3 horas. É importante ressaltar que esse trabalho exige muito esforço e empenho, pois no meio rural suas atividades envolvem os cuidados com a limpeza e manutenção da casa, com a produção e com os filhos. São atividades que se intensificam ainda mais quando os filhos moram com a família, conforme relatado pela maioria das entrevistadas.

Segundo Silva (2019), o ambiente privado é onde as mulheres mais costumam realizar seus afazeres, enquanto que os homens no ambiente público. No entanto, na atualidade, as mulheres passaram a se ocupar com ações no ambiente tanto privado, quanto público, aumentando assim sua jornada de trabalho.

O ambiente público por sua vez, é a esfera onde ocorrem as atividades de comercialização, as de tomadas de decisão e ainda as de representação. Nesse sentido, o diálogo com as agricultoras, por meio das entrevistas foi essencial para compreender sua atuação na propriedade e como vem ocorrendo a conquista por seus espaços.

Para melhor compreensão, serão apresentadas as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelas mulheres, posteriormente seu protagonismo nas tomadas de decisão da propriedade e, por fim, reflexões sobre a importância da mulher para o desenvolvimento rural.

ATIVIDADES PRODUTIVAS E DE COMERCIALIZAÇÃO DESENVOLVIDAS PELAS AGRICULTORAS DO FEIRÃO COLONIAL

Dentre as atividades desenvolvidas pelas entrevistadas, destacam-se as atividades de horticultura, pecuária, fruticultura e atividades não agrícolas. As entrevistas revelam que a maioria delas realiza atividades de agroindustrialização, como o processamento de geleias, compotas e conservas, assim como há aquelas que produzem queijo, embutidos cárneos, pão, biscoitos e fitoterápicos.

De acordo com Grossi e Silva (2002), essas atividades são desenvolvidas há séculos e durante muito tempo consideradas como hobbies pessoais, entretanto, a partir de um contexto de diversificação da produção e realização de atividades não agrícolas como geradoras de trabalho e renda, passam a assumir importância econômica no cenário da agricultura familiar, especialmente para as mulheres que além de produzir para o autoconsumo, passam a comercializar produtos manufaturados de caracterização artesanal como forma de agregar valor à produção agrícola, evidenciando assim, movimento destas para empreender.

Também é relevante salientar que dentre as mulheres entrevistadas, quatro possuem Bloco de Produtor Rural em seu nome, indicando possibilidades de autonomia e garantia de direitos da Previdência Social e acesso às políticas públicas, o que só é possível quando de posse de bloco de produtor.

Assim, dentro de um movimento de busca por autonomia e geração de renda, as mulheres vão desenvolvendo estratégias de conciliar os trabalhos produtivos com os trabalhos domésticos, o que nem sempre é fácil. Dentre as mulheres entrevistadas, todas, além de protagonizarem o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas, desenvolvem ações de comercialização direta de tudo que produzem. Por isso, as feiras de comercialização são fundamentais na agricultura familiar, pois representam importantes oportunidades de trabalho e renda, além de contribuírem para a segurança alimentar, garantindo oferta de alimentos frescos.

Importante destacar que além de comercializarem os produtos no Feirão Colonial, a maioria das agricultoras feirantes também comercializam seus produtos em outras feiras da cidade e região, bem como entregam encomendas em pequenos supermercados ou direto nos domicílios.

De acordo com Mesquita (2019), o reconhecimento e a valorização do trabalho da mulher, assim como sua inclusão no espaço público e em atividades que geram renda monetária, contribuem para que elas tenham autonomia pessoal e econômica. Desse modo, para a autora, as feiras são importantes formas de comercialização, pois as mulheres passaram a obter uma renda própria do seu trabalho, proporcionando mudanças nas suas vidas, fundamentais nos processos de empoderamento dessas mulheres.

Nesse sentido, é importante salientar o entendimento de Mesquita (2019, p. 77) em seu estudo quando aborda o empoderamento feminino, sendo este “um processo de mudanças nas relações de poder, possibilitando maior autonomia das mulheres sobre o seu corpo, seus direitos, seus sentimentos e suas vontades”. Esse empoderamento também pôde ser percebido a partir das entrevistas realizadas com as produtoras rurais do Feirão Colonial.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS DO FEIRÃO COLONIAL, NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E TOMADAS DE DECISÃO DA PROPRIEDADE

Para além das atividades desenvolvidas na esfera privada, referente ao lar e aos sistemas produtivos, é importante que se conheça os espaços de representação ocupados pelas mulheres. Como a presença delas em reuniões da cooperativa, associação, banco e outros espaços de representação e decisão.

Para isso, o presente estudo abordou questões referentes à participação das mulheres nestes ambientes buscando conhecer como é a participação destas em reuniões com a EMATER, com a Cooperativa e mesmo com seus maridos/companheiros no ambiente da família. Quanto à participação das mulheres nas

reuniões da EMATER, constatou-se que das cinco entrevistadas, três delas têm o hábito de participar dessas reuniões, assistindo e participando dos diálogos promovidos. Já nas reuniões da Cooperativa, essa participação é maior, com um total de quatro mulheres participantes.

Faz-se relevante salientar nesse contexto, a importância da participação da mulher nas reuniões, visto que auxiliam na dinâmica do desenvolvimento rural e na evolução dos aspectos gerenciais das propriedades. Corroborando a essa análise, Bastos (2018), revela em seu estudo a respeito do perfil da mulher gestora nas propriedades rurais, que dentre as mulheres que estão assumindo a gestão em propriedades rurais, 80% participam de associações de produtores.

Outra questão abordada é o fato de as mulheres realizarem reuniões com seu marido/companheiro. Quando questionadas, três das cinco entrevistadas afirmaram realizar, o que pode representar outro indicador da participação ativa das mulheres nas tomadas de decisão da propriedade. No entanto, há que se considerar o processo de formação e empoderamento pelo qual estão passando essas mulheres, considerando a imersão destas em uma organização de Economia Solidária, como a Cooesperança. Neste ambiente, as questões de gênero estão entre as pautas de inclusão socioprodutiva, ou seja, existe na organização o propósito de construção de autonomia para as mulheres e ações como as relatadas por elas.

Ainda considerando o ambiente de organização social da Cooesperança a partir da Economia Solidária, as questões ambientais ocupam lugar de destaque nos processos de formação e compromissos com a sustentabilidade. Tendo em mente este desafio, como sempre presente nas pautas da Economia Solidária, a pesquisa questionou as mulheres sobre os aspectos de Preservação/Conservação ambiental.

Foram questionadas questões referentes às práticas produtivas, participação em grupos de agroecologia ou ainda episódios de denúncias de crimes ambientais ou de uso indevido de agrotóxicos. Todas as mulheres responderam que adotam

práticas ecológicas em suas propriedades. Chama a atenção os relatos de três entrevistadas, pois em suas propriedades não é utilizado agrotóxico, conforme pode ser verificado em suas falas:

> [...] Não utilizo venenos, preservo a nascente de água, utilização racional da água e da terra, respeito à natureza e todos os seres vivos [...] (Entrevistada A).
>
> [...] Não utilizo agrotóxicos e alguns plantios diretos [...] (Entrevistada D).
>
> [...] Toda propriedade é agroecológica certificada [...] (Entrevistada E).

A partir dessas falas, percebe-se a importância dada pelas entrevistadas às questões ambientais, ou seja, os agricultores familiares agem como agentes na transição a uma agricultura sustentável, conforme mencionado anteriormente (SACHS, 2001; ALTAFIN, 2007).

O modo como as famílias desenvolvem as práticas agrícolas, são determinantes para manter a capacidade de regeneração dos recursos utilizados e fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Sendo assim, a participação dos sujeitos em grupos de estudos, trocas de experiências e outros espaços, podem ajudar nas tomadas de decisão quanto às práticas agrícolas de base ecológica, neste sentido, uma das entrevistadas revelou participar de um grupo de agroecologia.

Há que se considerar o quesito “formação” como fundamental no Feirão Colonial enquanto uma organização de Economia Solidária. Isso porque a funcionalidade do ambiente do Projeto Esperança/Cooesperança vai além do fato de ele ser um terminal de comercialização para os produtos.

O Feirão Colonial, como uma experiência de Economia Solidária oferece várias oportunidades de formação e capacitação aos feirantes. Sejam cursos de qualificação na produção, novas estratégias de agregação de valor ou comercialização dos produtos, questões ambientais, até espaços de reflexão e formação política, o que inclui pautas feministas.

Natalli et al. (2020), em recente estudo realizado, relatam a necessidade de priorizar as questões ambientais nas práticas agrícolas, pois, podem aumentar o lucro e reduzir os custos na propriedade, além de evitarem desperdícios na produtividade. Sob este aspecto a pesquisa questionou sobre a participação das mulheres em situações de denúncias de crimes ambientais buscando identificar seu protagonismo nas causas relacionadas ao meio ambiente. Uma delas relatou que se envolveu com denúncias sobre a queima da palhada do arroz em uma propriedade vizinha, mesmo não desenvolvendo o contexto do acontecido, a resposta indica a ação da entrevistada pela proteção ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da literatura pesquisada, pôde-se acompanhar que o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho é marcado por grandes dificuldades, sobretudo, o da mulher rural. Contudo, com a mobilização e o fortalecimento dos movimentos sociais femininos, avanços significativos ocorreram nas últimas décadas, como o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais.

O trabalho da mulher passa a ter maior visibilidade e elas deixam de ser responsáveis apenas pelo trabalho doméstico e pelos cuidados com a família, e passam a desempenhar outras atividades, como o processamento e a comercialização de diversos produtos, conquistando assim o seu espaço, sua autonomia e renda.

A partir dos relatos das agricultoras feirantes do Feirão Colonial entrevistadas pra este trabalho, constatou-se que a mulher tem vez e voz, participando ativamente nas tomadas de decisão da propriedade rural, opinando, discutindo, e não apenas desempenhando seu trabalho no processo de produção. É nesse sentido que se destaca também a importância da participação da mulher em feiras e cooperativas, uma vez que, sua inclusão por meio do trabalho em conjunto, permite o agir coletivo e a transformação do seu papel na sociedade.

No caso estudado, há destaque para as mulheres organizadas pela Economia Solidária, que por estarem inseridas em uma organização de princípios de autogestão, autonomia, inclusão socioprodutiva e busca por sustentabilidade, vêm alcançando espaços de trabalho e visibilidade que se convertem em protagonismo nas tomadas de decisão de suas propriedades e fora delas, comprovando a atuação dessas mulheres nas esferas privada e pública, o que pode contribuir para a reversão dos números de êxodo rural entre as mulheres.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar:** apostila. Brasília: CDS/UnB, 2007. 18 p. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

ALVES, S. S. **Saberes das mulheres veteranas na economia solidária:** sororidade e a outra educação. 2014. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

BASTOS, R. M. **Gestão Rural:** A alma do agronegócio. 1. ed. Esteio: Federacite, 2018. 143 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura Familiar**. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. Lei 4.504/1964, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002.

CASSOL, K. P.; WIZNIEWSKY, C. R. F. Projeto Esperança/Cooesperança, Santa Maria, RS: o caso dos agricultores familiares associados. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 17, n. 1, Jan./Abr. 2013. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:gi8eYQrKriMJ:https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/8737+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 08 mar. 2021

CENSO AGROPECUÁRIO. **Resultados definitivos**. [S.l.], 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf>. Acesso em 11 jan. 2021.

CRUZ, L. A.; CAVALCANTE, L. M. A.; PESSOA, S.C. Economia Solidária e gênero no processo de construção da cidadania. In: Congresso Alas, 29., 2013, Santiago. **Anais**... Santiago: Universidade do Chile, 2013, p. 1-13.

FERNANDES, S. A. **Gênero e políticas de crédito:** o Pronaf-Mulher em Santa Catarina. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.

GARCIA FILHO, D. P. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários:** guia metodológico. [S.l.]: FAO/INCRA, 2000. 65 p. Disponível em: <http://www.fao.org/tempref/GI/Reserved/FTP_FaoRlc/old/proyecto/brazil/agrario.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 216 p.

GONÇALVES, C. M. R.; AGNE, C. L. Desenvolvimento rural e relações de gênero: o caso da associação de mulheres camponesas “terra, luta e libertação” do Município de Candiota (RS). In: Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento, 4., 2016, Santa Maria. **Anais**... Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2016. Disponível em: < https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppged/2019/05/28/anais-2016/>. Acesso em: 16 jan. 2021.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária.** São Paulo: Loyola, 2005. 239 p.

GUIMARÃES, G. M.; MIRANDA, F. Feiras de comercialização direta no contexto da economia solidária: desafios do Feirão Colonial de Santa Maria-RS, na validação social dos produtos da agroindústria familiar. In: Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia rural, 58., 2020, Foz do Iguaçu. **Anais**... Foz do Iguaçu: SOBER, 2020.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V.J.; BUCHWEITZ, V.D. Revisando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 323-346, Abr/Jun. 2014.

GROSSI, M. E. D.; SILVA, J. G. **Novo rural:** uma abordagem ilustrada. 1. vol. Londrina: IAPAR, 2002. 53 p.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero:** um meio de "empoderamento" para as mulheres rurais? 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Tabelas Estatísticas** – SIDRA, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado> Acesso em: 15 mar. 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/genero.pdf> Acesso em: 20 fev. 2021

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário** - Resultados definitivos, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf>. Acesso em 11 jan. 2021.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

LAMARCHE, H. **A Agricultura familiar:** comparação internacional – uma realidade multiforme. 1. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. 336 p.

LAXALDE, M. D. P. F.; BASCO, M. C. Capital social, economia solidária e desenvolvimento. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. **Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero**. 2. ed. Brasília: IICA, 2005. cap. 5, p. 91-130.

LEAL, A. R.; COTRIM, D. **A Inserção das Mulheres no Cooperativismo:** estudo de caso COOMAFITT. 2013. Monografia (Especialização em Gestão de Cooperativas)–Escola Superior de Cooperativismo, Rio Grande do Sul, 2013.

LOMBARDI, M. R. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. In: BUTTO, A. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 123-162. Disponível em: <http://nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/debate/estatisticas_rurais_e_a_economia_feminista.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 315 p.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: BUTTO, A. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 31-120. Disponível em: <http://nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/debate/estatisticas_rurais_e_a_economia_feminista.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MESQUITA, L. A. P. **Saberes e fazeres de mulheres assentadas**: Relações de gênero e os processos de empoderamento no território do Vão do Paranã (GO). 2019. 279 f. Tese (Doutorado Geografia)–Universidade Federal do Goiás, Goiânia, GO, 2019.

NATALLI, L. H. et al. Práticas de sustentabilidade ambiental em propriedades rurais. **R. Gest. Sust. Ambient.**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 351-374, Jan/Mar. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/340987334_PRATICAS_DE_SUSTENTABILIDADE_AMBIENTAL_EM_PROPRIEDADES_RURAIS>. Acesso em: 20 ago. 2021.

RODRÍGUEZ, M. P. Gênero e atores sociais no enfoque territorial do desenvolvimento rural. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. **Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero**. 2. ed. Brasília: IICA, 2005. cap. 2, p. 33-54.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, Set./Dez. 2001. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ea/a/WpmN9Z99K8X6DmbBx6GqxKS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SALVARO, G. I. J.; ESTEVAM, D. O.; FELIPE, D. F. **Mulheres em cooperativas rurais virtuais:** reflexões sobre gênero e subjetividade. In: Psicologia: Ciência e profissão. 34. ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2014. cap. 2, p. 390-405. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zwnbC5BWrYPPP8YGybvTScT/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2021

SILVA, M. R. Gênero, desigualdades e agricultura: a mulher na atividade agrícola familiar. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 2095-2105, Mar. 2019. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/1227/1107>. Acesso em: 16 jan. 2021.

SILVA, J. R.; JESUS, P. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no brasil. In: Congresso Norte E Nordeste De Pesquisa E Inovação, 5., 2010, Maceió. **Anais**... Maceió, 2010. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1407/457>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis**, Santiago, v. 44, Set. 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/11963>. Acesso em: 03 ago. 2021.

ZORZI, A. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf-Mulher em Ijuí-RS**. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

SOBRE OS ORGANIZADORES

LIZIANY MÜLLER

Possui Bacharelado em Zootecnia (2004) e Licenciatura pelo Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional (2011) ambas pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado (2006) e Doutorado (2009) pelo Programa de Pós Graduação em Agronomia na Universidade Federal de Santa Maria, Pós-doutorado em Zootecnia no Programa de Pós Graduação em Zootecnia na Universidade Federal de Santa Maria (2011). Já atuou como: Professora e Orientadora do Curso de Especialização em Tecnologia de Informação e Comunicação da Universidade Aberta do Brasil/UFSM; Professora do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do campo- Residência Agrária; Professora e Orientadora do PPGTER - Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede nível Mestrado da Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é professora Associada II, responsável pelo Laboratório Mediações Sociais e Culturais - Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural - Centro de Ciências Rurais - Universidade Federal de Santa Maria; Professora e Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Aberta do Brasil/UFSM; Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Também coordena a ação de Extensão-Fiex/CCR/UFSM «Programa de Capacitações Temas Emergentes e Ensino Híbrido para Educação Básica? e o grupo de pesquisa registrado no CNPq «Girassol ? Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação e Inovações Sociais».

ALESSANDRA REGINA MÜLLER GERMANI

Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (1995-1999), Especialização em Docência na Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2014-2015), Mestrado em Enfermagem - Área de Concentração Saúde, Sociedade e Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2000-2002), Doutorado em Extensão Rural - Área de Concentração Extensão Rural e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2015 - 2019).Atuei como Diretora das Ações em Saúde no município de Restinga Sêca/RS (1999) e Diretora de Saúde Coletiva no município de Santa Maria/RS (2001-2002). Na docência atuei como Professora Substituta no Curso de Enfermagem, na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (1999-2001); Professora do Curso de Graduação em Enfermagem, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus de Santiago/RS (2002-2004) e Campus de Frederico Westphalen/RS (2002 - 2010), Professora Colaboradora no Curso de Pós-graduação - Especialização em Saúde Coletiva, no Centro Universitário Franciscano - UNIFRA/RS (2007-2010); Professora do Curso de Graduação em Enfermagem na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS Campus Passo Fundo/RS (2013 em diante); Professora do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS Campus Passo Fundo/RS (2018 em diante); Professora formadora no Curso de Licenciatura em Educação do Campo - EAD, do Centro de Ciências Rurais - CCR, da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2019 em diante). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Inovação em Saúde Coletiva: políticas, saberes e práticas de promoção da saúde ? UFFS Campus Passo Fundo/RS, nas linhas de pesquisa: Políticas e práticas de gestão na saúde e Práticas de educação e formação na saúde (2014 em diante). Vice-líder e Pesquisadora do Girassol - Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais ? UFSM Campus Santa Maria/RS, na linha de pesquisa Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (2020 em diante).Tenho experiências de gestão, ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação voltadas à saúde coletiva e estudos rurais; atuando em diversos Conselhos, Comissões e Comitês.

GISELE MARTINS GUIMARÃES

De formação multidisciplinar, é graduada em Zootecnia pela Universidade Federal de Santa Maria- UFSM, Mestre em Extensão Rural pela mesma instituição e Doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR), pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. É Professora Adjunta na Universidade Federal de Santa Maria no Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR- UFSM). Atua como pesquisadora e consultora técnica nos seguintes eixos temáticos: Desenvolvimento Rural, Extensão e Comunicação Rural, Agroecologia, Agricultura Familiar, Agroindústrias Familiares, Educação e Soberania Alimentar e Economia Solidária. É integrante do Grupo de Pesquisa em Extensão Rural Aplicada - UFSM. É também cantora, intérprete e compositora. Possui disco autoral gravado e é atuante como intérprete nos Festivais do Rio Grande do Sul com participação em vários registros fonográficos. É produtora e apresentadora do quadro «Com a Palavra: o Artista» do Podcast PONTO DE CULTURA, realização do segmento da Cultura Viva do Rio Grande do Sul.

GUSTAVO PINTO DA SILVA

Técnico em Agropecuária pela Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul, Bacharel em Zootecnia pela Universidade Federal de Santa Maria (2001), mestrado (2003) e doutorado (2016) em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor de ensino médio, técnico e tecnológico do Colégio Politécnico da UFSM. Coordenador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Agroalimentares Georrerenciadas (GIPAG-UFSM). Tem experiência na área de Extensão Rural, com ênfase em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: mercados agroalimentares, desenvolvimento territorial, agricultura familiar, associativismo e extensão rural.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Andressa de Sousa Santos Ferreira
Docente da Universidade do Estado da Bahia, Mestra em Economia Regional e Políticas Públicas (UESC). E-mail: andressa.ferreiras@hotmail.com.

Cleiton Agnelo Pinheiro São João
Graduado em Administração (UESC). E-mail: cleitonagnelo@hotmail.com

Camila Milani de Moraes
Aluna do Curso de Zootecnia da Universidade Federal de Santa Maria – E-mail: camilanimoraes@gmail.com

Felipe Ben Machado
Acadêmico do curso de graduação Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Campus Santiago, e técnico em agropecuária pelo Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul.
E-mail: felipe1990ben@gmail.com
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6985246369793212

Giovanna Martins Sampaio
Mestra LLM, ULB, BE, 2020. E-mail: giovanna.martins@ufba.br

Gisele Martins Guimarães
Professora do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria
E-mail: gisele.guimaraes@ufsm.br

José Geraldo Wizniewsky
Professor Titular do Departamento de Educação agrícola e Extensão Rural (UFSM), Professor Efetivo no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (UFSM)e Professor no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, EAD/UAB/UFSM . E-mail: zecowiz@gmail.com

Jose Paulo Fagundes
Kathleen da Silva Paust
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural- Universidade Federal de Santa Maria . E-mail: (kaatps@outlook.com

Liziany Müller
Professora Doutora e Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campol.

Lisandra S. Zorzella
Graduada em economia pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina-PE (FACAPE - 2010). Graduanda em CST Estética e Cosmética pela ULBRA. Tem experiência em estética facial e corporal, designer de sobrancelhas e maquiagem. Trabalha com Lucimar Casagrande Coiffers. Ministra cursos de maquiagem e estética.

Monica Rigo
Economista, Universidade Federal de Santa Maria – Campus Palmeira das Missões.

Mauricio Rebellato
O autor é jornalista, repórter e editor. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria e Especialista em Televisão e Convergência Digital. E-mail para contato: mauricio-rebellato@hotmail.com

Natália Pires Coelho
Acadêmica do curso de graduação Ciências Contábeis da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Campus Santiago.
E-mail: nataliapires2001@gmail.com
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1743552294359630

Sibele Vasconcelos de Oliveira
Professora na Universidade Federal de Santa Maria, Doutora em Agronegócios, economista. E-mail: sibele_oliveira@yahoo.com.br.

Simone Bueno Camara
Doutoranda em Extensão Rural-Universidade Federal de Santa Maria, economista. E-mail: simonebuenocamara@gmail.com

Sirlei Lenice Rodrigues
Acadêmica em Licenciatura em Educação do Campo, Graduada em Letras Espanhol e Literaturas, Pós-graduada em Interdisciplinaridade, Língua Portuguesa e Supervisão Escolar. E-mail: titalele.rodrigues@gmail.com

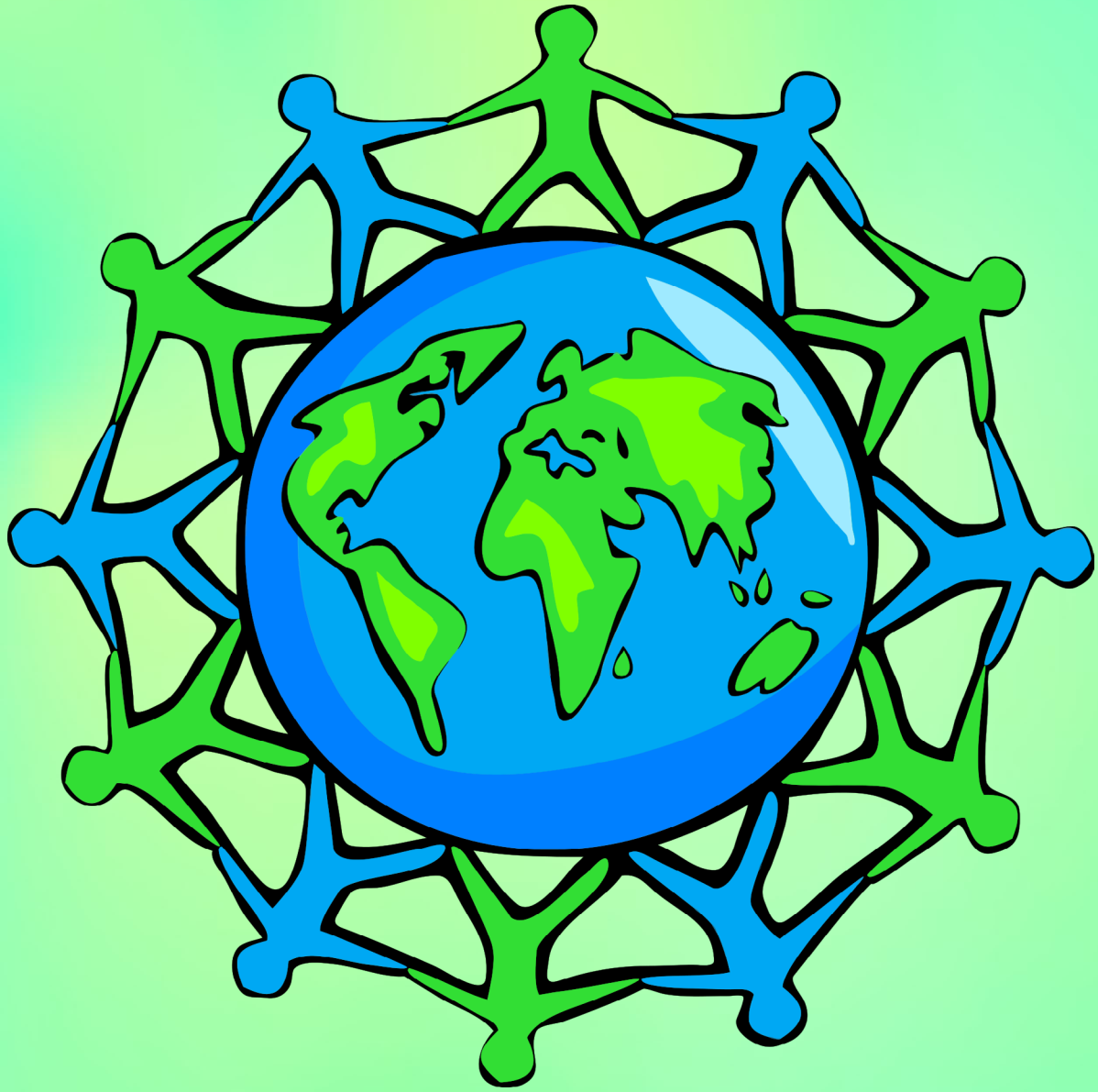
Tanice Andreatta
Professora na Universidade Federal de Santa Maria, Doutora em Desenvolvimento Rural, economista. E-mail: tani.andreatta@hotmail.com

Vitória Benedetti de Toledo
Mestranda em Agronegócios-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, administradora. E-mail: vitoria.t.b@hotmail.com

Weidson Luna
Mestrando PROFNIT e Advogado. E-mail: weidson.juridico@yahoo.com.br

www.arcoeditores.com

contato@arcoeditores.com @arcoeditores /arcoeditores (55)99723-4952



ISBN: 978-65-89949-58-9

CBL

9 786589 949589

ARCO EDITORES